

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**MICHELLE KAROLINE PEREIRA DA SILVA**

**SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO:** formação política de dirigentes do  
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)

Macapá  
2019

**MICHELLE KAROLINE PEREIRA DA SILVA**

**SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO: formação política de dirigentes do  
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP), no 1º sem./2019, como atividade para o exame final para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães.

Macapá  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá  
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB-2/1569

---

Silva, Michelle Karoline Pereira da.

Sindicalismo docente universitário: formação política de dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018). / Michelle Karoline Pereira da Silva; orientador, André Rodrigues Guimarães. – Macapá, 2019.

173 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. ANDES – SN. 2. SINDUFAP. 3. Sindicalismo no ensino superior. 4. Formação política. 5. I. Guimarães, André Rodrigues, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

331.88 S586s  
CDD. 22 ed.

---

**MICHELLE KAROLINE PEREIRA DA SILVA**

**SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO:** formação política de dirigentes do  
Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, na linha de Pesquisa: Políticas educacionais, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Data: 24/04/2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Rodrigues Guimarães (UNIFAP)  
Presidente

---

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi (Aposentado UFSCar)

---

Prof. Dr. Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA)

---

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato (UNIFAP)

Dedico esta pesquisa a todas e todos os docentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN que lutam incessantemente pela educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até ao final desta caminhada, com a sensação de mais uma etapa concluída na minha trajetória acadêmica, é muito gratificante. Acaba sendo muito mais do que escrever um trabalho final para obtenção de um título, pois a formação é omnilateral. Por isso, sou grata e dedico meus sinceros e eternos agradecimentos a todas e a todos que estiveram direta e indiretamente ligados a construção desta pesquisa.

Primeiramente, ao Professor Doutor André Guimarães, que sempre fez esta ser uma aventura compartilhada e regada por muito respeito, compromisso, amizade e confiança. Agradeço por ter feito a nossa pesquisa tomar forma e direção além do que eu esperava, agradeço, também, por seu valioso conhecimento, por sempre compartilhar com seus orientandos com muita paciência e dedicação. Hoje, mais do que nunca, o meu olhar não é só como de uma admiradora pelo profissional, pelo trabalhador, pelo intelectual que ele é, mas pelo ser humano que é, com defeitos e qualidades, maravilhoso.

Aos membros da banca examinadora, que, sem dúvida, foram fundamentais no processo de consolidação da pesquisa com suas contribuições extremamente significativas, Professores Doutores: Sidney Lobato, Vera Jacob e Valdemar Sguissardi.

Ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, particularmente, ao Francisco Santiago e ao Arleson Noite, por sempre, prontamente, disponibilizar os documentos e informações da entidade. Destaco que, estudar sobre uma entidade sindical da qual não sou militante e nem sindicalizada, mas pela qual já tinha um sentimento de admiração, fez-me aprofundar o respeito por um grupo de docentes, trabalhadoras e trabalhadores, que incansavelmente lutam não só para garantia de melhores condições de trabalho, mas por uma universidade pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Conhecer um pouco sobre a trajetória, profunda e complexa, desta entidade, que tem uma conduta de resistência diante dos ataques aos direitos sociais, é muito gratificante.

Agradeço a todas e todos os docentes que participaram da pesquisa. Alguns, mesmo estando em outro estado, ou mesmo gozando de suas férias, da aposentadoria, aceitaram participar, seja respondendo ao questionário ou participando da entrevista. Fica aqui meu sincero agradecimento.

Agradeço aos meus colegas de turma, primeira turma de mestrado em educação da UNIFAP, que guerreiramente enfrentaram os desafios (de trabalho, familiar, doença/saúde), e conseguiram chegar até a conclusão do curso. Além de agradecer, quero parabenizar a todos e todas nós, que dia-a-dia, disciplina a disciplina, construímos lindos momentos que ficarão, sem

dúvida, na memória. Particularmente, agradeço aos meus amigos e amigas: Francisco (carinhosamente chamado de Chico), Lucileia, Rômulo, Marília, Almir, Socorro, Patrícia e ao Marcelo pelo companheirismo em momentos difíceis desta jornada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, particularmente, aos coordenadores e a Idanilde, querida e amada técnica.

Aos queridos e queridas colegas de orientação, tanto da graduação quanto da pós-graduação, especialmente Júlia, Cristiane, Rosiane, Elaine.

Agradeço a Marcela Silveira, Carina Letícia, Lívia Eduarda e Alícia Karine por terem me acompanhado em algumas entrevistas da pesquisa pacientemente. Vocês são muito especiais na minha vida.

Gratidão ao Fernando Ramos que me auxiliou na fase inicial da pesquisa e se tornou um grande amigo.

A Deus e a minha família, por sempre estarem comigo, por sempre dividir e compartilhar dos momentos mais especiais e significativos da minha vida. Especialmente a minha mãe, que sempre lutou, como trabalhadora e guerreira que é, e se dedicou por seus filhos e filhas, as minhas amadas irmãs e amados irmãos, que sempre têm uma palavra de motivação quando eu mais preciso, um abraço aconchegante e quentinho em tempos nebulosos, um puxão de orelha quando necessário.

*Instrui-vos porque teremos necessidade de  
toda vossa inteligência.  
Agitai-vos porque teremos necessidade de  
todo vosso entusiasmo.  
Organizai-vos porque teremos necessidade  
de toda vossa força.  
(Antônio Gramsci)*

## RESUMO

O tema desta pesquisa é o sindicalismo docente na educação superior. Tem como foco a formação política dos dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP), que é Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Esta temática precisa ser analisada a partir das questões que estruturam a sociedade, isto é, considerando suas determinações, suas contradições construídas histórica, social e culturalmente. O objetivo central é o de analisar as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para a formação política de docentes que atuaram como dirigentes de 1994-2018. O método que sustenta a metodologia do estudo é o Materialismo Histórico Dialético (MHD) dos postulados de Marx, tendo como principais categorias de análise: totalidade, mediação e contradição. No âmbito da pesquisa social se configura como pesquisa de campo, com natureza exploratória, dividida em três etapas. A primeira consistiu no levantamento e estudo bibliográfico sobre o tema no intuito de analisar o Sindicato como espaço de formação política e em perspectiva contra-hegemônica. A segunda consistiu na coleta de dados, dividida em três momentos: 1) coleta de dados documentais do SINDUFAP (atas de fundação, eleição e posse das Diretorias Executivas, Assembleias Gerais e Extraordinárias, Relatórios Finais dos Congressos do ANDES-SN) com o objetivo de contextualizar o movimento sindical docente da UNIFAP desde sua fundação e instalação e, também, identificar os possíveis sujeitos que participariam da pesquisa; 2) aplicação do questionário aos docentes que atuaram como dirigentes do SINDUFAP de 1994 a 2018; 3) entrevista com um grupo professores, selecionados a partir das respostas ao questionário. A terceira fase da pesquisa foi a de análise e interpretação dos dados coletados. Os sujeitos do estudo foram docentes que atuaram como dirigentes executivos do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994-2018. Não se trata do lugar do sindicato na formação apenas, mas o lugar do sindicato na formação de um grupo de sujeitos que se tornaram dirigentes. As análises, a partir do estudo documental, permitem evidenciar que, mesmo diante de um quadro crítico que se apresenta para a classe trabalhadora com implementação de políticas neoliberais, sejam moderadas ou extremadas, nos diferentes governos desde 1990, o ANDES-SN, com suas Seções Sindicais, tem sido um sindicato autônomo, democrático e de base. Assim, procurou (e procura) construir um debate qualificado por meio do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS), que contribui para formação política dos docentes que se organizam na entidade. Estudar as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política dos docentes que atuaram na Direção Executiva permite colaborar com a consolidação de uma temática, sindicalismo docente na educação superior, pouco discutida no âmbito da academia e, particularmente, na Região Norte. Também, contribuir com a história dessa importante Seção Sindical do ANDES-SN que, desde seu nascedouro, revelou sua preocupação com a educação superior no Amapá, luta e efetivação de princípios de democracia e autonomia do sindicato, promoção de momentos de reflexão sobre a conjuntura política local e nacional. Por meio deste estudo foi possível compreender o viés formador do sindicato, para além do que lhe é específico historicamente que é o de favorecer processos organizativos da classe trabalhadora. Assim, as contribuições do sindicato para a formação política dos docentes que atuaram na direção executiva perpassam desde ser um espaço importante e estratégico na construção coletiva de consciência política dos sujeitos de uma classe (trabalhadora) em si e para si, construção de uma trajetória de formação política no movimento docente, construção de uma visão de mundo desalienada dos preceitos hegemônicos instaurados socialmente pela classe que domina economicamente, entre outras coisas.

**Palavras-chave:** ANDES-SN. SINDUFAP. Sindicalismo no ensino superior. Formação política.

## ABSTRACT

The theme of this research is Syndicalism in higher education. It focuses on the political formation of the union leaders of the Union of Teachers of the Federal University of Amapá (SINDUFAP), Union Section of the National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES-SN). This thematic needs to be analyzed from the questions that structure the society, that is, considering its determinations, contradictions, that are constructed historically, socially and culturally. The central objective is to analyze the contributions of SINDUFAP to the political formation of teachers who acted as union leaders from 1994-2018. The method that supports the study is the Dialectical Historical Materialism (MHD) of Marx's postulates, having as main categories of analysis: totality, mediation and contradiction. In the scope of social research, it is configured as a field research, with exploratory nature, divided into three stages. The first one consisted of the survey and bibliographic study on the subject in order to analyze the trade union as a space of political formation and in counter-hegemonic perspective. The second consisted of data collection, divided into three moments: 1) collection of documentary data of SINDUFAP (minutes of foundation, election and inauguration of the Executive Boards, General and Extraordinary Meetings, Final Reports of the Congresses of ANDES-SN) with the purpose of contextualizing the trade union teaching movement of UNIFAP since its foundation and installation and, also identify the possible subjects who would participate in the research; 2) application of the questionnaire to teachers who acted as union leaders the SINDUFAP, from 1994-2018; 3) interview with a group of teachers, selected from the questionnaire responses. The third phase of the research was the analysis and interpretation of the data collected. The study subjects were teachers who served as executive officers of SINDUFAP from 1994-2018. It is not the place of the trade union in the formation, but the place of the trade union in the formation of a group of subjects that became union leaders. The analysis, based on the documentary study, shows that even in the face of a critical framework presented to the working class, with the implementation of neoliberal policies, moderate or extreme, in the different governments since 1990, ANDES-SN, together with union sections, has been autonomous, democratic and grassroots. Thus, it sought (and seeks to) construct a qualified debate through the Working Group on Political Formation of Trade Union Formation (GTPFS), which contributes to the political formation of the teachers who organize themselves in the entity. Studying the contributions of the SINDUFAP to the political formation of the teachers who worked in the Executive Direction allows to collaborate with the consolidation of a theme, syndicalism teaching in the higher education, little discussed in the scope of the academy and in the North Region. Also, to contribute to SINDUFAP's history, since its inception, revealed its concern with higher education in Amapá, struggle and implementation of principles of democracy and autonomy of the trade union, promotion of moments of reflection on the local and national political conjuncture. Through this study it was possible to understand the union's formation bias, in addition to what is historically specific. Thus, the contributions of the union to the political formation of the teachers who have acted in the executive direction range from being an important and strategic space in the collective construction of political consciousness of the subjects of a class (worker) in and for themselves, building a trajectory of political formation in the teaching movement, construction of a vision of the world detached from the hegemonic precepts socially established by the class that dominates economically, among other things.

**Key words:** ANDES-SN. SINDUFAP. Syndicalism in higher education. Political formation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 FORMAÇÃO POLÍTICA E O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....</b>	<b>23</b>
1.1 FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DOS SINDICATOS.....	23
1.2 SINDICATO E FORMAÇÃO POLÍTICA.....	28
1.3 SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN): FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SN.....	36
1.3.1 GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL (GTPFS): ORIGEM, FUNÇÕES E REALIZAÇÕES.....	49
<b>2 SINDICALISMO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E OS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA DA CATEGORIA.....</b>	<b>55</b>
2.1 CONTRARREFORMAS DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES PARA O MOVIMENTO SINDICAL.....	55
2.2 SINDICALISMO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	70
2.3 GREVES DOS DOCENTES FEDERAIS NO CENÁRIO DE CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	78
<b>3 MOVIMENTO SINDICAL DE DOCENTES DA UNIFAP: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN.....</b>	<b>88</b>
3.1 ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIFAP ANTERIOR A SUA VINCULAÇÃO COM O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE NACIONAL.....	88
3.2 SINDUFAP, SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN: FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA.....	91
3.3 PAUTAS DE LUTA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIFAP.....	101
<b>4 DIRIGENTES DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN (1994-2018): PERFIS, ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E MOTIVAÇÕES PARA ATUAÇÃO, APROXIMAÇÃO E/OU AFASTAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL.....</b>	<b>115</b>
4.1 PERFIL DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN.....	115

4.2	ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA DOS DIRIGENTES SINDICAIS....	127
4.3	MOTIVAÇÕES PARA APROXIMAÇÃO, ATUAÇÃO E/OU AFASTAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL.....	135
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>144</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>168</b>
	<b>APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....</b>	<b>169</b>
	<b>APÊNDICE D – GRÁFICO COMPLETO SOBRE OS MOTIVOS DE FILIAR-SE AO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN.....</b>	<b>171</b>
	<b>APÊNDICE E – GRÁFICO COMPLETO SOBRE MOTIVOS DOS DOCENTES PARA ACEITAR COMPOR A DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN.....</b>	<b>172</b>
	<b>APÊNDICE F – GRÁFICO COMPLETO SOBRE MOTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA QUE DOCENTES SE AFASTEM DO MOVIMENTO SINDICAL DA UNIFAP.....</b>	<b>173</b>

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o do *sindicalismo docente na educação superior*. A temática apresenta relevância social e se configura como objeto para pesquisa acadêmica com questões relativas à sua gênese, desenvolvimento, motivações para o envolvimento ou afastamento, até condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores, dentre outras. Nesse prisma, considera-se que as relações estruturantes da sociedade incidem diretamente sobre o movimento sindical.

O estudo tem como foco a formação política dos dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN), que é Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), possivelmente o sindicato mais importante do movimento sindical de docentes no Brasil. O SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN foi criado e instalado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) em 1994, assim, nasce no contexto da implantação das políticas de cunho neoliberal, bem como das contrarreformas do Estado e da educação superior.

Tem-se, como questão-problema para investigação: **quais as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para a formação política de docentes que atuaram como dirigentes de 1994 a 2018?**

Tal questão-problema desdobra-se em outras questões: 1) como os sindicatos, de modo geral, podem atuar na formação política e em perspectiva contra-hegemônica?; 2) como se constituiu o movimento sindical de docentes da UNIFAP no âmbito do movimento sindical docente nacional, das contrarreformas do Estado e da educação superior?; 3) quais os perfis dos/das docentes que atuaram na direção executiva do sindicato? 4) quais espaços/instituições contribuíram para formação política dos docentes que atuaram na direção executiva do sindicato? 5) quais e as motivações dos docentes dirigentes para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical?

Os estudos sobre sindicalismo docente na Educação Superior têm sido fundamentais para o estabelecimento de enfoques sobre a importância das experiências dos docentes nos movimentos sindicais, para sua formação crítica, bem como para a organização coletiva docente. Porém, pouco se tem debatido acerca da temática, em especial na educação superior.

Em estudos anteriores, desenvolvidos no Curso de Especialização em Política Educacional na UNIFAP, com desta que para a revisão<sup>1</sup> da produção escrita sobre trabalho

---

<sup>1</sup> Como resultado dessa revisão tem-se a publicação do artigo SILVA, M. K. P da; GUIMARÃES, A. R. A produção escrita sobre trabalho docente na educação superior: Revista Universidade e Sociedade (2007-2016). *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 10, n. 2, 2018.

docente na Educação Superior na Revista *Universidade & Sociedade*<sup>2</sup>, no recorte temporal compreendido de 2007 a 2016 ocorreram os primeiros contatos com a temática, sindicalismo docente na educação superior, gerando o interesse em aprofundar o estudo no mestrado.

Ao realizar tal revisão detectou-se que do total de 28 artigos que tratavam sobre o trabalho docente como temática central apenas dois apresentaram como objeto de análise o sindicalismo docente na educação superior, a saber, as pesquisas de Cavlak (2012) e Paiva e Bauer (2016). Assim, mesmo em um periódico publicado pela principal entidade sindical dos docentes (o ANDES-SN) desse nível educacional, há poucos trabalhos sobre esse tema.

Almeida e Ferreira Jr. (2015) realizaram levantamento de produções acadêmicas nacionais no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a questão do associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Esse estudo evidencia que a trajetória do movimento dos professores das escolas públicas é marcada por duas fases, o associativismo e o sindicalismo.

A primeira abrange como período a segunda metade do século XIX, e a segunda, por sua vez, é marcada pela eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º Graus, representando, dentre outras questões, a contestação da estrutura sindical montada na Era Vargas (1930-1945). Os autores ressaltam que, embora o associativismo tenha precedido a fase do sindicalismo, as produções acadêmicas concentram-se sobre este último.

Este mesmo estudo realiza análise das temáticas sobre associativismo e sindicalismo do ponto de vista do contexto regional. Revela que do total de 109 estudos, 55 são referentes a estados localizados na Região Sudeste; 26 na Região Nordeste; 16 na Região Sul; 10 na Região Centro-Oeste; e, apenas 2 trabalhos abordaram a Região Norte, ou seja, apresenta uma distribuição assimétrica desses estudos, que se concentram nas regiões Sudeste e Nordeste, com incidência menor na Região Norte.

Para uma leitura crítica da temática deste estudo foi realizado o mapeamento das produções contidas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES no decênio 2007-2016<sup>3</sup>. Detectou-se, a partir desse mapeamento, o total de 291 trabalhos sobre sindicalismo, sendo 87 teses e 204 dissertações. Quanto às produções que tratam especificamente sobre sindicalismo docente na educação superior têm-se apenas 6, 2 teses e 4 dissertações.

---

<sup>2</sup> Trata-se de uma revista científica com publicação semestral produzida pelo ANDES-SN. O primeiro número da Revista foi lançado em 1991, no 10º CONGRESSO. Constitui-se como um instrumento de ação política, isto é, em espaço de debates a respeito da educação superior brasileira, desde estrutura da universidade, sistemas de ensino, política educacional, condições objetivas de trabalho etc.

<sup>3</sup> Essa análise foi publicada nos Anais do evento: XIII Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo, II Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores, em 2017, em Belém – PA, p. 647-652.

As teses encontradas sobre sindicalismo docente na educação superior foram as de Granzotto (2010) e a de Miranda (2011). A primeira apresenta como objetivo analisar o processo de desmobilização das categorias de docentes e de funcionários nas universidades. A segunda tem o objetivo de responder qual a relação estabelecida entre sindicatos dos trabalhadores em educação e o Estado e, em consequência, analisar qual o papel da luta de classes na história da política educacional brasileira no período transitório conservador e a consolidação da democracia burguesa.

As dissertações que têm como objeto de estudo o sindicalismo docente na educação superior encontradas foram Sediky (2010), Sousa (2015), Bohn (2015), Paiva (2016).

Em 2010, foi publicado o trabalho “Os Professores do Ensino Superior Privado do Município de SP e o Sindicalismo (SINPRO-SP)” (SEDIKY, 2010), no entanto, não foi possível obter mais informações sobre essa pesquisa, pois não está disponível nas plataformas digitais para consulta. No ano de 2015, duas pesquisas de mestrado tiveram como objeto o sindicalismo docente na Educação Superior.

Uma foi a de Sousa (2015) com objetivo de analisar a expansão do ensino superior privado relacionando a precarização do trabalho docente e realizar análise das ações do Sindicato de professores e Professoras de Guarulhos. A outra dissertação, publicada em 2015, trata também sobre o movimento sindical docente nas IES privadas (BOHN, 2015) e tem o objetivo principal analisar a precarização do trabalho docente e a atuação sindical nas instituições de ensino superior privado no Estado de Rondônia. Já a pesquisa publicada em 2016, busca analisar, de forma comparativa, perspectivas de docentes universitários que participaram do processo organizativo de sindicatos ou associações no Brasil, Colômbia, Argentina e México (PAIVA, 2016).

O conjunto das pesquisas se aproximam ao discutirem questões como a origem do movimento docente brasileiro; as mudanças ocorridas na base social das universidades; o processo de expansão da educação superior; a adoção, por parte dos governos, de políticas de cunho neoliberal alinhadas aos interesses do capital nacional e internacional com consequências nefastas para a organização sindical docente; o engajamento político, econômico e ideológico das entidades sindicais; a greve como instrumento básico, efetivo e essencial de pressão sobre as administrações e governo; a necessidade de ampliação das forças da classe trabalhadora para o enfrentamento da política neoliberal.

Diante dos dados apresentados percebe-se que a produção acadêmica nacional sobre sindicalismo docente na educação superior, no tocante à produção em teses e dissertações, se constitui em um campo de estudo ainda em fase de consolidação, havendo a necessidade de

pesquisas que se voltem a essa temática a qual se apresenta como relevante na perspectiva contra-hegemônica. Isto sempre no sentido de trazer subsídios analíticos dentro da totalidade do fenômeno, apresentando as contradições do sistema capitalista.

Com efeito, há conformação de uma tendência em tratar sobre o sindicalismo com outros vieses, tais como: o rural, o operário, dos profissionais das telecomunicações, de bancários, e outras questões que cerceiam o mundo do trabalho e revelam a divisão da sociedade em classes e a exploração do trabalhador.

Enfatiza-se, nessa direção, a necessidade de se avançar na produção acadêmica no que tange ao sindicalismo docente, sobretudo, na educação superior, de modo que se considerem seus espaços de formação, sua contribuição para a formação política, assim como a carência de pesquisas na Região Norte quanto a essa temática, em especial no Estado do Amapá. É nesse sentido que esta pesquisa se propõe a colaborar com a produção do conhecimento no que tange as contribuições do sindicato para a formação política dos docentes.

O sindicalismo no contexto das políticas neoliberais desempenha papel importante a favor dos interesses da classe trabalhadora. É importante elucidar que a conjuntura de crise econômica e política no final da década de 1970 possibilitou a afirmação de um *novo sindicalismo* no Brasil, pois houve um longo período em que parte dos sindicatos brasileiros estiveram a serviço dos anseios da burguesia. Permitiu-se, assim, a reconstituição da luta sindical de massa, isto é, um movimento reivindicativo e político, entre os quais o sindicalismo dos docentes universitários (BOITO JR., 1999).

Vale destacar que, as políticas neoliberais representam e buscam resguardar os interesses da classe burguesa. No entanto, a ideologia neoliberal camufla essa natureza. Boito Jr. (1999, p. 125) afirma que essa ideologia “oculta que o neoliberalismo é um discurso e uma política burgueses e, particularmente, um discurso e uma política do imperialismo e do grande capital, especialmente do capital financeiro”. O discurso neoliberal oculta “que o que a política neoliberal faz é fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional.” (BOITO JR., 1999, p. 125).

Como exemplo dessa afirmação tem-se no Brasil medidas recentes aprovadas como a Emenda Constitucional número 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016, que institui o novo Regime Fiscal dos orçamentos da Seguridade Social e Fiscal da União por 20 anos, isto é, estabelece um “teto” para as despesas primárias, dentre as quais está a educação, a saúde, com intuito de formar superávit primários para pagamento de juros e amortização da dívida

pública; a Contrarreforma Trabalhista, que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 e tenta, na sua essência, “flexibilizar” as relações de trabalho entre trabalhador, empregador e sindicato.

Na conjuntura de ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora, fortalecimento de um discurso e uma conduta antissindical, implementação de políticas neoliberais, evidencia-se a relevância e a necessidade de pesquisar sobre sindicalismo docente na educação superior, bem como sobre as contribuições dos sindicatos para formação política dos trabalhadores. Ademais, essas questões podem colaborar com o desvelar de razões/motivos que conduzem docentes a se aproximarem, atuarem no ou mesmo se afastarem do movimento sindical.

Diante desse quadro e com base na questão-problema apresentada, o **objetivo central** é o de *analisar as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para a formação política de docentes que atuaram como dirigentes de 1994 a 2018.*

Quanto aos **objetivos específicos**, 1) compreender o Sindicato como espaço de formação política em perspectiva contra-hegemônica, considerando particularmente a experiência do ANDES-SN na organização dos docentes da educação superior no Brasil; 2) contextualizar a criação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, considerando a organização dos docentes da UNIFAP anterior a sua vinculação com o movimento docente nacional, fundação e estruturação enquanto seção sindical do ANDES-SN e suas pautas de luta; 3) identificar os perfis dos docentes que atuaram na direção executiva do sindicato, os seus espaços formativos e as suas motivações para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical.

O método deste estudo é o do Materialismo Histórico Dialético (MHD), ou Método Dialético, com base nos pressupostos de Marx (1996). Tal proposta traz elementos importantes para os estudos em Ciências Sociais e Humanas, bem como para a busca de compreensão e transformação da realidade. Assim, Marx (1996, p. 16) declara:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transportado para a cabeça do ser humano e por ele interpretado.

Para Marx (1996), as concepções e perspectivas, visão de mundo ou de determinado fenômeno são construídas histórica e socialmente, ou seja, a manifestação no mundo das ideias (pensamento) é a transposição do que ocorre no mundo material. Logo, o método proposto parte da aparência e visa alcançar a essência do objeto pesquisado. Kosik (1979, p. 39) reforça esse pensamento ao afirmar o materialismo histórico dialético como o método da “reprodução

espiritual e intelectual da realidade”, isto é, desenvolve a explicação dos fenômenos culturais a partir da atividade prática objetiva.

Frigotto (1989, p. 73) esclarece que o método dialético apresenta três dimensões de uma mesma unidade, a saber, postura ou concepção de mundo; método científico que permite apreensão radical da realidade (que busca a raiz dessa realidade); *práxis* que busca “novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica”.

O método dialético, enquanto postura ou concepção de mundo deve ser situado no plano da realidade, construída historicamente, no bojo das relações contraditórias, leis de construção e transformação dos fatos, sob as categorias totalidade, contradição, mediação, ideologia (sistematização doutrinária das representações), *práxis* transformadora, entre outras questões que compõem o complexo das relações que se estabelecem socialmente, concretamente. Logo, o desafio do pensamento consiste em conduzir para o campo do conhecimento essa dialética do real.

O MHD, como método científico, deve estar vinculado a uma determinada concepção da realidade, sendo necessário entender que concepção de realidade foi construída. Para Frigotto (1989) este modo de pensar a realidade está vinculado ao modo de pensar dominante e é necessário romper com esse modo de pensar para que se instaure um método de investigação dialético.

A terceira dimensão que demarca a unidade do MHD é ele enquanto *práxis* transformadora, ou seja, não apenas concebe a crítica pela crítica, mas a crítica e o conhecimento crítico para efetiva transformação da realidade.

Gamboa (1989), por sua vez, contextualiza a dialética como uma das tendências da pesquisa educacional. Dimensiona sua relevância como alternativa teórico-metodológica no desenvolvimento da pesquisa em educação. Sua elaboração (Método Dialético) enquanto método de pesquisa científica pretende “aproveitar os elementos gerados dentro das abordagens empíricas (empirismo inglês) e das abordagens fundadas nos postulados da fenomenologia (idealismo alemão), realizando síntese entre essas duas grandes tendências filosóficas” (GAMBOA, 1989, p. 94).

Esse mesmo autor ressalta que, a síntese não é a soma das partes vindas de outras abordagens, mas uma nova maneira de ver, conceber e organizar categorias, de recriação dessas categorias em novas condições. Assim, o método dialético nas pesquisas em educação questiona a visão estática da realidade com pretensão de desvelar o conflito dos interesses com perspectiva de transformação.

Vale ressaltar que o MHD não é um conjunto de regras que se aplica a um objeto de investigação, mas implica uma determinada posição do pesquisador, na relação com seu objeto de análise, que visa extrair as múltiplas determinações concretas (NETO, 2011). Ressalta-se que as categorias estão e são imbricadas, mas, para efeito de explicação, as categorias deste estudo serão tratadas de maneira específica. São elas: totalidade, contradição e mediação.

A categoria totalidade refere-se a “um todo ordenado em processo e o ser real tem momentos distintos de determinações”, não sendo estável (SUBTIL, 2016, p. 158). É preciso considerar essa categoria dentro de determinado momento histórico e considerar os vetores econômicos, sociais, culturais e políticos. Logo, trata-se do resultado de múltiplas determinações, causadas pela ação histórica do homem.

O fato, portanto, é que:

[...] indivíduos determinados, produtores de um modo também determinado, estabelecem entre si relações políticas e sociais determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação - a conexão entre a estrutura social e política e a produção (MARX, 1996, p. 35).

Assim, Marx (1996) tinha a preocupação em fazer uma leitura da realidade social, considerando a totalidade dos fenômenos, a partir de suas determinações, sendo possível entender o desenvolvimento do próprio ser humano nessa realidade que o determina.

É importante, nessa perspectiva, ao realizar as análises, considerar os diferentes fatores que determinam essa realidade. Assim, ao interpretar a realidade, deve-se buscar desvelar, na sua totalidade, as ideologias que perpassam as relações de forças produtivas e que estão intimamente ligadas às ações humanas. Marx (1996), nesse horizonte, propõe uma leitura profunda, intensa e densa ao considerar os fatores históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais da sociedade.

Neto (2011) esclarece que, do movimento dinâmico da totalidade, resultam as suas contradições e afirma, ainda, que, sem estas, as totalidades seriam inertes. Dessa forma, a natureza das contradições depende da estrutura das totalidades. Ao considerar este entendimento, a categoria contradição, existente no movimento do real, permite a transformação dos fenômenos.

Em relação à categoria mediação, Subtil (2016, p. 158) compreende que esta estabelece conexões entre diferentes aspectos que caracterizam a realidade. Para essa autora a “totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas se apresentam em uma série

de determinações recíprocas”, sendo necessário o retorno ao todo do objeto pesquisado. Para tanto, demanda do pesquisador o movimento dialético que vai das partes ao todo e vice-versa.

Este estudo, no âmbito da pesquisa social, configura-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratória. A pesquisa de campo consiste em coletar “informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, ou para uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 75-6). Ademais, conforme Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa de campo requer três fases. Nesta perspectiva, os procedimentos metodológicos deste estudo englobaram as fases ou etapas seguintes.

Primeira, levantamento e estudo bibliográfico sobre o tema no intuito de analisar o sindicato como espaço para a formação política e em perspectiva contra-hegemônica. A esse respeito, Frigotto (1989) destaca que na investigação o primeiro esforço a se fazer é o resgate crítico da produção teórica sobre o objeto do estudo em pauta a fim de conhecer o que já se produziu sobre ele. Trata-se de etapa primordial por meio da qual se podem identificar as diferentes perspectivas de análise, a indicação de premissas em relação ao avanço ou não do estudo do objeto a ser investigado. Essa fase permite, ainda, revisitar conceitos, concepções, categorias sem deixar de considerar a perspectiva crítica, bem como a dinâmica da realidade histórica.

A segunda fase consistiu-se na coleta de dados, sendo que ela compreendeu três etapas. A primeira, com a coleta de documentos do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, como atas de fundação, de eleição, de posse das Diretorias Executivas e Assembleias Gerais, bem como, os Relatórios Finais dos Congressos do ANDES-SN, tudo isto com objetivo contextualizar o movimento sindical de docentes da UNIFAP, desde sua fundação e instalação no Amapá, e identificar os sujeitos que atuaram na direção executiva do sindicato. Do universo de 36 docentes que atuaram na direção executiva do sindicato, de 1994 a 2018, 27 participaram da pesquisa.

Sobre os documentos, os discursos veiculados expressam determinações históricas, desse modo há a necessidade de apreensão minuciosa de seu conteúdo pelo pesquisador para o momento de análise. É importante elucidar, como destaca Evangelista (2009, p. 11), que os “documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições” e são constituídos historicamente. Dessa forma, continua a autora, é importante investigar suas origens, tendências, o que se expressa nas entrelinhas para se entenderem as influências de sua produção.

A segunda etapa da coleta de dados foi a aplicação do questionário misto (Apêndice A) aos dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018 com o objetivo de identificar os perfis; espaços formativos; as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para sua formação política; motivos para se aproximar, atuar e/ou se afastar do movimento sindical; e selecionar os sujeitos que participaram da terceira etapa da pesquisa, a entrevista não-diretiva.

Vale ressaltar que o “questionário é aplicado a um conjunto de pessoas escolhidas por diversos procedimentos em função de critérios de representatividade da população global objeto de investigação” (THIOLLENT, 1982, p. 33). A seleção dos sujeitos não obedece a uma regra mecânica, mas, supõe a sua disponibilidade de participação, além de ser resultado “de uma avaliação de relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas” (THIOLLENT, 1982, p. 34).

Para Thiollent (1982, p. 32), o “questionário, seja ele concebido num modelo de observação direta ou de questionamento, contém uma lista de perguntas cuja temática corresponde, em princípio, a uma “tradução” das hipóteses de pesquisa sob forma interrogativa.”. O mesmo autor reforça que “o questionário pode ser aplicado, em alguns casos, sem o entrevistador, por exemplo, quando é distribuído pelo correio ou qualquer outro canal de difusão” (THIOLLENT, 1982, p. 33).

No caso do estudo em tela, o questionário foi estruturado em duas partes. A primeira com questões relativas à identificação do docente como gênero; idade; estado civil; formação acadêmica inicial; titulação acadêmica; ano de ingresso na UNIFAP como docente; classe; regime de trabalho. A segunda com perguntas abertas e fechadas sobre espaços de formação política, com destaque para o grau de relevância desses espaços para sua formação, e motivações para se aproximar, atuar ou se afastar do movimento sindical.

Dos 36 docentes que compuseram a Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, de 1994-2018, 33 eram sujeitos que poderiam participar da pesquisa, isto porque, 2 sujeitos faleceram e 1 estava impedido de participar, pois está envolvido diretamente com o estudo. Assim, dos 33 sujeitos, 30 foram contactados por meio de contato telefônico e/ou e-mail, disponibilizados pelo sindicato. Desse total, 27 responderam ao questionário.

Os questionários foram enviados aos sujeitos por meio de *link*, tanto por e-mail quanto WhatsApp, gerado na plataforma “Formulários Google”. Apenas um sujeito teve dificuldade na utilização do formulário *online* e solicitou o instrumento (questionário) impresso, ao qual lhe foi disponibilizado.

Ao longo dessa etapa da pesquisa, aplicação do questionário, constatou-se a disponibilidade/interesse dos docentes para participação da entrevista. Assim, dos 27 respondentes do questionário, 24 professores demonstraram disponibilidade/interesse.

Nessa direção, a partir das respostas ao questionário misto, foram selecionados alguns/algumas docentes para a terceira etapa da coleta de dados, a entrevista não-diretiva (Apêndice B). O objetivo foi de aprofundamento qualitativo da investigação por meio de eixos temáticos. Esta técnica de pesquisa trata de “explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem, sem comparação com outros grupos.” (THIOLLENT, 1982, p. 80-1).

A entrevista foi estruturada a partir de 5 eixos temáticos<sup>4</sup>, a saber, concepção sobre o papel do sindicato de modo geral e do sindicato de docentes; compreensão da categoria dos docentes universitários sobre o sindicato; processo de construção e consolidação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN (aspectos históricos); desafios e pautas dos docentes da UNIFAP no(s) período(s) que atuou na direção do sindicato; contribuição do sindicato, particularmente do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, e do ANDES-SN, para a formação política dos docentes.

Dos 24 docentes que demonstraram disponibilidade/interesse em participar da entrevista, selecionaram-se 11 sujeitos. Para a seleção desses, optou-se por não fazer a diferenciação dos professores dirigentes por cargos exercidos ou gestão, pois identificou-se, a partir das atas de fundação do sindicato e de posse dos docentes dirigentes, que muitos participaram de diferentes gestões e exercendo diferentes funções.

Ressalta-se que, a escolha de um número menor de docentes que participaram dessa etapa da pesquisa trata-se da representatividade desse grupo sobre o assunto estudado. Não se trata, portanto, de “amostragem, mas sim da seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador”, isto é, no caso dessa pesquisa, a representação de grupos determinados a partir de alguns aspectos como gênero; grupo que fundou o sindicato (aspectos históricos); grupo que faz parte do sindicato em sua formação mais recentemente; docentes que se afastaram do movimento docente; docentes que permanecem sindicalizados. (THIOLLENT, 1982, p. 86).

No que tange ao entendimento sobre representação social, uma categoria densa, profunda, Spink (1993, p. 4), enfatiza que é uma construção do “sujeito, enquanto sujeito social”, ou seja, a vida em suas relações sociais de produção determina as representações dos

---

<sup>4</sup> Dois eixos temáticos da entrevista, o eixo 3: Processo de construção e consolidação do SINDUFAP (aspectos históricos) e o eixo 4: Desafios e pautas dos docentes da UNIFAP no(s) período(s) que atuou na direção, foram utilizados no capítulo 3, e os demais no capítulo 4 da dissertação.

seres humanos. Os saberes são construídos socialmente, logo, não ocorrem de forma neutra ou isolada, pois envolvem concepções, valores e sentimentos, construídos na interação social.

É uma opção para explicar os fenômenos sociais, que nas palavras de Crusoé (2004, p. 109), funcionam como um sistema sociocognitivo e contextualizado, pois, “supõe um sujeito ativo que produz representações acerca de um determinado objeto [...] são determinadas pelo contexto social.” Enfatiza-se, portanto, que as representações sociais são dinâmicas, transformando-se historicamente, pois há a liberdade da qual se vale a linguagem para projetá-la em um espaço simbólico e arrastá-la para associações diversas.

Os sujeitos, no estudo, são docentes que atuaram como dirigentes executivos do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994-2018. Ressalta-se que esses sujeitos se tornaram dirigentes do sindicato, logo, justifica-se a motivação de investigar apenas os dirigentes sindicais. Não se trata do lugar do sindicato na formação apenas, mas o lugar do sindicato na formação de um grupo de sujeitos que se tornaram dirigentes.

A terceira fase da pesquisa de campo se consistiu na análise e interpretação dos dados coletados por meio de documentos do sindicato, questionário e entrevista. É importante evidenciar, quanto a entrevista, que após transcrita foi encaminhada para os docentes participantes para que pudessem verificar a necessidade de algum ajuste (revisão, supressão e/ou acréscimo). E, após a devolutiva dos sujeitos foi realizada a análise do conteúdo das entrevistas.

Assim, a técnica empregada é a de análise do discurso, com base nos postulados de Bakhtin (2006). O autor compreende que a linguagem é de natureza social, ou seja, ela é construída socialmente, está ligada às estruturas sociais. Reforça que, “todo signo é ideológico” (BAKHTIN, 2006, p. 16), dessa maneira, a linguagem é construída socialmente.

Frigotto (1989, p. 88) ressalta que a análise dos dados “representa o esforço do pesquisador em estabelecer as conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada”. É nesse momento que se busca identificar as determinações do problema, superando a percepção imediata, a aparência, indo à sua essência. Logo, passa do plano pseudoconcreto ao concreto pensado que expressa a realidade, estabelecendo relações entre a parte e a totalidade e vice-versa.

Para além da introdução e considerações finais, esta dissertação está estruturada em mais quatro capítulos.

O capítulo 1, intitulado “Formação política e o sindicato nacional dos docentes das instituições de ensino superior”, na qual se objetivou compreender o sindicato como espaço de formação política em perspectiva contra-hegemônica, considerando, particularmente, a experiência do ANDES-SN na organização dos docentes da educação superior no Brasil.

No capítulo 2, com o título “Sindicalismo docente no contexto das políticas neoliberais e os mecanismos de resistência da categoria”, objetivou-se contextualizar o movimento sindical de docentes, particularmente do ANDES-SN e do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, no âmbito das contrarreformas do Estado e da educação superior brasileira apontando seus mecanismos de resistência, dentre as quais se tem as greves.

O capítulo 3 da dissertação com o título “Movimento sindical de docentes da UNIFAP: contextualização da criação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN” teve como intuito contextualizar a criação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN considerando o seu processo de construção e consolidação (aspectos históricos), sua articulação com o Sindicato Nacional e os principais desafios e pautas de lutas do movimento sindical de docentes da UNIFAP.

O último capítulo, intitulado “Dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN (1994-2018): perfis, espaços de formação política e motivações para atuação e/ou aproximação e/ou afastamento do movimento sindical”, cujo objetivo foi o de identificar os perfis, os espaços de formação política e as motivações dos docentes, que exerceram a função de dirigente sindical no período de 1994 a 2018 no Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá, seção sindical do ANDES-SN, para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical.

## 1 FORMAÇÃO POLÍTICA E O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

O sindicato se constitui, desde sua origem e concepção, como um dos mais importantes espaços nos quais se operam a dimensão coletiva da classe trabalhadora, bem como instrumento de luta e garantia de direitos sociais (DAL ROSSO, 2011). Compreende-se, também, sua importância enquanto agente para formação política do conjunto dos trabalhadores.

Assim, o objetivo deste capítulo é o de compreender o sindicato como espaço de formação política em perspectiva contra-hegemônica<sup>5</sup>, considerando, particularmente, a experiência do ANDES-SN na organização dos docentes da educação superior no Brasil.

Inicialmente tratar-se-á da formação da classe trabalhadora e dos sindicatos. Posteriormente, será apresentado um dos traços característicos do sindicato dos trabalhadores, como um espaço educativo não-formal, que é a formação política e emancipadora em perspectiva contra-hegemônica. Por fim, dissertar-se-á acerca da fundação e estrutura organizativa do ANDES-SN, com destaque para as ações do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS).

### 1.1 FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E DOS SINDICATOS

A formação da classe trabalhadora tem origem nas contradições evidenciadas na lógica da divisão social do trabalho<sup>6</sup> que emerge no fim do século XVIII com a Revolução Industrial na Inglaterra; dos determinantes das condições (e contradições) econômicas e sociais e, conseqüentemente, na luta estabelecida entre proletários e burgueses (ALVES, 2003).

De modo geral, os burgueses são proprietários dos meios de produção, que vivem da exploração da grande massa da população. Os proletários são os que dispõem de sua força de trabalho, sua capacidade de produzir na sociedade do capital, ou seja, o produto do trabalho do proletário passa a ser apropriado pelos burgueses (ANTUNES, 1985).

A respeito desse aspecto, burguesia *versus* proletariado, tem-se, marcadamente, o antagonismo entre estas duas classes, logo, os que detêm os meios de produção e os que vendem

---

<sup>5</sup> O termo contra-hegemonia foi criado a partir dos postulados de Antônio Gramsci, no livro *Cadernos do Cárcere*, ao formular o conceito hegemonia civil, que descreve um tipo de dominação ideológica (intelectual e moral) de grupos sociais dominantes que exercem seu poder por meio da combinação entre coerção e consenso.

<sup>6</sup> A divisão social do trabalho é decorrente das relações de produção de bens materiais e simbólicos com maior evidência com o acentuado desenvolvimento da industrialização iniciado no século XVIII, consolidado nos séculos seguintes. Para Smith (1996) a divisão social do trabalho é consequência necessária, embora lenta e gradual, de certa tendência na natureza humana. Isto estaria ligado à capacidade do homem de produzir mais do que necessita para sobreviver. Origina-se o mercado de trocas, em que o homem comercializa o excedente de sua produção material para adquirir outros bens de que necessita e que é excedente na produção do outro.

sua força de trabalho, constituindo-se estes como uma outra mercadoria que é exposta a todas as vicissitudes da concorrência e truculência do mercado.

Para Thompson (1987) o fato que se revelou interessante no período entre 1790 e 1830, no operariado inglês, foi a formação da classe operária, que apresentou como questões basilares o crescimento da consciência de classe e, conseqüentemente, o crescimento da organização política e industrial.

Para este autor, a consciência da classe operária emerge ao se configurar a identidade do interesse dos operários em oposição aos interesses dos patrões. O que leva à constituição da organização dos operários por meio de sindicatos e de outras formas de difusão de valores culturais com base nos princípios da classe operária.

Hobsbawm (2000) corrobora essa compreensão ao elucidar que a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna. Para esse autor, no capitalismo, a classe é uma realidade historicamente imediata e, em certo sentido, vivenciada diretamente. Haja vista que nas épocas pré-capitalistas esse era um conceito meramente analítico que dava sentido a um complexo de fatos que seriam inexplicáveis para aquele momento histórico, logo, a consciência de classe (ou fazer-se classe) constitui-se de uma construção complexa (considerando a estrutura societária) a partir do sistema produtivo.

Os conceitos de “classe” e “consciência de classe” precisam ser situados neste estudo, ainda que brevemente, no marco teórico do materialismo histórico-dialético. A explicitação destes conceitos é fundamental quando se tem a intenção de discutir o processo formativo político do sindicato que tem como pano de fundo possibilidades de enfrentar relações de exploração característica do modo de produção capitalista, na relação entre capital, formação e trabalho.

Para o pensamento marxista, o conceito de classe social está ligado a grupos com interesses antagônicos e isso decorre dos processos de relação de exploração de um grupo sobre o outro. Assim, existem duas classes fundamentais, conforme o lugar que ocupa na esfera produtiva, os que detêm a posse ou o domínio da propriedade privada dos meios de produção, os burgueses, e os que são subjugados e são obrigados a vender sua força de trabalho, os proletários.

Dessa forma, a noção de classe é social e historicamente caracterizada na sociedade capitalista, ou seja, pertencer a uma ou outra classe tem relação com a posse ou domínio dos meios de produção. Logo, a noção de pertencimento a uma classe pressupõe conhecer a sua própria posição dentro do sistema produtivo. Destaca-se que a consciência de classe dos trabalhadores/trabalhadoras é obra da própria classe. (VÁSQUEZ, 2007).

Nesse processo de tomada de consciência de classe pela própria classe é importante reconhecer o papel das instâncias/espços de formação como sindicatos, movimentos sociais e populares (mulheres, étnico-raciais, moradia, LGBT, indígena, de pessoas com deficiência, outros), movimentos religiosos, movimento estudantil, partidos políticos, Escola/Universidade etc. Chama-se atenção, particularmente, para espaços/instâncias não vinculadas à educação formal como movimentos sociais, populares, sindicatos, partidos políticos.

Esses espaços/instâncias, por meio de processos formativos, podem apresentar uma natureza crítica e emancipadora que busque, além de compreender a realidade, a transformação social. É claro que precisam ser consideradas as questões relativas à correlação de forças que visa à manutenção dos interesses de quem domina hegemonicamente, e que age, também, dentro desses espaços.

Marx e Engels (2008, p.62) asseveram que o partido não pode deixar “de esclarecer a contradição antagônica entre burguesia e proletariado”. Desse modo, o desvelar das contradições sociais em espaços/instâncias particularmente de organização da classe trabalhadora é despertar na classe uma consciência clara e nítida do antagonismo existente (burguesia *versus* proletariado), além de propiciar uma classe que seja para si.

Os autores observam a clara necessidade da classe trabalhadora de transformação de “classe em si” para “classe para si”, o tornar-se “classe para si” de maneira nítida para o trabalhador. Haja vista que, sem uma nítida consciência de si e para si, isto é, consciência de classe, é mais difícil uma organização com instrumentos reais/concretos e possíveis de transformação radical da sociedade. Assim, a luta da classe trabalhadora contra a burguesia “começa com sua própria existência” e no conhecer a si própria (MARX; ENGELS, 2008, p.21).

Voltando para a questão da formação da classe trabalhadora e dos sindicatos, pode-se indicar a íntima relação entre ambas. Já que os sindicatos nasceram como organização dos trabalhadores que se opunham aos interesses patronais, o que evidenciou a dimensão coletiva da construção identitária desse grupo social. Logo, os sindicatos se originam, no mundo ocidental, com a crescente industrialização na Europa, a partir do século XVIII (ENGELS, 2008).

[...] O processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista engendrou o trabalhador assalariado e, com ele, a necessidade de cooperação e organização para autodefesa da classe. O sindicato é uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo. [...] o surgimento do sindicalismo apoia-se nos avanços históricos promovidos no sentido de maior participação social dos cidadãos, na transição para regimes republicanos e na

absorção de valores que fazem parte da modernidade. Assim como o trabalhador assalariado é um produto da modernidade, o sindicato também o é. (DAL ROSSO, 2011, p. 19).

Conforme ressalta Dal Rosso (2011), o sindicato é produto/fruto/resultado da modernidade tal qual o é o trabalhador assalariado. Para Antunes (1985), com o intenso desenvolvimento das máquinas substituiu-se a produção artesanal e manufatureira, ressaltando duas grandes questões.

Por um lado, o progresso da indústria com o emprego da força das máquinas, por outro um elevado número de operários desempregados cujo trabalho fora substituído por essas máquinas. Logo, o cenário que se instalou foi de índices<sup>7</sup> elevados de trabalhadores desempregados fortalecendo o capitalismo que passou a pagar salários ainda mais baixos para quem quisesse se manter no emprego.

Com o sistema fabril, havia nas cidades europeias: operários submetidos a longas jornadas de trabalho, que chegavam a 16 horas diárias; precarização das condições sociais, bem como de moradia; substituição da mão-de-obra pela maquinaria, o que levou a uma primeira impressão (análise aparente), por parte dos operários, que as máquinas eram responsáveis pela situação por que passavam.

A partir do contexto de exploração da força de trabalho dos operários, Marx (2008), evidencia o papel econômico imediato dos sindicatos que era o de impedir que os níveis de salários estivessem abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria, assim como de evitar que o preço da força de trabalho ficasse abaixo de seu valor. Outra questão relativa ao papel dos sindicatos era o de unir os operários para se colocarem em condições para negociação do contrato de venda da sua força de trabalho.

Para Marx (2008, p. 64), os sindicatos são “sociedades de segurança criadas para os próprios operários”. Eles (os sindicatos) emergem a partir da necessidade dos trabalhadores de se organizarem para conquistarem direitos sociais, bem como tentativa de superar condições políticas que determinavam situações desfavoráveis sempre presentes na lógica da divisão social do trabalho.

Dal Rosso (2011, p. 12-13) corrobora com o pensamento de Marx ao evidenciar que o sindicato é a “forma contemporânea de organização autodefensiva e proativa dos trabalhadores assalariados, [...] parece concentrar-se na noção de organização e lutas”.

A primeira forma de resistência dos trabalhadores foi a do ludismo (quebra de máquinas). O movimento fazia alusão a Ned Ludd Michel, trabalhador da indústria têxtil que

---

<sup>7</sup> Ver Alves (2003).

destruiu uma máquina de tricotar meias onde trabalhava e se tornou referência para outros trabalhadores que começaram uma rebelião contra as máquinas (ANTUNES, 1985).

A revolta dos trabalhadores tinha pretensão de pressionar os patrões a negociarem suas reivindicações, bem como sua situação de empobrecimento e exploração, que a princípio se dava de maneira individualizada (MARX, 1996).

As *trade-unions* (sindicatos de ofício que existiam na Inglaterra) também foram importantes na organização do operariado inglês, elas são o que hoje se constitui como sindicatos. A Lei do Parlamento inglês de 1824 possibilitou o avanço das organizações operárias, pois permitia a livre associação.

Assim, os operários ingleses passaram a fazer as negociações para o conjunto da classe trabalhadora buscando a superação da pressão individual que o patrão exercia sobre o trabalhador, fixação do valor dos salários para a categoria regulamentado em função do lucro. Foram criadas caixas de ajuda para momentos de dificuldades e outras estratégias para o conjunto da classe operária (ANTUNES, 1985).

Outra forma de organização importante dos trabalhadores ingleses foi o movimento conhecido como *cartismo*<sup>8</sup>, o qual consistia em uma carta endereçada ao Parlamento que reivindicava: sufrágio universal masculino; voto secreto; eleições anuais; participação de representantes dos trabalhadores no parlamento com remuneração destes para que pudessem se manter durante o mandato (ALVES, 2003).

Salienta-se, dessa maneira, que a teoria marxista colaborou, em grande medida, com a classe trabalhadora. Tendo em vista que, no interior dos sindicatos, orientou os operários a não se renderem à burguesia, mas a buscarem sua organização diante das contradições criadas pela divisão social do trabalho, exploração vivenciada.

Isso porque não basta apenas a interpretação do mundo (das relações que se estabelecem no mundo, na correlação de forças dele emanadas), mas é necessário o combate a toda força que se contrapõe aos interesses da classe trabalhadora. Nas palavras de Marx, quando trata acerca das Teses sobre Feuerbach, (2005, p.8), “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém, de modificá-lo”.

É importante ressaltar que, Marx em momento algum conduz à ideia de abandono da teoria ou do conhecimento, do esforço teórico de interpretação do mundo e todo o seu complexo, não é isso. Mas, o processo de transformação radical da sociedade requer a unidade entre teoria e prática, não apenas uma ou outra, mas a unidade desses elementos, a *práxis*.

---

<sup>8</sup> Ver Alves (2003) para aprofundamento.

Para que ocorra esse processo de transformação há a necessidade de atuação das forças sociais nos lugares onde a luta for possível e esta luta será possível quando encontrados os trabalhadores. Como sinalizou Trotsky (2008, p. 228), “é preciso encontrar os operários onde eles estão”. Assim, encontrar os trabalhadores é uma das questões centrais no marxismo e é nos sindicatos que se concentra boa parte deles, vítimas do capitalismo.

Marx e Engels (2008) fizeram esse chamamento quando escreveram aos trabalhadores de todos os países que se unissem. Esse chamado, ao longo da história, encontrou nos sindicatos uma forma de concretização, rumo à liberdade em relação à exploração capitalista com vistas a uma sociedade socialista. Para os autores, a libertação da exploração é um ato histórico que resulta das relações sociais concretas e somente será possível no mundo real com meios reais.

Um aspecto a ser destacado em relação aos sindicatos é sobre seu papel na formação política dos trabalhadores e das trabalhadoras. Ele (o sindicato) é a escola de guerra da classe para revelar e denunciar a ideia do capitalismo como explorador (ENGELS, 2008). Logo, por meio do engajamento sindical a classe trabalhadora pode aprender que na sociedade do capital há o interesse de dominação da classe de uma classe sobre a outra.

Trata-se, portanto, de uma formação política com perspectiva de contra-hegemonia, com conteúdo teórico e prático que forme intelectuais orgânicos<sup>9</sup>. Nos dias de hoje, essa formação é imprescindível para preparar os trabalhadores e trabalhadoras nos embates contra políticas de cunho neoliberal.

Em razão disso, é importante considerar que o processo formativo político pode acontecer em diferentes espaços/instituições como sindicatos, movimentos sociais e populares, religiosos, Escola/Universidade, partidos políticos etc. Especialmente, nesse estudo, tem-se como foco as contribuições do sindicato para a formação política.

## 1.2 SINDICATO E FORMAÇÃO POLÍTICA

O sindicato, neste estudo, é compreendido, para além das questões intrínsecas a ele, como espaço de formação política em perspectiva contra-hegemônica, leitura de mundo emancipadora que permite compreender os meandros que compõem a complexa estrutura societal com possibilidade de sua transformação.

---

<sup>9</sup> Para Neves (2010), inspirada nos postulados de Gramsci, os intelectuais orgânicos são como formuladores de concepções de mundo e a formação desses intelectuais ocorre em diferentes espaços, hegemônicos ou contra-hegemônicos, da sociedade civil.

Para compreender o sindicato como espaço de formação política em perspectiva contra-hegemônica é importante definir, ainda que brevemente, os aspectos teórico-conceituais de política, Estado moderno, hegemonia, contra-hegemonia e formação política que embasam esta pesquisa.

Marx (1996) e Gramsci (1999) elucidam que os significados dos conceitos variam de acordo com a situação concreta, de acordo com as disputas, que são eminentemente políticas, travadas pelos sujeitos sociais em determinada realidade. Logo, os conceitos são históricos, sociais, dialéticos, estabelecidos nas disputas pela hegemonia.

Nesse horizonte, o conceito de política deve ser compreendido como um produto da história, construído socialmente. Na visão marxista, política se trata da forma de organização da sociedade considerando as relações de poder nela estabelecidas. Para Marx e Engels (2008) as relações políticas estabelecidas no sistema capitalista têm como base a disputa entre as classes sociais, bem como o domínio de uma sobre a outra, ou seja, a classe que subjuga é a que detém a propriedade dos meios de produção.

Nas relações políticas, estabelecidas no capitalismo, o Estado moderno é forjado pela burguesia com o intuito de reproduzir a estrutura e o funcionamento do modo de produção capitalista, bem como resguardar seus interesses. Para Marx (1996, p. 98), o Estado moderno

[...] é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época [...] este Estado Moderno não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses.

O Estado, para Marx, deixa sua aparência de atendimento a interesses de cunho universal e passa a ser visto como um organismo que exerce uma função específica que, ao garantir a propriedade privada, assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes e conserva o domínio dos proprietários dos meios de produção. Logo, trata-se de um Estado de classe, uma entidade particular e que defende os interesses de uma classe específica.

É importante compreender que Marx e Engels, a partir dessa perspectiva, não se limitam a mostrar a natureza de classe do Estado moderno, mas que ele (o Estado) assume o monopólio da representação de tudo que é universal, haja vista que todas as instituições comuns passam por mediações do Estado e recebem uma forma política (MARX; ENGELS, 2008).

Em outras palavras, há o processo de monopolização de toda a esfera legal política e o Estado moderno sendo “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa” não abre espaço para concessão aos interesses dos proletários (MARX; ENGELS, 2008, p. 12).

Então, como forjar na classe operária formas concretas para uma participação e, talvez, uma revolução dentro dos instrumentos “democráticos” da burguesia, de interesses comuns (universais)?

Conforme Coutinho (1985), não há uma clara resposta a esse questionamento no Manifesto do Partido Comunista, pois não havia até aquele momento da história uma revolução proletária, logo, não havia elementos teóricos e práticos suficientes que pudessem ser sustentados.

Esse mesmo autor indica que, quando se teve uma experiência de revolução proletária, em junho de 1848, na França, pouco tempo depois dos escritos do Manifesto, Marx e Engels trazem para sua análise a experiência da dualidade de poderes e escrevem a *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, em 1850.

No referido texto, Marx e Engels fazem um balanço sobre a experiência de revolução proletária fracassada e formulam a ideia da “revolução permanente”:

[...] os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente, até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder de Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não num só país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países. [...] Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. [...] (MARX; ENGELS, 1977, p. 97).

Dessa forma, a partir da visão de Coutinho (1985), a abordagem que se tinha em Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, em 1848, sobre o Estado moderno era abstrata e preliminar, situada no nível das leis mais gerais do modo produtivo do capitalismo. E, após experiências mais concretas, o conceito sobre o fenômeno estatal ganha outros contornos. Logo, enveredar por um ângulo mais concreto sobre o conceito de Estado moderno implica introduzir novas determinações, como é o caso da necessidade de uma revolução permanente, questões ligadas às esferas econômicas, sociais e políticas.

Outros teóricos marxistas (Lenin, Trotski, Rosa Luxemburg, Max Adler etc.) realizaram percursos longos no debate do conceito de Estado moderno ou Estado capitalista, com destaque para a dualidade de poderes existente. O italiano Antônio Gramsci, especificamente, amplia de forma mais sistemática a teoria do Estado moderno, isto se justificando, talvez, pelo fato de o autor operar em um momento histórico em que havia uma maior concretização do fenômeno estatal (COUTINHO, 1985).

Gramsci (1999), a partir da análise que realiza das mudanças na sociedade que repercutem na configuração do Estado Moderno, amplia de forma dialética o conceito de Estado e acrescenta novas determinações. Para este autor, o Estado passou por transformações, dentre as quais tem-se formas de participação da sociedade civil para que apresentasse suas reivindicações, bem como o fortalecimento dos sindicatos, associações corporativas, partidos políticos etc.

É preciso observar que esta ampliação do conceito de Estado promovida por Gramsci é antecedida, segundo Carlos Nelson Coutinho (p. 26-29), pelas reflexões de Engels em sua “Introdução” à reedição, em 1895, de *As Lutas de Classe na França*. Ali ele irá modificar, parcialmente, a concepção presente no *Manifesto*, tendo em conta o “pacto” ou “contrato” que se verificava no seio do Estado Prussiano:

Desse modo, pode-se afirmar que – ao introduzir, ainda que apenas embrionariamente, essa nova determinação do Estado – o Engels tardio foi o primeiro marxista a empreender o processo de ‘ampliação’ da teoria do Estado; e é também importante registrar que essa ‘ampliação’ conceitual se deu como resposta à ‘ampliação’ efetiva que se processou na esfera política no último terço do século XIX (COUTINHO, 1985, p. 29).

Em face das mudanças ocorridas na sociedade, em linhas gerais, Gramsci (1999) caracteriza o Estado Moderno como: sociedade política (coerção) +(mais) sociedade civil (consenso). É importante elucidar que esta definição de Estado Ampliado não deve ser tomada de maneira dicotômica, ele a representou desta forma apenas por questões didáticas e epistemológicas e, de forma nenhuma, desconsidera a complexidade e a dialética nos processos estruturantes da sociedade capitalista.

Gramsci (1999) não vê o Estado apenas como expressão dos interesses da classe que dominam hegemonicamente, mas como produto da correlação de forças, ou seja, não atende apenas aos interesses da burguesia, mas também aos da classe trabalhadora, em certa medida. É importante destacar que o que garante os interesses do Estado é o equilíbrio de forças mantido pela coerção ou por meio de uma ação político-ideológica que garanta o consenso.

Por isso que, para Gramsci (1999, p. 87), o Estado é “todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém a sua dominação e consegue obter o consenso ativo dos governos”.

Na correlação de forças presente no Estado é importante elucidar o conceito de hegemonia elaborado por Gramsci (1999). Para este autor toda relação de hegemonia “é necessariamente [...] pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos

de civilizações nacionais e continentais” (GRAMSCI, 1999, p. 499). Dessa forma, a construção da hegemonia é uma ferramenta dos grupos dominantes para manter seus interesses na nova configuração do Estado. Souza (2013, p. 74-5) acrescenta que:

O conceito de hegemonia em Gramsci revela que a burguesia para manter sua direção intelectual e moral (e não apenas econômica) sobre toda a sociedade necessita fazer concessões, ceder espaço para as reivindicações dos grupos sociais subalternos e de certa forma acolhê-las e incluí-las em seu projeto de sociedade.

Compreende-se hegemonia dessa maneira por se tratar da direção intelectual (pensamento) e moral (ação) dos sujeitos que envolvem concepções de mundo da classe dominante que as apresenta como se representasse o interesse do conjunto das classes. Logo, o modo de pensar dominante passa a fazer parte da maneira de pensar e agir de diferentes grupos sociais, os quais assumem para si, valores e normas de conduta da classe dominante. Assim sendo, a burguesia é dominante porque consolidou no meio social uma visão de mundo que a legitima como hegemônica.

Martins e Neves (2010, p. 24) corroboram essa definição e elucidam que o “exercício da hegemonia é sempre uma relação pedagógica que busca subordinar em termos morais e intelectuais grupos sociais inteiros por meio da persuasão e da educação”. Isto é, um complexo com processos de contradição, correlação de forças e de resistência, o que evidencia seu caráter dinâmico, ou seja, não é estático e mecânico.

Para Gramsci (1999) a classe trabalhadora precisa romper com a hegemonia dominante que direciona sua vida intelectual e moral. A ruptura com essa concepção de mundo requer um “conhece-te a ti mesmo” coletivo, elevação intelectual e moral das massas para se construir uma nova hegemonia.

Como expressa o autor, “a partir do momento em que um grupo subalterno se tornar realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade” (GRAMSCI, 1999, p. 255).

Souza (2013, p. 75), esclarece que:

A construção de uma nova hegemonia pensada por Gramsci por parte dos grupos sociais subalternos não se resume a permanecer na direção do anti, do contra. Pelo contrário, era um movimento muito mais complexo, um movimento “molecular” de mobilização de toda a sociedade. Um movimento de educação das massas, de elevação intelectual e moral, de renovação de valores e de perspectivas – um movimento de organização da cultura.

Essa construção se refere à superação e transformação do modo de pensar e agir por parte da classe trabalhadora. Gramsci (1999, p. 103) acrescenta que “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”. Dessa forma, a nova hegemonia ou contra-hegemonia se inicia dentro da própria sociedade capitalista, por meio da consciência política.

Sobre contra-hegemonia, Souza<sup>10</sup> (2013) afirma que não foi uma formulação de Antônio Gramsci. O autor supracitado indica que o conceito foi acrescentado ao *corpus* teórico gramsciano por Raymond Williams, por meio da obra *Marxismo e Literatura* de 1977. No entanto, conforme conclusões de Souza (2013, p. 77-8):

[...] o confronto entre as justificativas apresentadas por Williams (2000) para o acréscimo do conceito de contra-hegemonia e os escritos gramscianos sobre hegemonia mostrou que o autor da *Cultural Studies* negligenciou o fato de que o conceito de hegemonia em Gramsci já pressupõe as contestações, os aspectos contraditórios, as reivindicações, em relação à direção dos grupos dominantes na sociedade. Esse confronto também revelou que em Gramsci a construção da hegemonia é um processo muito mais complexo do que aponta Williams (2000), pois envolve planejamento, estratégias para educação intelectual e moral das massas populares e engajamento político por parte dos intelectuais comprometidos com as transformações sociais.

Embora o termo contra-hegemonia não tenha sido elaborado por Gramsci compreende-se que a criação do conceito se deu a partir de seus postulados ao formular o conceito de hegemonia na obra *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Gramsci (1999), ao indicar a necessidade de rompimento com a hegemonia dominante e construção de uma nova hegemonia conduz a pressupor que se trata de uma contra-hegemonia, a partir da elevação intelectual e moral das massas. Fica clara a complexidade e profundidade do que propôs o autor, sem desconsiderar (ou negligenciar) os aspectos da contradição, reivindicação, resistência, consciência política, econômicos, sociais, culturais etc.

Acerca da elevação intelectual e moral da classe trabalhadora, ocorrem por meio da consciência política que precisa ser compreendida com base nas contradições da vida material dada pelo conflito que existe entre forças produtivas sociais e as diferentes relações de produção. Isto, porque “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2008, p. 10).

---

<sup>10</sup> Para aprofundar essa questão buscar a dissertação de mestrado de Souza (2013).

Essa consciência política ocorre por meio da filosofia da práxis<sup>11</sup>, de forma dialética considerando o modo de produção de vida material. A filosofia da práxis é a concepção que orienta a reforma intelectual e moral na sociedade, é estratégia de construção da contra-hegemonia, por parte da classe trabalhadora, para educar-se a si mesma na busca por conhecer as contradições existentes na sociedade, trata-se de uma filosofia marxista, ou seja, uma interpretação científica do mundo que expressa uma prática existente e guia uma práxis revolucionária (GRAMSCI, 1999).

Para Vásquez (1977, p. 237), “[...] a práxis se apresenta como uma atividade material transformadora e adequada a fins. [...]”. Trata-se de unir teoria e prática com vista à transformação radical das condições materiais de existência, das relações produtivas da sociedade existente. E, portanto, o autor compreende, a partir dos postulados marxianos, que “[...] a atividade filosófica enquanto tal não é práxis [...] tampouco a filosofia da *práxis* ou teoria da atividade prática do homem em suas relações com a natureza e com outros homens.” (VÁSQUEZ, 1977, p. 236), visto que interpretar a realidade concreta não significa transformá-la. Ademais, a “atividade filosófica transforma nossa concepção do mundo, da sociedade ou do homem, mas não modifica nada real. [...]” (VÁSQUEZ, 1977, p. 234). Trata-se, portanto, de ir para além das questões que envolvem o pensamento, sem desconsiderar sua relevância no processo de transformação do real. Isto é, a atividade teórica, por si só, não muda (não transforma) a realidade, mas ela é necessária no processo de transformação.

Logo, considera-se a necessidade de “[...] uma filosofia vinculada à prática, que inspira conscientemente sua realização, longe de carecer de conteúdo propriamente teórico, tem de possuí-lo em toda sua riqueza. [...]” (VÁSQUEZ, 1977, p. 236). Essa consideração permite enfatizar a importância da filosofia da práxis como guia ou instrumento teórico de transformação da realidade para instauração de uma nova sociedade. Vásquez (1977, p. 236), acrescenta que “[...] entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas.

Compreende-se, dessa maneira, a complexidade da formação consciente e crítica nas relações sociais concretas. Destarte, trata-se de uma prática social que se estabelece nas relações sociais, nas diversas instituições e movimentos sociais; de um campo social de disputa

---

<sup>11</sup> Filosofia da *práxis* teria sido expressão adotada por Gramsci, na prisão, para falar do materialismo histórico ou marxismo e, assim, tentar fugir à censura da polícia prisional. Os primeiros registros dessa expressão ocorreram a partir do Caderno 10, quando o autor fez uso para substituir progressivamente materialismo histórico e marxismo.

hegemônica; de um espaço de luta e contradição; e de um ato político (de tomada de consciência política, uma leitura de mundo crítica e reflexiva) (FREIRE, 2000).

Conforme expressa Peixoto (2014, p. 239-40):

[...] a emancipação não é um valor universal e consensual, mas um valor histórico e determinado por situações conjunturais que sempre envolveram disputas entre quem deseja a emancipação e quem promove as condições para que este desejo apareça, portanto, quem oprime. [...] opressão e desejo de liberdade não são um produto da vontade imediata ou da iniciativa isolada de indivíduos, mas decorre de *relações de produção* (escravagismo, feudalismo, capitalismo) necessárias à manutenção da existência de um determinado grupo social.

Vale destacar que a emancipação da classe trabalhadora, que tem valor histórico e determinado, dar-se-á pelo próprio trabalhador, organizado e assentado na unidade, em torno de um projeto comum que é a transformação da sociedade. Nesse ensejo não só a emancipação, mas a formação humana (intelectual/acadêmica, moral, social, política, política-sindical, política-pedagógica, política-acadêmica etc.) do trabalhador e da trabalhadora ganham centralidade muito em função das disputas por hegemonia econômica, política, social, cultural etc.

E essa formação humana perpassa por instâncias formais de educação, Escolas/Universidades, por exemplo, e instâncias não formais como movimentos sociais, populares, sindicais, religiosos; organizações não governamentais; grupos espontâneos como de artes, esportes. Além de espaços de socialização, como mídias (rádio, televisão, redes sociais etc.), ruas/praças, família/amigos, ambiente profissional etc.

Destaca-se que, neste estudo o foco encontra-se na formação política, especificamente a formação político-sindical, enquanto elemento no processo permanente de formação humana e pode ocorrer em espaços não formais de educação, como é o caso do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras.

Frigotto (2014, p. 71) adverte que o desafio para sindicatos e movimentos sociais (diferentes movimentos organizativos da classe trabalhadora) é de estar com o povo “na construção da consciência política que o mova para alterar o projeto societário que se constitui num *monstrengo social* onde a minoria prepotente produziu e mantém uma das sociedades mais desiguais do mundo”. Assim, a efetiva emancipação (social, cultural, política, humana) será alcançada com consciência (pensamento) e luta (prática) do conjunto da classe trabalhadora.

Nesse prisma, compreende-se que a formação política nos sindicatos, principalmente os de base classista, têm, historicamente, papel importante e estratégica: na construção coletiva de consciência política da classe trabalhadora de si e para si com resgate de sua trajetória; na

construção e concepção do próprio papel do sindicato; na busca, além de compreender, de transformar a realidade social; de viabilizar condições teóricas e práticas para que os trabalhadores e as trabalhadoras possam questionar as estruturas da sociedade e muito mais.

Além desses aspectos, a formação política-sindical com perspectiva crítica de transformação e emancipação é trivial na luta por uma sociedade que tenha verdadeiramente os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras em seu centro.

Resgata-se aqui a construção teórica feita anteriormente sobre a filosofia da *práxis* evocando-a particularmente no espaço sindical. Compreende-se que a formação política no espaço do sindicato de base classista e combativo pode orientar na construção da contra-hegemonia conhecendo e reconhecendo as contradições e mediações existentes na sociedade.

Neste estudo considera-se, particularmente, a experiência do ANDES-SN na organização e formação dos docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil como um sindicato de natureza classista, democrática, a serviço da classe trabalhadora, como espaço de formação política-crítica-reflexiva, espaço de emancipação humana, espaço desalienante. Ademais, um sindicato que atende aos interesses históricos da classe trabalhadora brasileira.

### 1.3 SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN): FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SN

No Brasil, as primeiras experiências de organização de trabalhadores se deram em associações de ofícios, com demarcação temporal no início do século XX. Essas associações tinham como base relações sociais que compreendiam direitos, deveres e tentavam organizar o escasso número de trabalhadores assalariados existente (GIANNOTTI, 2009).

Vale ressaltar que a organização dos trabalhadores brasileiros ocorreu nesse período, pois o processo de industrialização ocorreu tardiamente em função do sistema escravocrata ter sido bem estruturado e, portanto, por volta de 1900 o sistema capitalista começou a se consolidar<sup>12</sup>.

Em 1906 ocorreu o primeiro Congresso Operário no Brasil orientado pela concepção anarquista, como acontecia nos sindicatos europeus. Anterior a este fato já haviam organizações de trabalhadores brasileiros, mas somente após este Congresso é que tais organizações passaram a ser chamadas de sindicatos.

---

<sup>12</sup> Aprofundar sobre tais questões em Giannotti (2009).

Quanto ao sindicalismo docente universitário brasileiro, demarca-se sua gênese e sua resistência às ofensivas dos governos durante a década de 1970. Para Bauer e Paiva (2017), este fenômeno tem como base material a massificação da educação universitária assim como a formação de uma camada de ativistas oriundos do movimento estudantil da década de 1960.

Como importante elemento da história do movimento docente tem-se em 19 de fevereiro de 1981, a criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES), em Campinas, Estado de São Paulo, pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Tanto seu nascimento quanto o nome da Associação foram aprovados mediante ampla maioria de votos dos delegados participantes do Congresso.

Destaca-se que a ANDES nasceu calcada em uma firme organização das Associações Docentes (ADs) e essas surgiram por volta de 1976, em várias universidades brasileiras. Tinham como perspectiva a defesa das instituições, abaladas pelas constantes intervenções do regime militar (1964-1985) e defesa dos interesses dos seus docentes.

Dentre as funções da ANDES destacavam-se a integração com outras entidades representativas de docentes, trabalhadores e demais setores sociais; a luta pela redemocratização do país; a campanha nacional em defesa e ampliação da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Conforme elucida Navarro (2001), as motivações para a criação e sustentação da ANDES conjugam determinações de natureza política e sindical. A primeira concerne à luta dos docentes pela democratização das universidades, da sociedade e pela educação de caráter público. A segunda condiz com questões relacionadas às melhores condições de trabalho, salário e carreira docente.

O 1º Boletim Nacional da ANDES, de 1981, sintetiza essas duas naturezas que caracterizam a entidade:

A ANDES é uma Associação de âmbito nacional, autônoma relativamente ao Estado e à administração universitária, democrática e representativa dos professores das IES de todo Brasil, e não apenas das diretorias de Associações Docentes. Esta Associação deve respeitar a autonomia das Associações Docentes e incentivar a criação de novas AD's, preservar os interesses regionais e setoriais, buscando, ao mesmo tempo, coordenar e fazer convergir o movimento dos docentes nas iniciativas de alcance nacional. A ANDES não terá caráter político-partidário e buscará efetivamente expressar as reivindicações e lutas dos professores das IES brasileiras nos planos econômico, social, cultural e político, seja em campanhas trabalhistas, seja na defesa de uma política educacional que atenda às necessidades populares, buscando interagir com entidades democráticas representativa de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro (ANDES, 1981, p. 1).

A ANDES, como expressa esse Boletim, buscou na sua origem a construção da democracia do movimento docente e da sociedade brasileira. Nasce “dos docentes para os docentes como categoria social de trabalhadores intelectuais [...] nasce também para o movimento sindical combativo e classista que se organizava [...]” e todos os envolvidos nas “transformações radicais da educação e da sociedade” (NAVARRO, 2001, p. 204).

Assim, a ANDES expressa desde seu nascimento a dinâmica evidenciada na sociedade, dentro da correlação de forças dela emanada, indicando preocupação para além das questões da categoria docente, o que revela seu caráter classista, autônomo, combativo, desatrelado do Estado.

Constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sete anos depois, em 26 de novembro de 1988. Antes da Constituição Federal de 1988 era proibida a associação profissional ou sindical de servidores públicos. Promulgada a Constituição, conforme o artigo 8 da Carta Magna, passa a ser livre a associação profissional ou sindical.

Coerente com sua postura democrática, a ANDES encaminhou amplo debate com todas as Associações Docentes acerca da proposta de sindicalização. A partir das discussões, foi marcado para novembro de 1988 o II Congresso Extraordinário da Associação Nacional dos Docentes, no Rio de Janeiro (RJ). No referido CONGRESSO foi aprovada a criação do ANDES-SN. E, por respeito à história do movimento docente, deliberou-se pela manutenção da sigla e acréscimo de “SN”.

Vale elucidar que as pautas de luta estruturadas pelo ANDES-SN, desde sua fundação, ainda como Associação, evidenciam duas grandes questões. A primeira diz respeito à política educacional implementada pelos governos desde a ditadura militar com processos de: privatização da educação com proliferação das instituições privadas de ensino com base no modelo empresarial; deterioração das condições de trabalho, com arrocho salarial que, ao longo dos anos, tem caracterizado a política econômica dos governos; deterioração, também, das estruturas físicas das instituições públicas superiores, etc.

A segunda, a partir da primeira questão, refere-se à clareza da corporificação das lutas em defesa do Ensino Público e Gratuito, por uma Universidade Democrática e por melhores condições de trabalho e salários.

Elucida-se, a força do Sindicato Nacional por meio da atividade grevista no movimento sindical brasileiro, particularmente a partir da década de 1980.

Para Mattos (2009), as greves dos anos de 1980 representaram uma novidade não só pela sua quantidade, com grande expansão da atividade grevista, mas pelos métodos, que foram

diversificados como: greves com ocupação, greves “pipoca”, “vaca brava”, “tartaruga” e greve geral<sup>13</sup>.

O crescente número de greves dos trabalhadores, bem como suas formas diversificadas, evidenciava a perversidade do modelo econômico que concentrava (e concentra) renda, haja vista que as reivindicações básicas eram reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação. Esse período caracterizou-se em:

[...] vasto movimento [...] pela existência de *greves gerais* por categoria (como a dos bancários em 1995), *greve com ocupação de fábricas* (como a da General Motors em São José dos Campos em 1985 e a da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda em 1989), incontáveis *greves por empresas*, até eclosão de *greves gerais nacionais*, como a de março de 1989, que atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores, constituindo-se na mais ampla e abrangente greve geral do país. No ano de 1987, por exemplo, houve um total de 2.259 greves, sendo que em 1988, 63,5 milhões de jornadas de trabalho foram paralisadas (ANTUNES, 2009, p. 233).

A atividade grevista do movimento sindical de docentes universitários e de suas seções sindicais nesse período demarca um total de sete greves (1980, 1981, 1982, 1984, 1985, 1987, 1989) com adesão de estudantes e servidores técnicos administrativos em grande parte dessas (ANDES-SN, 2018b). As principais pautas de reivindicações eram: Reposição salarial; Luta pelo Novo Plano de Carreira do Magistério; Orçamento Federal para IES para seu pleno funcionamento; Reajuste semestral igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); Aposentadoria integral; Piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico-administrativos; Adicional de dedicação exclusiva (DE), acima de 50%; Revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal, dentre outras (ANDES-SN, 2018b).

A “onda” de greves que marcou essa década apresenta alguns traços como a expressiva expansão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços: bancários, professores, médicos, funcionários públicos etc. Totalizaram-se, na década de 1980, 9.833 sindicatos em nosso país, e, em 1990, atingiu-se o número de 15.972 sindicatos; dentre esses se tem sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais.

Houve, também, continuidade no sindicalismo rural que influenciou, posteriormente, o nascimento do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, o que permitiu uma

---

<sup>13</sup> Greve geral é a paralisação de uma ou mais categoria de trabalhadores, geralmente é convocado um dia em especial de manifestação. Greve com ocupação se trata da tentativa de paralisação da produção; a recusa de sair da empresa, mesmo após o expediente. Greve “pipoca” paralisação alternada de turno ou dias. “Vaca brava” revela os fortes laços que unem seus protagonistas ao campo, haja vista que muitos dos que compunham o movimento eram migrantes rurais vindos das regiões Norte e Nordeste, e interior do Estado de São Paulo. Na operação “tartaruga” trabalhadores realizam seu trabalho com lentidão, ou seja, redução do trabalho ou da produção.

reestruturação da organização dos trabalhadores do campo. Segundo Antunes (2009, p. 234), em “1996 existiam 5.193 sindicatos rurais, dos quais 3.098 eram de trabalhadores”.

Teve-se, também, o nascimento de centrais sindicais, como por exemplo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com fundação em 1983. A CUT foi resultado da confluência dos sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo”, inspirado na sua origem em um sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado, e as oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos<sup>14</sup> dos sindicatos.

Esse conjunto de elementos, ao longo da década de 1980, apresentara quadro favorável ao sindicalismo de modo geral, indo na contramão do que ocorria nos países do centro do capital. Assim:

[...] Enquanto nos anos 80 o sindicalismo brasileiro caminhou em boa medida no contrafluxo das tendências críticas presentes no sindicalismo dos países capitalistas avançados, já nos últimos anos daquela década, entretanto, começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis na década dos anos 90 pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda *regressiva*. (ANTUNES, 2009, p. 235, grifos do autor).

Esse arrefecimento do movimento sindical é parte das mutações no processo produtivo e adoção de políticas neoliberais. Desse modo, essa nova realidade tornou o “novo sindicalismo” mais defensivo e acentuou-se um quadro crítico no sindicalismo brasileiro nos anos 1990. Os primeiros anos dessa década foram marcados por fortes repressões do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso contra a classe trabalhadora e não foram muito diferentes as ações implementadas pelos governos subsequentes: Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018).

Vale destacar que, mesmo diante da conjuntura de desafios que se colocaram ao sindicalismo combativo e classista, a ação sindical dos docentes universitários por meio de greves e outros mecanismos de resistência nos anos da década de 1990 se mantiveram. Houve seis greves (1991, 1993, 1994, 1995, 1996, 1998) (ANDES-SN, 2018b).

Suas principais pautas de reivindicação perpassavam por: recomposição dos salários; repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concurso público para preencher vagas existentes nas IFES e para expansão do quadro de pessoal, com a imediata contratação; defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço; luta

---

<sup>14</sup> Pelego é uma peça retangular, formada da pele curtida, com lã, de um carneiro ou ovelha, que se põe sobre os arreios/bastos de uma montaria (cavalo, égua, burro, mula) a fim de tornar mais macio o assento para o cavaleiro. No movimento sindical é um jargão utilizado para se referir negativamente aos líderes, representantes de trabalhadores, que servem como mediadores entre governo/patrões e trabalhadores visando tornar a política do Estado e dos patrões mais aceitável para esses trabalhadores.

contra os projetos privatizantes que seguiam a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) etc.

Quanto às instâncias deliberativas do Sindicato Nacional, têm-se: o Congresso do ANDES-SN (CONGRESSO); o Conselho do ANDES-SN (CONAD<sup>15</sup>); as Seções Sindicais (S.SINDs) ou Associações Docentes - Seções Sindicais (ADs-S.SINDs) constituídas por: Assembleia Geral (AG), Diretoria e outros órgãos no seu interior.

O CONGRESSO é a instância deliberativa máxima da Entidade e ocorre ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD. É composto por: um delegado de cada Diretoria de S.SIND ou AD-S.SIND; delegados de base de cada S.SIND ou AD-S.SIND indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo Estatuto; delegados representativos dos sindicalizados via Secretarias Regionais; por observadores/as de base da S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz; e pelo Presidente do Sindicato Nacional (ANDES-SN, 2018).

Ao Congresso do ANDES-SN são atribuídas as funções de: estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos precípuos; decidir, em última instância, acerca dos recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados; decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA; estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados; alterar, parcialmente ou totalmente, o Estatuto; referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação; referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação; decidir sobre a filiação de organizações nacionais e internacionais; referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs; e criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões (ANDES-SN, 2018).

O Conselho do ANDES-SN é a instância deliberativa intermediária e ocorre, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando requerido por um quarto (1/4) das S. SIND ou pela DIRETORIA. É composto por: um delegado/a de cada S.SIND ou AD-S.SIND escolhido na forma deliberada por sua AG; um delegado/a representativo dos sindicalizados, via cada uma das Secretarias Regionais conforme deliberação de sua AG; observadores/as de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz; membros em exercício na DIRETORIA (ANDES-SN, 2018).

---

<sup>15</sup> Ao longo do processo de consolidação do Sindicato Nacional, o CONAD foi sofrendo modificações na sua dinâmica interna e na sua estruturação organizacional. No 14º CONGRESSO deliberou-se por realizar o CONAD anualmente e não mais semestralmente como ocorria. Há de se destacar que a discussão sobre esta alteração decorreu anteriormente a este CONGRESSO.

São atribuições do CONAD: deliberar sobre quaisquer matérias que lhe são atribuídas pelo CONGRESSO; implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO; regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO; exercer as funções de conselho fiscal do Sindicato; examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA; decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA; convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO; apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e suspensão aplicadas aos sindicalizados; criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente; homologar a constituição das S.SINDs ou as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente. (ANDES-SN, 2018).

Com relação à Diretoria do Sindicato Nacional, trata-se de órgão executivo “eleita por escrutínio secreto, universal e direto dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, no gozo de seus direitos, e terá mandato de dois (2) anos” (ANDES-SN, 2018, p. 7). É composta de membros efetivos distribuídos em cargos: da presidência; da secretaria; da tesouraria; dos primeiros-vice-presidentes regionais e segundos-vice-presidentes regionais.

Ainda no âmbito das Secretarias Regionais, atualmente com 12 unidades, há mais 4 diretores (dois secretários e dois tesoureiros) que também compõem a Diretoria Nacional. No total, são 83 diretores que integram a Diretoria Executiva e as Secretarias Regionais.

Vale ressaltar, com relação ao voto realizado no âmbito da Entidade, que é “vedado o voto não presencial, tal como o virtual ou por procuração, nas instâncias deliberativas e nas eleições do ANDES-SINDICATO NACIONAL e das suas SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS” (ANDES-SN, 2018, p. 2). O que revela que todas as decisões são deliberadas pela base mediante o exercício democrático do voto.

O Sindicato Nacional sempre exerceu seu papel de sindicato combativo e classista, o que expressa seu significado histórico e sua importância política. Conforme Navarro (2001, p. 52), desde sua criação, o ANDES-SN representou “a primeira experiência de organização sindical de docentes de todas as instituições de ensino superior do país [...] cujo ideário e cuja ação sempre pretenderam transcender a dimensão puramente econômico-corporativa das lutas sindicais”. Elucida-se, assim, que o ideário e a ação deste Sindicato foram fundamentais no contexto de luta da classe trabalhadora no Brasil.

Destaca-se que fazem parte da história do ANDES-SN os debates sobre a construção de unidade com o conjunto da classe trabalhadora. Nessa direção, o Sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1989, decisão deliberada no 8º CONGRESSO realizado no mesmo ano, em São Paulo - SP.

A filiação à CUT deu-se no sentido de defender e apoiar, no interior dos fóruns realizados pela Central, propostas que se opunham ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, conhecidas como “sindicalismo orgânico”. Isto é, reafirmar a concepção, estrutura e práticas de organização de um sindicato classista, horizontal, de base e democrático (ANDES-SN, 1989).

O Sindicato Nacional deliberou no 19º CONGRESSO, em 2000, sobre a realização de um Seminário Nacional que discutisse acerca do modelo de organização sindical “cutista”. Os objetivos para as discussões no Seminário eram de proporcionar intervenção mais qualificada nos eventos da CUT, bem como um trabalho mais sistemático do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (ANDES-SN, 2000). Isso revela a preocupação do ANDES-SN não apenas com a organização dos trabalhadores, mas com a formação qualificada para esta organização.

Maciel (2010, p. 130) corrobora e assevera:

[...] A CUT [...] abandonou a perspectiva contestatória e classista e a oposição à estrutura sindical, em favor da negociação e de uma postura defensiva diante da ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais, enquanto se tornava a maior máquina sindical do país, controlando grandes aparelhos sindicais, dirigidos por burocracias, cada vez mais, cupulistas e centralizadoras, financiadas por formas variadas de contribuição compulsória.

As discussões emanadas nos debates sobre o modelo “cutista” e seu papel junto ao governo evidenciavam que “a partir de 2003, a Central passou a abdicar de sua postura crítica, não organizando a resistência dos trabalhadores contra a medidas neoliberais, como a reforma da previdência ou contendo o ímpeto grevista de suas bases, em favor do apoio ao governo Lula” abandonando a construção de uma entidade classista, autônoma e de base (MACIEL, 2010, p. 130). Assim, como fruto dos debates nacionais realizados pelo ANDES-SN, deliberou-se, no 24º Congresso, realizado em 2005, pela desfiliação da CUT (ANDES-SN, 2005).

A Carta de Curitiba, elaborada pelos congressistas em 2005, expressa, dentre outras questões, a conjuntura nacional daquele período e suas motivações para a desfiliação da Central:

[...] O Governo Lula da Silva mantém sua firme determinação de submeter o país aos interesses internacionais, por meio de um conjunto de medidas como a contra-reforma da Previdência, a Inovação Tecnológica, a liberação dos transgênicos, a Lei de Falências e a Lei das Parcerias Público-Privadas.

Acrescenta agora, “as reformas” sindical e universitária. No seu conjunto, o governo amplia o espaço das ações que favorecem o campo privado, desobrigando o Estado de seu papel precípua de sustentação do que é público e do interesse dos cidadãos. [...]

O governo Lula, apoiado no Fórum Nacional do Trabalho, do qual faz parte a CUT, encaminhou uma reforma sindical que visa a estrangular os sindicatos e a representação de base, reforçando o poder das cúpulas burocráticas das centrais e, também, ainda que proclame o contrário, a ingerência estatal e patronal nas organizações dos trabalhadores. A reforma sindical visa, ainda, a aniquilar a resistência dos trabalhadores, com vista a impor a reforma trabalhista, baseada no malfadado mito do “Custo Brasil”, a qual objetiva retirar os direitos básicos dos trabalhadores, conquistados na luta (décimo terceiro, férias, licença-maternidade e outros) e impor a completa flexibilização do trabalho, cenário de barbárie, que é o grande objetivo do capitalismo “global”. A completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar, foi avaliada pelas assembleias de base. A partir dessas avaliações, o 24º CONGRESSO deliberou a desfiliação do ANDES-SN da CUT.

Essa decisão é tomada de forma clara, tendo como parâmetro a defesa do sindicalismo classista, autônomo e democrático, opondo-se ao sindicalismo comprometido com a total adaptação das burocracias sindicais à ordem existente. [...] (ANDES-SN, 2005, p. 87-9).

Observa-se que a deliberação do 24º Congresso do ANDES-SN de desfiliação, do Sindicato Nacional, da CUT, esteve relacionada à “adaptação” da Central aos interesses do capital internacional. Também, o papel da CUT na defesa de contrarreformas implementadas pelo governo de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), o que evidencia a continuidade de políticas neoliberais que vão contra os interesses da classe trabalhadora.

Cabe aqui destacar, também, os conflitos internos em torno dessa questão, a desfiliação do ANDES-SN da CUT. Ainda no 24º Congresso do ANDES-SN, na plenária de abertura, a representante da central, Lúcia Reis, argumentou que o Sindicato Nacional, que tanto tempo levou discutindo acerca da filiação à CUT, “agora votava a desfiliação de maneira apressada [...] e que essa decisão foi discutida e votada em assembleias esvaziadas, sem maiores reflexões” (ANDES-SN, 2005, p. 14).

Houve, também, durante o referido Congresso, a luta política pela não desfiliação do Sindicato Nacional à CUT. Assim, enfatizava-se que:

[...] a defesa da saída da CUT neste momento nada mais é que uma profunda capitulação sem luta em relação à frente popular e à burocracia cutista, que leva adiante a política da frente popular no interior da CUT e dos sindicatos. Para responder à tendência das massas e impulsionar o sentido preciso da sua evolução, é preciso organizar um polo político de oposição no interior da CUT, que tenha como eixo a luta contra as reformas do governo Lula. [...]

A construção de uma oposição depende em primeiro lugar de um programa de defesa dos interesses fundamentais dos trabalhadores que foram duramente golpeados com as políticas como a substituição dos aumentos salariais por abonos, “participação nos lucros” e até mesmo redução salarial, ou do

emprego com políticas como a jornada de trabalho flexível (banco de horas) e outras todas implementadas por consenso por todas as tendências “cutistas”, incluindo, naturalmente, o PSTU. [...]

Em segundo lugar, é preciso construir uma oposição baseada na mobilização massiva e independente dos próprios trabalhadores. Isto quer dizer que é preciso se opor às “oposições” burocráticas que concebem a CUT como um parlamento dominado por delegados burocráticos. É preciso que a luta contra a burocracia seja levada aos locais de trabalho e aos grandes sindicatos que são a base da CUT. É preciso lançar a palavra-de-ordem de arrancar estes sindicatos das mãos da burocracia da frente popular (ANDES-SN, 2005, p. 202).

Tratava-se, portanto, de uma crítica ao abandono da CUT sem luta por um polo alternativo ao domínio da burocracia da central, isto é, a construção de uma oposição por dentro da CUT. Percebia-se, por parte de alguns congressistas, que a política adotada pelo ANDES-SN, de abandono sem luta, poderia resultar em esfacelamento do Sindicato Nacional, fortalecimento da direção burocrática cutista e que, ao invés de dividir a central, dividir-se-ia o próprio ANDES-SN.

Fica evidente o processo de disputas no interior do sindicato, particularmente as disputas político-partidárias. Inclusive, cúpulas ligadas ao governo dentro do sindicato que têm o interesse de divisão interna para fragilizar o movimento e deter controle sobre este espaço.

No 26º Congresso do ANDES-SN, em 2007, foi deliberado pela filiação do Sindicato Nacional à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). O ANDES-SN filiou-se à Conlutas em função do movimento dos docentes universitários constituírem-se em permanente relação com outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros bem como por ter se desfiliado da Central Única dos Trabalhadores (ANDES-SN, 2007).

No Relatório final do CONGRESSO ressalta-se que a “[...] unidade dos trabalhadores não é um fetiche, como pretendem poderosas forças, como a CUT, para submeter as organizações dos trabalhadores a um pacto de não-enfrentamento e de sustentação do próprio governo. [...]” (ANDES-SN, 2007, p. 186).

Logo, a filiação a uma Central não exprime mero fetiche, mas a necessidade de unidade da classe trabalhadora para enfrentamento de medidas truculentas do governo.

Culminando os debates sobre a organização da classe trabalhadora, desenvolvidos na base do Sindicato desde o 25º CONGRESSO e, particularmente intensificados em decorrência do cronograma deliberado pelo 51º CONAD, foi aprovada a filiação do ANDES-SN à Coordenação Nacional de Lutas - CONLUTAS e a centralização de esforços para a constituição de um amplo pólo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade que potencialize as lutas antineoliberais com vista à unidade dos que estão dispostos a lutar. (ANDES-SN, 2007, p. 114).

Vale ressaltar que a CONLUTAS nasceu em 2004, da unidade de setores do movimento sindical que se opunham as contrarreformas aplicadas pelo governo de Lula da Silva (PT). Em 2010, durante o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), constitui-se enquanto Central Sindical e Popular, isto é, CSP-Conlutas.

Essa Central reúne, em uma mesma entidade nacional, movimentos sindicais, populares, de luta contra a opressão de mulheres, negros, homossexuais etc., evidenciando sua preocupação com a organização do conjunto da classe trabalhadora.

Ademais, é uma entidade que defende a autonomia e independência em relação ao Estado, governos, partidos políticos. Privilegia a luta da classe trabalhadora, bem como a sua unidade para enfrentar as políticas neoliberais e toda forma de exploração e opressão para construir uma sociedade socialista governada pelos trabalhadores.

Assim, a decisão do ANDES-SN por filiar-se à CSP-Conlutas demonstra a organização dos docentes “[...] como categoria de classe para si, com horizonte revolucionário, o horizonte da emancipação humana que atende aos interesses históricos da classe trabalhadora [...]” (PEIXOTO, 2014, p. 269-70).

O ANDES-SN apresenta, no artigo 5º de seu Estatuto, seus objetivos precípuos, assim expressos:

- I - congregar e representar os docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior<sup>16</sup> e respectivas modalidades;
- II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;
- III - defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- IV - incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembleias e demais atividades inerentes à Entidade;
- V - fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia, nos limites deste Estatuto;
- VI - coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais;
- VII - buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;
- VIII - buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;
- IX - defender a Educação como um direito social inalienável da população brasileira e uma política educacional que atenda às suas necessidades e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

---

<sup>16</sup> Conforme parágrafo único do artigo 1º do Estatuto do ANDES-SN, atualizado e consolidado até o 37º CONGRESSO, ocorrido em janeiro de 2018, incluem-se entre as IES os Centros de Educação Tecnológica.

X - defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país (ANDES-SN, 2018, p. 1-2).

Os objetivos precípuos expressos no Estatuto do ANDES-SN evidenciam que a entidade, para além do trato de questões imediatas e objetivas demandadas pela categoria docente, também atua em contraposição aos interesses da classe dominante. Busca defender e fortalecer os interesses do conjunto da classe trabalhadora, atuando como um intelectual orgânico que, além de questionar as estruturas societárias, busca a transformação concreta da realidade.

Conta com mais de 72 mil sindicalizados em IES federais, estaduais, municipais e particulares (ANDES-SN, 2018a). Dentre seus principais compromissos está o de lutar pela educação pública, gratuita, de qualidade; pela valorização do trabalho docente; pela autonomia das IES superiores; pelo espaço público para produção de conhecimento; pela unidade da classe trabalhadora brasileira; contra as contrarreformas neoliberais.

O ANDES-SN tem sede jurídica e administrativa em Brasília, Distrito Federal, e representação de 121 Seções Sindicais ou Associações Docentes - Seções Sindicais nos locais de trabalho no Brasil, dentre as quais se tem o SINDUFAP. Navarro (2001, p. 51) afirma sobre a originalidade histórica do ANDES-SN que é a de “reunir profissionais que, pela natureza do trabalho que realizam, e pelo prestígio social e político historicamente conferido ao intelectual e ao professor universitário, foram compelidos, por injunções várias, a se organizar sindicalmente em nível nacional”.

Trata-se de “uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias”, ou seja, democrático, classista e autônomo (ANDES-SN, 2018, p. 1). Sempre buscou vincular o trabalho acadêmico à realidade social.

Introduziu no cotidiano do movimento sindical espaços destinados as diversas questões por meio de Grupos de Trabalho (GTs), permanentes ou provisórios. Conforme evidencia o Relatório Final do 14º Congresso do ANDES-SN, em 1995, os GTs geram “reflexões para subsidiar o movimento docente na implementação de sua luta cotidiana” (ANDES-SN, 1995, p. 146).

Esses Grupos de trabalho (permanentes ou provisórios) são destinados às questões específicas das relações concretas ligados à educação, ciência, tecnologia, sindicalismo, organização dos docentes etc. Representam espaços orgânicos fundamentais de formação, elaboração e intervenção na realidade.

[...] esses espaços orgânicos vêm sendo fundamentais para a formação política e sindical dos militantes, para elaboração teórica que vem fundamentado as principais linhas de atuação do Sindicato [...] os GT's representam e congregam, por excelência, as especificidades da ação da ANDES-SN, em suas dimensões acadêmica e sindical [...] (NAVARRO, 2001, p. 236).

Compreende-se que o Sindicato Nacional, por meio dos debates e ações dos GTs, tem preocupação com a formação dos docentes das instituições de educação superior brasileira a ele filiados, para atuar na perspectiva de enfrentamento das medidas de desmonte das políticas sociais e dos direitos trabalhistas. Sendo, também, instrumento coletivo imprescindível na formação humana contra-hegemônica.

Tem-se como aspectos do processo de formação dos GTs: formar quadros para militância sindical, por ser um espaço de formulação teórica; proporcionar a incorporação de novas pessoas; assessorar a Direção, por meio de elaboração de políticas para as lutas sindicais em diferentes áreas; dar sólida base de sustentação de dados e argumentação para a atuação política do Sindicato. Dessa forma, apresenta as dimensões de formação e de articulação entre questões sindicais e acadêmicas (NAVARRO, 2001).

Os Grupos de Trabalho estão previstos desde o nascedouro do ANDES-SN, quando ainda era Associação. A criação/extinção, indicação de membros para composição dos GTs se dão pelos CONGRESSOS e CONADs.

Atualmente conta com 11 GTs: Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS); Grupo de Trabalho Comunicação e Artes (GTCA); Grupo de Trabalho Carreira (GTC); Grupo de Trabalho Ciência e Tecnologia (GTCT); Grupo de Trabalho Fundações (GTFundações); Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTMD); Grupo de Trabalho Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA); Grupo de Trabalho Política Educacional (GTPE); Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS); Grupo de Trabalho Seguridade Social/Assuntos de aposentadoria (GTSSA) e Grupo de Trabalho Verbas (GTVerbas) (ANDES-SN, 2018a).

Dentre os 11 Grupos de Trabalho destacam-se, para fins desta pesquisa, as ações do GTPFS para elucidar a atuação do Sindicato Nacional na formação política da categoria. Para nossa análise consideramos especificamente os Relatórios Finais dos Congressos do ANDES-SN para indicar a origem, funções e realizações desse GT.

### 2.3.1 GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL (GTPFS): ORIGEM, FUNÇÕES E REALIZAÇÕES

Pode-se considerar que a origem mais remota do GTPFS se localiza no 8º Congresso do ANDES-SN, realizado em São Paulo - SP, em 1989, como Grupo de Trabalho de Política Sindical (GTPS). Teve como principal função acompanhar a implantação do Sindicato Nacional nas diferentes instituições de educação superior no Brasil, propondo soluções para as dificuldades encontradas na transformação das Associações Docentes em Seções Sindicais e a criação de Seções Sindicais em locais em que não havia formas de organização ligadas ao ANDES-SN (ANDES-SN, 1989).

No 9º CONGRESSO, realizado em Londrina – PR, em 1990, deliberou-se pela deflagração de uma Campanha de Expansão do ANDES-SN, bem como pela sua organização sindical. Ao GTPS, nesse processo, propôs-se organizar e realizar um trabalho de defesa das propostas do Sindicato Nacional em níveis local e nacional com crítica à visão corporativista do movimento sindical e na defesa de liberdade e autonomia sindicais; bem como elaborar um texto e promover discussões a respeito do pluralismo de representação sindical (ANDES-SN, 1990).

Neste mesmo CONGRESSO, o GTPS elaborou o manifesto Carta de Londrina que expõe a posição do ANDES-SN em relação à extinção do imposto sindical e do sistema que contrariava a liberdade e a autonomia sindicais, tendo em vista a revisão da Constituição Federal de 1988 prevista para o ano de 1993.

Conforme evidencia a Carta:

Através de seu IX CONGRESSO, a ANDES-SN reafirma sua disposição de continuar a luta pelo fim do Imposto Sindical e pela revogação do princípio constitucional que impede a livre organização dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, considera importantíssimo para as lutas da classe trabalhadora que consigamos preservar as melhores condições possíveis de luta, na legislação complementar a ser votada.

Por isso, o IX CONGRESSO DA ANDES-SN conclama as entidades e personalidades democráticas deste país a lutar por uma Lei de Organização Sindical que não impeça, na prática, a existência e a criação de Sindicatos efetivamente livres. Devemos lutar, portanto, por uma Lei de Organização Sindical que contemple critérios exclusivos de consulta às bases para solução de possíveis conflitos na criação, fusão ou desmembramento de sindicatos. Essa lei deve também atribuir às assembleias de base a decisão sobre o destino do imposto sindical que infelizmente, ainda não conseguimos extinguir. (ANDES-SN, 1990, p. 103).

Tratava-se de uma resposta política dos docentes organizados no Sindicato Nacional às agressões que o movimento docente sofria, assim como a consolidação dos princípios de autonomia e democracia que embasavam a sua luta organizada. Vale destacar que no processo de expansão e consolidação da política sindical do ANDES-SN o GTPS assumiu papel fundamental tanto no que concerne às questões específicas da organização do movimento docente quanto à relação com o conjunto da classe trabalhadora.

No 10º CONGRESSO, realizado em Curitiba – PR, em 1991, foram percebidas algumas fragilidades no GTPS em relação às suas ações. Tais como a falta de continuidade no trabalho, dificuldade de implantação e consolidação de propostas da política sindical do ANDES-SN. Conforme expressa o Relatório Final do referido CONGRESSO acreditava-se que foram corretas as formulações das propostas para o GTPS, porém ainda havia debilidades na sua execução (ANDES-SN, 1991).

Dessa forma, definiu-se pelo fortalecimento do GT com a participação efetiva das Seções Sindicais; realização de cursos de formação sindical para militantes do movimento docente com objetivos de preparação de quadros, bem como cursos para se discutir sobre negociação coletiva, leis trabalhistas etc.; elaboração e divulgação de material (folder, cartaz, camiseta) sobre o ANDES-SN (ANDES-SN, 1991).

No processo de expansão e consolidação do ANDES-SN, o GTPS buscou solidificar a estruturação de sua política sindical de forma regionalizada, sem perder o caráter orgânico de base. Preocupou-se, também, em aprofundar a análise em relação a postura política da CUT, com ênfase na correlação de forças existentes no interior da Central; promover cursos de formação sindical; elaborar documentos sobre os direitos constitucionais da organização sindical e denunciar as contrarreformas do Governo; organizar debates, seminários, encontros, assembleias gerais, painéis, fóruns, no intuito de fortalecer e unificar a luta do movimento docente para o enfrentamento às políticas do neoliberais.

No 16º Congresso do ANDES-SN, realizado em João Pessoa – PB, em 1997, uma das questões centrais foi a necessidade de fortalecer a organização sindical para avançar no combate ao projeto neoliberal, que promovia privatizações, destruição das conquistas históricas do movimento sindical, exclusão social que vai de encontro aos direitos da classe trabalhadora. Aprovou-se um plano de lutas com ações internas e específicas ao movimento docente em conjunto com o movimento popular e sindical de outras categorias.

As ações do plano de lutas evidenciaram-se algumas questões que mereciam ampliação e aprofundamento. Dentre elas: a formação sindical, sobretudo pelas consequências da revolução tecnológica sobre o trabalho e as novas formas de gestão da força de trabalho, bem

como pela renovação do quadro docente no interior das instituições de ensino superior; necessidade de repensar e reconstruir o papel e a função social da universidade, no contexto dos movimentos sociais; busca pela hegemonia de um projeto democrático e popular de sociedade; ampliação e articulação com os movimentos sindical e popular (ANDES-SN, 1997).

No 17º CONGRESSO, realizado em Porto Alegre – RS, em 1998, deliberou-se por transformar o GTPS em Grupo de Trabalho sobre Política e Formação Sindical (GTPFS). Buscou-se por meio de suas ações intensificar estratégias para formação sindical no âmbito nacional, regional e local para qualificar a intervenção política dos docentes frente às ofensivas do Governo (ANDES-SN, 1998).

A necessidade de intensificar estratégias de formação sindical se expressa como “tarefa teórica e política fundamental do movimento docente e da luta mais ampla da classe trabalhadora, o estudo e a análise do que nos trouxe ao ponto em que nos encontramos, e suas razões sociais, políticas e culturais.” (FRIGOTTO, 2014, p. 72). Evidencia-se, assim, a centralidade dos sindicatos da categoria docente ao se colocar a serviço das lutas históricas do conjunto da classe trabalhadora.

Evidenciou-se no 19º CONGRESSO, realizado em Juiz de Fora – MG, em 2000, a dificuldade do GTPFS em efetivar suas ações. E, na perspectiva de retomar os esforços para formação sindical dos docentes expresso no CONGRESSO de João Pessoa.

Deliberou-se que o Sindicato, a partir da iniciativa desse GT, organizaria um Seminário Nacional encaminhando debates sobre o modelo “cutista” de organização sindical, para uma intervenção mais qualificada nos eventos da Central; proporcionalidade nas direções sindicais; estratégias de unificação de organizações e lutas sindicais etc.

No CONGRESSO do ano seguinte, realizado no Rio de Janeiro – RJ, em 2001, a deliberação deu-se por implantar, ao longo do ano, uma política de formação sindical relativa tanto ao campo da política sindical quanto a outros campos cuja contribuição fosse necessária com os seguintes objetivos:

- a) estabelecer um debate que permita a atualização dos militantes em relação aos grandes temas da conjuntura, qualificando a intervenção dos militantes nos debates sobre reformas neoliberais, transformações no mundo do trabalho, política educacional, política sindical e seguridade social, entre outros;
- b) socializar experiências e informações sobre política sindical entre os militantes das diferentes regiões e realidades universitárias abrangidas pela atuação do Sindicato, nos três setores que o compõem;
- c) contribuir para o surgimento e a preparação de quadros para o exercício da atividade sindical, criando condições para uma renovação da militância e da direção das seções sindicais e do sindicato nacional;
- d) despertar interesse pela vinculação de discussões acadêmicas aos campos de atuação do sindicato;

e) realizar atividades formativas conjuntas com outras categorias envolvidas com as lutas desenvolvidas nas IES, em especial, com os técnicos administrativos e estudantes. (ANDES-SN, 2001, p. 85).

Como parte dessa política de formação, indicou-se a necessidade de instrumentos como: cursos, seminários, debates de formação em âmbitos nacional e regional; publicação de Cadernos ANDES, com o material fruto da política de formação sindical; realização de seminários temáticos, em momentos de reunião do GTPFS ou antes de eventos nacionais do Sindicato etc. Fica evidente o esforço do GTPFS com relação a efetivação de uma política de formação sindical.

Com relação aos cursos, o GTPFS, no referido CONGRESSO, propôs realizá-los da seguinte maneira: duração de 4 dias; organizado em 4 módulos de 3 aulas cada; com temáticas sobre a história do sindicalismo e das universidades, política educacional atual, movimento sindical e transformações no mundo do trabalho e gestão sindical no ANDES-SN. O curso serviria de base para os Cadernos ANDES, amplamente divulgados para os militantes que não pudessem participar presencialmente além de subsidiar cursos menores, com um ou dois módulos nas Regionais (ANDES-SN, 2001).

Conforme o Relatório Final do 21º CONGRESSO, realizado em Rio Grande – RS, em 2002, em cumprimento à deliberação do CONGRESSO anterior, iniciou-se a execução de uma das diretrizes da política de formação com a realização do Curso Nacional de Formação Sindical em agosto de 2001.

O curso, contou com a participação de militantes das diversas regiões do país e teve um temário amplo, constituído por discussões sobre: A proposta do Banco Mundial para a educação; História das Universidades; Trabalhadores e sindicatos no Brasil; História do ANDES-SN; A política do MEC para as Universidades; As transformações no mundo do trabalho hoje; As lutas sociais no mundo atual - perspectiva internacional; A CUT hoje; Organização do ANDES-SN e gestão sindical. [...]

[...] Como desdobramento, o GTPFS estará realizando, em articulação com as Secretarias Regionais, cursos de abrangência regional, com ênfase na participação de palestrantes da própria região e apoio dos membros do GT. (ANDES-SN, 2002, p. 199).

O esforço permanente para efetivação de uma política de formação sindical se justifica por questões presentes (e marcantes) nos planos de luta dos Relatórios Finais dos Congressos do ANDES-SN desde as mudanças em curso no mundo do trabalho, nas políticas públicas, na área educacional, no próprio movimento sindical, na necessidade de renovação nos quadros dirigentes das Seções Sindicais e do Sindicato Nacional etc. O que evidencia a centralidade das ações do GTPFS para a organização dos docentes no ANDES-SN.

No 35º CONGRESSO, realizado em Curitiba – PR, em 2016, deliberou-se pela realização do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do ANDES-SN, com realização de Encontros de Formação Política em diferentes Secretarias Regionais. O objetivo era promover encontros e seminários, locais, regionais e nacionais, sobre as formas de organização sindical dos docentes com base nos debates ocorridos nos setores, nas regionais e no seminário sobre questões organizativas do ANDES-SN (ANDES-SN, 2016).

Evidencia-se, a partir do estudo sobre GTPFS, a preocupação e o esforço do ANDES-SN para consolidação de uma política de formação sindical em perspectiva contra-hegemônica que considera a realidade concreta, os processos de correlação de forças societários, para que a organização da luta dos docentes seja articulada ao conjunto da classe trabalhadora. Com reflexões e ações reais por um projeto de universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada<sup>17</sup>, bem como um projeto de sociedade mais justa para a classe trabalhadora.

O trajeto teórico percorrido permitiu compreender que o ANDES-SN é um espaço de formação política com perspectiva de contra-hegemonia. Evidenciou-se, desde seu nascedouro, que o Sindicato Nacional é um sindicato classista, autônomo, democrático e de base. E, mesmo diante das dificuldades do contexto social, histórico e cultural, procurou (e procura) construir um debate qualificado por meio do GTPFS, que contribui para formação política dos docentes que se organizam nessa importante entidade brasileira e nos últimos anos tem intensificado campanhas de formação.

O GTPFS, como foi delineado, configurou-se na sua origem como Grupo de Trabalho de Política Sindical desenvolvendo, dentre outras tarefas, um intenso trabalho de expansão do Sindicato Nacional a partir de 1989, quando não mais era proibida a sindicalização de servidores públicos. Nesse processo, como resultado desse trabalho e a conjuntura de implementação de políticas neoliberais, em 1994 têm-se o nascimento da Seção Sindical do ANDES-SN no Estado do Amapá, isto é, o SINDUFAP que será estudado no capítulo 3 desta dissertação.

Outra questão que merece atenção, para se analisar as contribuições do sindicato para formação política dos docentes que se organizam no movimento docente, trata-se da contextualização do movimento sindical docente, particularmente o ANDES-SN e o

---

<sup>17</sup> Preceito básico do modelo humboldtiano de universidade, isto é, a associação do tripé: ensino, pesquisa e extensão, que contribui na construção desse paradigma de uma universidade socialmente referenciada. (SGUISSARDI, 2009).

SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, no âmbito das contrarreformas do Estado e da educação superior apontando um de seus principais mecanismos de resistência: as greves.

Além de ser um mecanismo de resistência e luta, a greve se revela como importante espaço que contribui para a formação política dos que dela participam, formação de novos quadros de militantes no movimento sindical, recuperação da própria identidade coletiva, através da consciência política etc. Logo, esse mecanismo de resistência se configura como importante diante dos ataques do capital, por meio de políticas neoliberais, contra a classe trabalhadora.

## 2 SINDICALISMO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E OS MECANISMOS DE RESISTÊNCIA DA CATEGORIA

O objetivo deste capítulo é o de contextualizar o movimento sindical de docentes, particularmente do ANDES-SN e do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, no âmbito das contrarreformas do Estado e da educação superior brasileira apontando um de seus principais mecanismos de resistência, isto é, as greves.

Para o alcance do referido objetivo inicialmente será apresentado o cenário nacional que marca o processo de readequação do Estado brasileiro aos interesses do capital internacional, especificamente as contrarreformas do Estado e da educação superior, e as implicações para o movimento sindical de docentes.

Posteriormente, sobre o sindicalismo docente no contexto das políticas neoliberais e a desestruturação do trabalho, haja vista que as mutações ocorridas no modo de produção refletem diretamente sobre a classe trabalhadora e seu modo de organização.

Por fim, elucida-se sobre as greves dos docentes federais no cenário das contrarreformas do Estado e da educação superior. A discussão será marcada a partir das greves nacionais que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN participou com destaque para as pautas de luta nacionais.

### 2.1 CONTRARREFORMAS DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES PARA O MOVIMENTO SINDICAL

O final dos anos de 1980 e início dos anos 1990 marcaram o processo de readequação do Estado brasileiro aos desígnios do capitalismo internacional, que ganharam o *status* de “reformas” ou um verdadeiro processo de contrarreforma<sup>18</sup>, retorno à antiga ordem social, “já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal” (BEHRING, 2008, p. 58). Isso implica, dentre tantas questões, desestruturar políticas sociais, atacar os direitos da classe trabalhadora.

Behring (2008) evidencia a conjuntura econômica do Brasil na década de 1980. Teve-se o recrudescimento do endividamento externo e consequências como o aprofundamento das dificuldades de formular políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda. Para essa autora, um elemento importante para compreender a crise do Estado

---

<sup>18</sup> Crítica teórica ao termo reforma, o discurso de reforma do Estado se fundamenta em elementos de ajustes fiscais, escamoteia os reais interesses com a “reforma”, esse termo seria mais aceitável socialmente. Buscar aprofundamento em Coutinho (2008) e Behring (2008).

brasileiro nesse período é a estatização de dois terços da dívida externa que ocorreu a partir de 1978-1979.

Logo, o caminho adotado ao longo da década foi de emissão de títulos, o que elevou os juros, alimentando o processo inflacionário. A inflação saltou de 91,2%, em 1981, para 217% em 1985. Esta elevação se evidenciou em empobrecimento generalizado, crise dos serviços sociais públicos, desemprego, informalização da economia, favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. A autora reforça que:

[...] as políticas de estabilização no Brasil dos anos 1980 foram de fôlego fraco e, portanto, tiveram pouca capacidade de reverter a crise desencadeada no início da década. Assim, a década de 1980 terminou com uma situação econômica vizinha à hiperinflação, mesmo tendo o país vivido numa espécie de ajuste fiscal permanente seja pelo lado do gasto (1980-84), da receita (1986 e 1990) ou do aumento da dívida interna (1987-89 e novamente 1991-92). (BEHRING, 2008, p. 136-7).

Do ponto de vista econômico tem-se um país destruído pela inflação, fermento para a possibilidade da hegemonia neoliberal; paralisado pelo baixo nível de investimento estatal; sem solução consistente para a questão do endividamento; com situação social grave.

Assim, ao longo dos anos de 1980, o Estado brasileiro apresentou dificuldades como: a intensa centralização administrativa; a hipertrofia e distorção organizacional; a privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos conduzindo a processos de readequação da burguesia local com a internacional.

Esse processo de readequação acarreta mudanças para o conjunto da classe trabalhadora no cenário do “novo sindicalismo”. Este último configurou-se como o movimento sindical dos trabalhadores brasileiros que desafiou a legislação antigreves e buscou romper com a organização sindical subordinada ao Estado, vivenciou um momento positivo e forte nos anos da década de 1980 com crescente movimento de greves desencadeado por vários segmentos de trabalhadores: operários industriais, funcionários públicos, bancários, dentre outros (ANTUNES, 2009).

Na conjuntura nacional da década de 1990, tem-se a contrarreforma do Estado brasileiro posta em movimento a partir de 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso. Conforme estudos de Behring (2008), Coutinho (2008), Bianchetti (1997), esta é parte de um processo

global de reestruturação da produção<sup>19</sup> e mundialização do capital<sup>20</sup> iniciados após a crise nos 1970, que pode ser compreendida como crise de superprodução do regime *fordista-keynesiano* na década anterior. Com a crise do Estado de Bem-Estar Social, emerge nos anos de 1980 o projeto neoliberal.

Nessa direção Sguissardi (2009, p. 16) assevera que os:

[...] diagnósticos e prognósticos são perfeitamente adequados às soluções neoliberais vislumbradas para a crise do *Estado do Bem-Estar*; soluções que atendem os ditames das políticas macroeconômicas objetivando a reforma do Estado e a reestruturação da produção capitalista; soluções que, muito mais do que nos países cênicos, “devem” ser implementadas nos países periféricos como o Chile, Argentina, Brasil e outros.

Guimarães (2014, p. 101) esclarece que as mudanças na função do Estado devem ser pensadas a partir de um duplo movimento. De maneira estrita, “considerando a especificidade da formação capitalista no Brasil (e suas crises) e sua inserção subalterna no mercado/produção mundial”. E, de forma ampla “a partir da reestruturação produtiva do capitalismo desencadeada no último quarto do século passado e a conseqüente liberalização dos mercados nacionais”. Trata-se, portanto, de conjugar interesses de grandes grupos econômicos estrangeiros e locais fundamentados no discurso e na prática governamental.

No Plano Diretor do MARE, a educação é posta no âmbito das atividades não-exclusivas do Estado, ou seja, pode ser transferida e executada pelo setor público não-estatal. Nesse sentido, as instituições de ensino tradicional podem, sob uma nova forma jurídica (organização social), celebrar “contrato de gestão<sup>21</sup>” com o Estado. Desse modo, o Estado teria seu papel de prestador de serviços reduzido, no entanto continuaria regulador, provedor e promotor desses serviços.

A educação superior brasileira é marcada por transformações que a conduzem para um sistema pós-secundário ou terciário<sup>22</sup> amplamente diversificado, com múltiplos arranjos institucionais, incentivados por organismos internacionais: a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional

<sup>19</sup> Conforme Antunes (2009), desde a implantação do capitalismo ocorre processo de reestruturação produtiva [desde as novas tecnologias, organização de novos processos de trabalho, produção e reprodução de novos produtos etc.], ou seja, as transformações na produção são permanentes e articuladas com a ideologia, economia, política. Não há um modelo produtivo exclusivo [toyotista ou fordista-taylorista], ocorre, grosso modo, a mistura de modelos que objetivam “economizar” força de trabalho.

<sup>20</sup> A mundialização do Capital é um movimento que se observou em finais da década de 1980 e início da década de 1990, como produto da expansão do Estado Neoliberal a partir das experiências da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, após o laboratório chileno. E o Brasil, no início da década de 1990, se insere nessa nova ordem econômica mundial, sobretudo a partir da Reforma do Aparelho do Estado, posta em movimento em 1995.

<sup>21</sup> Dispositivo jurídico que possibilita o compromisso entre Estado e entidade pública estatal ou pública não-estatal.

<sup>22</sup> Formulação feita pela OCDE que consubstancia em nível/etapa de estudos pós-secundários que se desenvolvem em instituições públicas ou privadas. Vale destacar que a educação terciária não é sinônimo de educação superior.

(FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros.

Esses organismos estabelecem paradigmas do conhecimento que devem ser (re)produzidos para atender as necessidades do mercado. Induzem, assim, uma lógica de produtividade, eficiência, intensificação e precarização do trabalho de docentes, desmonte e sucateamento das instituições de ensino superior público; desestruturação e até mesmo criminalização da organização e mobilização sindical da classe trabalhadora.

O BM<sup>23</sup>, especificamente tratando sobre o ensino superior, publicou um documento em 1994, intitulado *La Enseñanza Superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*<sup>24</sup>, que traduz o ensino superior sob a ótica neoliberal e orientou a legislação brasileira a partir de 1990. O documento indicava que o ensino superior vivia uma crise em escala mundial:

No obstante la importancia evidente de la enseñanza superior en el crecimiento económico y el desarrollo social, las inversiones del sector experimentan *crisis a nivel mundial en los países industriales y en desarrollo*. La educación terciaria depende considerablemente del financiamiento fiscal en todos los países, y los costos unitarios son elevados en relación con otros subsectores del sistema educacional. [...] *La crisis reviste mayor gravedad en el mundo en desarrollo, debido a que los ajustes fiscales han sido más drásticos y a que a estos países les ha resultado más difícil contener las presiones para aumentar las matrículas, dado que las tasas son relativamente bajas*. En la mayoría de los países en desarrollo, la enseñanza superior ha sido el subsector de más rápido crecimiento del sistema educacional en los últimos 20 años, y las matrículas han aumentado, en promedio, 6,2% al año en los países de ingreso bajo y mediano bajo y 7,3% al año en los de ingreso mediano alto. Este rápido aumento se ha debido a los elevados niveles de subsidios y, en algunos casos, al empleo garantizado por el gobierno a los estudiantes graduados. Si bien hay algunas excepciones, la calidad de la enseñanza y la investigación se ha deteriorado marcadamente en las instituciones públicas de nivel postsecundario en el mundo en desarrollo. (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 18).

A crise vivenciada pelo ensino superior que o documento expressa refere-se ao aumento da procura de vagas em países denominados “em desenvolvimento”. Destaca, ainda, que o ensino superior foi o segmento com maior aumento superando o crescimento econômico e os recursos orçamentários disponíveis.

O BM enfatiza que o modelo estatal (um modelo não gerencial, moroso, ineficiente) é o responsável pelo processo de deterioração da qualidade do ensino superior, bem como a não

---

<sup>23</sup> Concebido em 1944, em Bretton Woods (EUA), com a proposta de reconstruir a Europa após a II Guerra Mundial, com o nome de Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Visa “à cooperação econômica em suas versões monetária e financeira. Tecnicamente, organizações mundiais de caráter intergovernamental para obtenção de finalidades concretas de caráter econômico”. (SGUISSARDI, 2009, p. 56).

<sup>24</sup> Utilizou-se neste estudo a versão em espanhol de 1995.

criação de vagas, de cursos e de instituições necessárias para a formação de mão de obra que atenda à evolução das exigências econômicas, isto é, as necessidades do mercado.

Para o Banco, os investimentos neste segmento eram ineficientes e não beneficiavam estudantes de camada social baixa. Apresenta, também, no documento a proposta de transferir para as instituições privadas acesso irrestrito ao ensino superior, e para as instituições públicas a adoção de mecanismos de mercado em sua gestão e atendimento social.

Fica evidente, no documento, que a educação superior deixa de ser um direito social e passa a ser um “serviço”, não exclusivo do Estado, e se constitui como um nicho mercadológico a ser explorado pelo mercado.

No intuito de alcançar os objetivos indicados no documento o BM estabeleceu algumas recomendações a serem seguidas, como: 1) Fomentar a diferenciação das instituições; 2) Proporcionar a diferenciação do financiamento de instituições estatais e adaptação de incentivo para o seu desempenho com mobilização de maior volume de financiamento privado, apoio financeiro para estudantes necessitados, atribuição e utilização eficiente dos recursos; 3) Redefinição do funcionamento do governo, estabelecendo um marco coerente de políticas, maior uso de incentivos para aplicação das políticas, maior autonomia e responsabilidade das instituições públicas; 4) Enfoque na qualidade, adaptabilidade e equidade no intuito de melhorar a qualidade do ensino e da investigação, receptividade da evolução das exigências econômicas, em busca da equidade (BANCO MUNDIAL, 1995).

Essas orientações/diretrizes gerais do BM (lições extraídas da experiência, pautas para o financiamento futuro, o apoio às reformas de políticas setoriais, desenvolvimento da capacidade institucional e melhoramento da qualidade) para os países “em desenvolvimento” expressam o seu alinhamento com o reordenamento do capitalismo mundializado e se materializam na legislação local, fazendo as adaptações que se aproximam com as recomendações sugeridas.

Como expressa Sguissardi (2009, p. 57), os:

[...] objetivos do Banco Mundial seriam alcançados via empréstimos diretos dos países membros para empresas públicas ou privadas, participação nesses empréstimos e seu aval, envio de especialistas para estudo da situação econômica e financeira dos Estados, e ajuda técnica nestas matérias e na formação de pessoal qualificado para geri-las.

Esse mesmo autor afirma que a influência desse organismo internacional nos países “deve-se muito menos ao volume de seus empréstimos, ínfimos percentuais do PIB dos países envolvidos, e muito mais à abrangência e ao caráter estratégico de sua atuação no processo de

ajuste neoliberal dos países pobres”, sobretudo com o desencadeamento da crise do Estado de Bem-Estar Social e após o *Consenso de Washington*<sup>25</sup> (SGUISSARDI, 2009, p. 57).

Isto revela que o pano de fundo que sustenta esses organismos multilaterais internacionais atende ao interesse de uma classe específica, que é a burguesa, por meio de seus acordos locais e internacionais para ampliação e concentração de suas riquezas, aprofundando a pobreza e exclusão social mundial.

Ademais, é possível perceber a forte influência do Banco Mundial ao examinar os processos de contrarreforma da educação superior brasileira desde 1990, da legislação ao financiamento e, além da questão da natureza das instituições de ensino superior, pois na concepção do Banco “a multiplicação das IES privadas, a introdução de ensino pago nas IES públicas e a ampliação da diferenciação institucional são sempre bem-vindas” (SGUISSARDI, 2009, p. 71).

Mancebo (2017) esclarece que a contrarreforma da educação superior brasileira ocorreu em quatro fases. A primeira tem como base econômica a demanda imposta ao País em face da aderência ao capital financeiro internacional, com ápice em 1995. Expressa concretamente pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que afetou todas as instituições e, conseqüentemente, as instituições de ensino superior, particularmente as públicas.

A segunda fase é “marcada pela edição de inúmeras legislações, decorrentes do Plano Diretor, as quais afetaram as mais diversas instâncias, órgãos estatais e instituições republicanas em geral e, em particular, as IES” (MANCEBO, 2017, p. 883). Passam a ser percebidos, de modo geral na educação superior brasileira, traços como: a pesquisa aplicada; os cursos mais rápidos, inclusive apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação; os processos avaliativos ou de regulação calcados em resultados, dentre outros.

Destaca-se, também, a “gradativa perda da autonomia universitária, diretamente relacionada à emergência de uma heteronomia de gestão e de uma nova relação entre a universidade e o setor empresarial, que começa a ter curso” (MANCEBO, 2017, p. 883).

[...] situa-se no MEC o principal esforço de reforma da educação superior nos anos recentes, que se verifica especialmente mediante uma série de medidas de ordem legal (LDB, Decretos, Portarias, envio ao Congresso Nacional de Medidas Provisórias e de Propostas de Emenda Constitucionais). Além disso, articulado com o Mare e com os ministérios da área econômica, contingencia recursos de custeio e de capital, desautoriza o preenchimento, via concurso, das vagas de docentes e de funcionários e congela salários de docentes e

<sup>25</sup> O “Consenso de Washington” foi resultado de reunião realizada em 1989, conduzida pelos EUA e organismos financeiros (FMI, BM e BIRD), com objetivo de propagar as concepções neoliberais, para “combater” a crise e miséria dos países da periferia do capital, sobretudo os da América Latina. Suas recomendações incidiam sobre: Reforma fiscal; Política de Privatizações; Redução fiscal do Estado e Abertura comercial (AMARAL, 2003).

funcionário das IES federais. Lançando mão de tais medidas, além de outras que afetam direitos trabalhistas da comunidade universitária, contribuiu para o clima político-institucional propício ao abandono da carreira docente nas IFES, em especial via aposentadoria, e à diminuição das previsíveis resistências à implementação, seja do projeto de transformação em organizações sociais, seja do projeto da *autonomia universitária* consubstanciado nas diversas propostas enviadas ou a enviar ao Congresso Nacional.” (SGUISSARDI, 2009, p. 35).

É importante frisar a atuação do movimento dos docentes universitários frente a essas demandas, particularmente a do ANDES-SN e suas seções sindicais. Com pautas de luta para enfrentar a política autoritária e centralizadora desenvolvida pelos governos brasileiros para o ensino superior. Suas reivindicações vão desde a por melhores salários e condições de trabalho até a defesa da universidade pública, gratuita, laica, autônoma, democrática, socialmente referenciada e de qualidade provocando cenário de contraposição político-ideológico permanente (CHAVES, 1997).

A cada ataque do governo contra a universidade pública o movimento sindical de docentes resistia por meio de diferentes formas de mobilização. Com produção de documentos; revistas; panfletos; pressões no Congresso Nacional; realização de atos públicos e, como recurso extremo, a utilização da greve.

Chaves (1997) indica que esta última passou a fazer parte da rotina das universidades federais em decorrência da indiferença e insensatez do Governo Federal. Na década de 1990, há o registro de seis greves (1991, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1998) do movimento sindical docente nacional (ANDES-SN, 2018b).

Durante os governos de FHC o Poder Executivo lançou documentos – Evolução do ensino superior: 1980-1998, de 1999; Resultados e tendências da educação superior, de 2000; Enfrentar e vencer desafios, de 2000 – para alardear a melhoria da rede de ensino superior. Os documentos constatavam a existência de desconstrução das IES públicas e conseqüentemente o processo de privatização desse nível de ensino, tendo em vista sua acelerada expansão.

A Tabela 1 expressa a evolução das matrículas em cursos de graduação no Brasil e no Amapá durante os dois mandatos de FHC. Tem-se o total geral de matrículas em números absolutos, considerando as esferas pública e privada. Assim como, a relação, em termos percentuais, das matrículas nas esferas pública e privada com o total.

**Tabela 1** - Evolução de matrículas em cursos de graduação, Brasil e Amapá (1995-2002)

Ano	Brasil					Amapá				
	Total (A)	Público (B)	Privado (C)	(%) B/A	(%) C/A	Total (A)	Público (B)	Privado (C)	(%) B/A	(%) C/A
1995	1.759.703	700.540	1.059.163	40	60	2.528	2.120	402	84	16
1996	1.868.529	735.427	1.133.102	39	61	2.593	2.137	456	82	18
1997	1.945.615	759.182	1.186.433	39	61	2.303	1.836	467	80	20
1998	2.125.958	804.729	1.321.229	38	62	2.713	2.195	518	81	19
1999	2.369.945	832.022	1.537.923	35	65	3.358	2.588	770	77	23
2000	2.694.245	887.026	1.807.219	33	67	4.348	3.338	1.010	77	23
2001	3.030.754	939.225	2.091.529	31	69	7.179	5.741	1.438	80	20
2002	3.479.913	1.051.655	2.428.258	30	70	8.776	5.875	2.901	67	33
$\Delta\%$	98	50	129	**	**	247	177	622	**	**

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir do Censo da Educação Superior 1995-2002.

Evidencia-se, a partir dos dados, a evolução das matrículas em cursos de graduação nas IES brasileiras com total geral de 98%, no período indicado. Ao considerar as esferas pública e privada, tem-se na primeira, a evolução de 50% e, na segunda, considerável crescimento de 129%.

Ao fazer a relação percentual das matrículas das IES públicas com o total geral, verifica-se, ao longo dos dois governos de FHC, um decréscimo. Haja vista que sai de 40%, em 1995, para 30%, em 2002. Nas IES privadas esse percentual apresentou realidade inversa atingindo 70%, em 2002.

Assim, em termos absolutos e percentual a maior expansão das matrículas encontra-se na esfera privada, com números expressivos que demonstram a política privatizante adotada pelo governo FHC para a educação superior. Destacam-se, ainda, aspectos positivo e negativo. Quanto ao positivo, houve ampliação do acesso à educação superior. Contudo, negativamente, tem-se os efeitos perversos da privatização e, conseqüente, captura do fundo público para financiamento da educação privada.

O Amapá, no cenário nacional, expressa números elevados de crescimento. A evolução do total de matrículas em termos percentuais, de 1995 a 2002, é de 247%. Ainda que em termos absolutos seja inferior à nacional, é possível depreender a expressiva expansão que se teve ao longo dos anos no governo FHC. Seguindo a tendência da política nacional adotada pelo governo, a expansão das matrículas na iniciativa privada, em termos percentuais, é mais elevada, com 622%, enquanto na rede pública é de 177%.

Em relação ao percentual das matrículas das IES públicas com o total destas no Amapá, percebe-se um movimento semelhante ao que ocorre nacionalmente, ou seja, a tendência de queda, haja vista que sai de 84%, em 1995, para 67%, em 2002. Ao se observar as matrículas

nas IES privadas verifica-se crescimento expressivo, em termos percentuais. Com 16%, no início do mandato de FHC, mantendo crescimento e atingindo em 2002, 33%.

Fica evidente, pelos dados de matrículas, tanto em nível nacional quanto local, que durante os governos FHC acentua-se o processo de expansão da educação superior brasileira, particularmente pela via privada, com estreita sintonia com os interesses do capital local e internacional.

Assim, as estratégias do governo para a educação superior caminhavam no sentido de reduzir gastos públicos com o setor. E, conseqüentemente, ao reduzir responsabilidade do Estado, abre-se espaço para as “parcerias” entre o setor privado, o governo, a indústria e as universidades.

Assim sendo, as características/categorias básicas da contrarreforma da educação superior no governo FHC, identificadas por Sguissardi (2009), são o gerencialismo; a desconcentração administrativo-gerencial, isto é, a lógica mercadológica inserida nas IES; a mercantilização da educação; a diversificação de fontes de recursos; a diferenciação das instituições de ensino com predomínio de universidades de ensino; e a privatização do público.

Isso alinhado às “teses” e “recomendações” presentes nos documentos do Banco Mundial sobre o ensino superior para países “em desenvolvimento”, bem como a adoção por esses países dos preceitos neoliberais. Nas palavras do autor, de forma mais detalhada:

[...] identifica-se o teor *gerencialista-eficientista* próprio do modelo de reforma do aparelho do Estado [...]. A aplicação dessa fórmula reducionista à universidade, presente tanto na proposta da transformação das IFES em organizações sociais, do Mare, quanto na do projeto de autonomia, do MEC, por meio dos contratos de desenvolvimento institucional *para ampliar a autonomia*, é a própria negação da ideia de universidade.

Disso decorre a categoria *desconcentração administrativo-gerencial*, identificável quando, em lugar de efetiva autonomia das instituições, propõem-se formas de *autonomia* que mantêm controles centralizados por produto/resultados (nomeação de dirigentes, o “provão”, a GED, contratos de gestão ou de desenvolvimento institucional do Projeto de autonomia), isto é, a administração racional/gerencial. [...]

A ideia de universidade associada à de empresa privada alimenta-se na categoria de *mercantilização* do saber e da ciência, que adquirindo cada dia mais a condição de mercadorias típicas do atual modo de acumulação deixam de ser considerados bens coletivos e direito fundamental da cidadania. [...] Daqui a força da expressão oficial: *educação como atividade não exclusiva* do Estado e *competitiva*.

[...] Disso decorre a importância explicativa que adquire a categoria *diversificação de fontes de recursos* para a sobrevivência das IES públicas no campo competitivo e imponderável do mercado. [...]

O saber mercantilizado, bem individual antes de direito coletivo e condição de cidadania, e a educação superior, como prestação de serviço por empresas competitivas, exigiram a máxima *diferenciação institucional e flexibilização*

*curricular*. Trata-se do modelo das *universidades de ensino*, já largamente hegemônicas, e, a fiar-se no insuspeito testemunho da opinião pública e do “provão”, responsáveis maiores pelo *aligeiramento* ou má qualidade da educação superior no país.

[...] as ações de reforma em curso podem ser caracterizadas pela categoria *privatização do público*, tanto no sentido de desestatização das IFES e afastamento gradativo do Estado da responsabilidade por sua plena manutenção e financiamento, quanto por *estimular* de todas as formas a seu alcance a expansão do ensino superior estritamente privado [...]. (SGUISSARDI, 2009, p. 48-9).

A expansão precarizada do ensino superior se combina com a sustentação de uma estrutura piramidal que se sustenta pela concentração via competição (no mercado e na universidade) dos insuficientes recursos. Essa competição transfere para o âmbito individual a responsabilidade por captar recursos (empreendedorismos, “editalização” etc.). Isso, em certa medida, redundando na desmobilização, pois ocorre o processo de mistificação do poder individual em detrimento do coletivo.

Além disso, é possível perceber o processo de privatização do ensino superior durante a gestão FHC por meio de algumas características como: a redução dos investimentos para a educação superior pública; a transferência de recursos públicos para organizações privadas com a proposta de Organizações Sociais<sup>26</sup>; a transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado para gerir recursos; a existência de instituições de ensino superior com fins lucrativos; as isenções fiscais para as IES privadas; a precarização das relações de trabalho nas IES privadas; a aplicação de recursos públicos em setores privados, por meio dos Fundos Setoriais; os programas de bolsas como o Crédito educativo (CREDUC) e o Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES) (MINTO, 2006).

Amaral (2003, p. 198) assevera que a:

[...] drástica redução provoca uma deterioração das atividades institucionais: a aquisição de material de consumo para laboratório é reduzida, novos projetos de pesquisa são desestimulados ou precisam conseguir recursos em outras fontes no mercado e diminuem-se os trabalhos de campo e a manutenção de prédios e equipamentos.

Fica evidente que a política adotada durante o governo FHC não tem como prioridade a educação superior pública e essa é posta na linha da privatização reforçando, assim, o compromisso do governo com os interesses da burguesia nacional e internacional.

---

<sup>26</sup> As Organizações Sociais são organizações públicas não estatais (fundações de direito privado) que tem autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com o executivo e, assim, fazer parte do orçamento público federal, estadual ou municipal.

Diante desse processo de expansão privatizante da educação superior, o movimento sindical de docentes universitários questionou a forma de fazer política e o conteúdo das propostas para a educação superior elaboradas pelo governo. O movimento docente, que defendia (e defende) o ensino público, gratuito e de qualidade, denunciava e se utilizava de mecanismos de resistência à contrarreforma da educação superior do governo neoliberal de FHC.

A terceira etapa da contrarreforma da educação superior teve início no mandato do presidente Lula da Silva (2003-2010) e prosseguiu em parte do governo Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT) (MANCEBO, 2017). Com grande número de leis, decretos e portarias, regulando o trabalho docente, os currículos, as avaliações etc.

A principal característica dessa fase foi a emergência de programas com forte mudança institucional e expansão da educação superior por meio da multicampia. Tem-se, quanto à rede pública, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que instaura formas de financiamento por meio de contratos de gestão; o incremento à educação a distância (EAD), com criação do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); a proliferação de cursos “tecnológicos”.

No tocante à rede privada, redimensiona-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a generalização das isenções fiscais, previdenciárias e de renúncia fiscal pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Essas foram as principais iniciativas, cobertas com fundo público, responsáveis pela expansão da educação superior brasileira (MANCEBO, 2017).

Aguiar (2016, p. 114) esclarece que entender as políticas públicas adotadas pelo governo de Lula como “resposta à necessidade de gerar igualdade de oportunidades e inclusão social” é reduzir a análise.

Se, de um lado, programas como o PROUNI e o Fies abordam o problema da inclusão econômica de estudantes carentes, por outro, o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação, levado a cabo com o SINAES, e o projeto de reforma universitária, debruçam-se sobre questões como a qualidade e a necessidade da diversidade e diferenciação do sistema. Além dos problemas de fundo, ou seja, a necessidade de regular a expansão e o peso do setor privado no conjunto do sistema (AGUIAR, 2016, p. 114).

Embora o governo do Partido dos Trabalhadores tenha buscado se diferenciar do anterior, os resultados pela busca da igualdade de oportunidades e inclusão social foram controversos. Pois, à medida que programas como o PROUNI e o FIES buscavam ampliar o acesso e a equidade, aprofundaram o processo de privatização/mercantilização da educação

superior, conforme segue na Tabela 2, que apresenta a evolução das matrículas em cursos de graduação, no Brasil e Amapá, durante o governo PT (2003-2016).

**Tabela 2** - Evolução de matrículas em cursos de graduação, Brasil e Amapá (2003-2016)

Ano	Brasil					Amapá				
	Total (A)	Público (B)	Privado (C)	(%) B/A	(%) C/A	Total (A)	Público (B)	Privado (C)	(%) B/A	(%) C/A
2003	3.887.022	1.136.370	2.750.652	29	71	14.469	7.548	6.921	52	48
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405	28	72	17.106	7.588	9.518	44	56
2005	4.453.156	1.192.189	3.260.967	27	73	18.011	6.856	11.155	38	62
2006	4.676.646	1.209.304	3.467.342	26	74	18.791	7.220	11.571	38	62
2007	4.880.381	1.240.968	3.639.413	25	75	19.828	7.610	12.218	38	62
2008	5.080.056	1.273.965	3.806.091	25	75	20.770	7.946	12.824	38	62
2009	5.115.896	1.351.168	3.764.728	26	74	18.363	6.249	12.114	34	66
2010	5.449.120	1.461.696	3.987.424	27	73	20.261	7.652	12.609	38	62
2011	5.746.762	1.595.391	4.151.371	28	72	21.896	8.296	13.600	38	62
2012	5.923.838	1.715.752	4.208.086	29	71	24.488	8.606	15.882	35	65
2013	7.305.977	1.932.527	5.373.450	26	74	33.081	8.955	24.126	27	73
2014	7.828.013	1.961.002	5.867.011	25	75	39.937	10.364	29.573	26	74
2015	8.027.297	1.952.145	6.075.152	24	76	44.957	12.716	32.241	28	72
2016	8.048.701	1.990.078	6.058.623	25	75	46.260	13.668	32.592	30	70
Δ%	57	47	61	**	**	152	119	169	**	**

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir do Censo da Educação Superior 2003-2016.

Evidencia-se, com os dados da Tabela 2, que a política adotada pelo governo PT foi de continuidade da expansão da educação superior por via privada. A evolução de matrículas em cursos de graduação, ao longo do governo, foi de 57%, que em termos absolutos apresenta número expressivo que chegou, em 2016, a 8.048.701.

Com relação a essa evolução no setor público, registrou-se 47%, inferior à evolução no setor privado que foi de 61%, que, em termos absolutos, apresenta diferença de mais de 4 milhões em relação ao setor público. Em termos percentuais, as matrículas no setor público em relação ao total nacional apresentaram variação de 29% a 24%, no decorrer dos anos. Diferentemente do que ocorreu no setor privado que apresentou tendências de ampliação e chegou a 75% em 2016.

O Amapá, por sua vez, registrou evolução total das matrículas de 152%, muito acima da média nacional. Essa expansão, fruto da política adotada, deu-se em função de programas como REUNI, incremento da EAD, PROUNI, FIES etc.

A evolução das matrículas no setor público também foi significativa, com 119%. No entanto, essa evolução no setor privado foi mais acentuada, com 169%, superando em grande medida a média nacional.

Quanto às matrículas no setor público no Amapá, verifica-se que elas perfaziam, em 2003, 52%, percentual que se reduziu a 30% em 2016. O inverso ocorrendo no setor privado, que detinha, em 2003, 48% e passou para 70% em 2016.

Assim, é possível constatar que de fato não houve ruptura, na área universitária (desde instrumentos legais, medidas administrativas, e até financeiras), do governo Lula com o do anterior. Ocorreu, na verdade, continuidade e aprofundamento de políticas neoliberais e privatizantes para a educação superior.

A quarta fase da contrarreforma da educação superior correspondente ao final do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff. Nesse período verifica-se a adaptação do País à crise internacional do capitalismo mundial, cujo marco foi o ano de 2008<sup>27</sup>, com impacto negativo no Brasil e países da América Latina.

Os impactos dessa crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, mas é inegável que, no último período, impactou com força a América Latina, em movimentos estruturais [...], com fortes reflexos no campo político-institucional, desembocando no Brasil, durante o impeachment da presidenta Dilma e no golpe que conduz ao governo Michel Temer. (MANCEBO, 2017, p. 884).

Nessa conjuntura, à qual se articula a crise econômica e política, as IES públicas são afetadas negativamente pela recessão e pelos cortes de financiamento. Logo, o movimento expansionista de matrículas e cursos, visto no período anterior, é refreado. O cenário é de mais alunos, cursos, *campi* e forte interiorização, sem o devido financiamento.

A estratégia que se observa nas IES públicas é de corte de verbas de manutenção e renovação das instituições com: abandono da infraestrutura física dos *campi*, certo enxugamento de suas funções, que prioriza o ensino, em detrimento das demais atividades que lhes são próprias, extensão e pesquisa (MANCEBO, 2017).

Tem-se, no cenário de cortes de orçamento, a ampliação na rede pública de ensino superior na oferta de cursos e matrículas por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com direcionamento às demandas mercadológicas.

Essa rede se mantém em certo ritmo de expansão, por se tratar de instituições que racionalizam recursos financeiros. E, ainda, a manutenção de um aluno nesta rede tem custo menor que em universidades. Há, também, diversas estratégias de desregulamentação e ataque aos direitos trabalhistas com redução do custo da força de trabalho por meio da implantação de estratégias de precarização.

---

<sup>27</sup> Fenômeno econômico conhecido como “estouro de uma bolha imobiliária”. Abalou o mundo depois da falência de instituições financeiras americanas e europeias.

Diante dos cortes orçamentários para financiamento da educação superior no Brasil, vale destacar alguns dados da pesquisa desenvolvida por Chaves, Reis e Guimarães (2018) que cruzam o montante de recurso destinado ao pagamento dos juros e amortização da dívida pública e o que foi destinado para a educação superior de 2003 a 2016.

Destacam os autores que “o financiamento da educação tem estreita relação com a política econômica, cuja prioridade, desde os anos 1990, tem sido o pagamento dos juros e encargos da dívida pública.” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 2). Logo, o Fundo Público tem sido objeto e alvo de disputa entre os detentores do capital e os trabalhadores.

No período de 2003 a 2016, a destinação de recursos públicos para honrar o pagamento da dívida pública foi tratada como prioridade absoluta. [...] foram destinados, cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R\$ 15,118 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, quase metade (47,12%) dos recursos orçamentários da União destinados a todas as áreas de atuação governamental (R\$ 32,084 trilhões). O montante de recursos destinados à dívida pública representou 17 vezes mais que os recursos destinados à função educação (R\$ 873,019 bilhões), 12 vezes mais que os recursos destinados à saúde (R\$ 1,2145 trilhão) e 19 vezes mais que os recursos destinados à assistência social (R\$ 801,351 bilhões). (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 4).

Conforme expressam os dados desse estudo, as despesas da União com juros e amortizações da dívida pública foram pedra angular da política econômica adotada nesse período deixando aquém as políticas sociais, entre as quais se encontra a de educação.

Esse fato coloca o “Brasil como um dos países que mais gastam com juros sobre a dívida pública” evidenciando sua prioridade com o capital e sacrificando a população (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 5).

No que tange às despesas da União com as universidades federais, o estudo revela que:

[...] foram elevadas de R\$ 19,627 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 142,66%, [...]. Em 2003, os recursos destinados às universidades federais representavam, proporcionalmente, 0,52% do PIB. Em 2016, passaram a representar 0,74% do PIB, um crescimento proporcional de 42,31%. Entretanto, nesse mesmo período, o governo federal destinou, em média, 19,73% do total das despesas da União somente para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, 11 vezes mais recursos do que os destinados às universidades federais. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 5).

Mesmo com elevação do montante de recursos para as universidades federais, comparado ao que foi destinado ao pagamento da dívida, evidencia-se que a prioridade do governo ao longo dos anos foi de priorizar o pagamento da dívida pública e alocar mais recursos para tanto. Sem contar que as instituições federais de ensino “têm perdido espaço na partilha

dos recursos da União” que são destinados para exorbitante expansão da educação superior privada (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 5).

Do ponto de vista financeiro, as despesas da União com as universidades federais foram elevadas de R\$ 19,627 bilhões, em 2003, para R\$ 47,626 bilhões, em 2016, um crescimento de 144,10%. As despesas com o Fies e o Prouni foram elevadas de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016, um crescimento de 1.150,68%. Em 2003, os recursos destinados pelo governo federal à expansão da educação superior privada representavam 7,97% do total de recursos destinados ao financiamento das universidades federais; em 2016, passaram a representar 41,09%. Tais números demonstram que os grandes grupos financeiros educacionais contaram com expressivo financiamento público para garantir a expansão e a lucratividade de seus negócios, como pode ser constatado.

Ao priorizar a ampliação do acesso à educação superior por meio de instituições privadas, o governo federal aumentou significativamente o financiamento público de tais instituições. Essa política, alicerçada nas orientações do Banco Mundial, contribuiu para viabilizar os lucros dos grupos financeiros/educacionais, em especial os grupos de capital aberto, como a Kroton/Anhanguera (que se fundiram em um único grupo, em 2014), Estácio, Ânima e Ser Educacional. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 6).

O que se verifica é que a expansão do setor privado-mercantil é estimulada pela política econômica adotada pelo Estado ao mesmo tempo em que é reduzido o crescimento das instituições federais de ensino. Esse processo acarreta consequências nefastas para a educação pública e são extremadas com a adoção de alguns mecanismos como “liberalização dos serviços educacionais; imunidade/isenção fiscal (Prouni); isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas; isenção do salário educação; Creduc/Fies/Proies; empréstimos a juros baixos – BNDES” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 9).

Bianchetti e Sguissardi (2017, p. 89) permitem compreender que “é visível o veloz avanço do ensino privado-mercantil, sendo que o lance mais recente nesse “jogo” é a transformação da educação em mercadoria [...] na esteira das investidas nacionais e internacionais das empresas de ensino”. E aplicam a compra e venda do produto educação/ensino, transformando-o “em mercadoria/*commodity*, levando ao paroxismo a expressão “mercantilização da educação” (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 89-90).

Os autores supracitados concluem que:

[...] Quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade. Afinal, quanto maior é o exército de analfabetos ou analfabetos funcionais, maiores serão as chances de oferecer serviços em forma de cursos *fast food*. E desta maneira, serviços “educacionais” compensatórios e voltados aos interesses imediatos de empresas passam a ser o cânone, descaracterizando a quase milenar proposta/missão da hoje (ex) *universitas*. (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 105).

As conclusões a que chegam os autores evidenciam que a educação/formação tem sido sacrificada no “altar” do mercado, descaracterizando a missão histórica da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Nesse contexto, o movimento sindical de docentes universitários enfrentou (e continua a enfrentar) muitos desafios nessas fases de contrarreforma da educação superior. Manter-se como sindicato antissistêmico, combativo, de luta por garantia de direitos e, no limite, refreando os ataques sofridos pela classe trabalhadora é necessário, imperativo.

Vale salientar que em suas pautas de luta ao longo da história ANDES-SN jamais deixou de reivindicar: garantia do caráter público da universidade, autonomia constitucional, função social da atividade docente como elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho; garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFES, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade.

Diante dessas pautas de luta que acompanham o sindicato dos docentes universitários na defesa, embates e disputa de um projeto de educação que vá na contracorrente da conjuntura que se instala, enfatiza-se a importância do ANDES-SN e suas seções sindicais.

Tornam-se espaços de construção e discussão de alternativas políticas, sociais, culturais, ideológicas que respondam pelos interesses do conjunto da classe trabalhadora, que se impõem contra a ofensiva neoliberal e, no limite, barram os ataques à educação pública.

Evidencia-se, assim, a necessidade de ampliar as forças para enfrentar as políticas neoliberais adotadas pelos governos, com finalidade de privatizar, flexibilizar o trabalho, usurpar direitos conquistados, estabelecer lógica empresarial na administração pública, dentre outras.

## 2.2 SINDICALISMO DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

As mudanças que ocorrem no modo de produção incidem diretamente sobre a classe trabalhadora e seus movimentos sociais, sindicais e políticos, tanto em países do centro quanto nos da periferia do capital, como é o caso do Brasil<sup>28</sup>. Logo, não ocorre mudança apenas na produção, mas na correlação de forças entre capital e trabalho.

---

<sup>28</sup> Florestan Fernandes (1995) apresentou em suas pesquisas a realidade brasileira estruturadas pela Lei do desenvolvimento desigual e combinado. Utilizou-se do conceito “capitalismo dependente” para tratar sobre a existência da natureza histórica de formação e desenvolvimento do capitalismo em países localizados na “periferia” do sistema, como é o caso do Brasil.

Tais transformações acarretam em amplo processo de exploração da força de trabalho. Tumolo (2002, p. 74) constata que, “[...] quaisquer que sejam os processos de trabalho é necessário compreendê-los como processos de trabalho subordinados ao processo de valorização do capital”. Assim, a produção capitalista só se efetiva por meio de processos de trabalho mais adequados às demandas do capital, conforme a correlação de forças com a classe trabalhadora.

Diante do processo de exploração da força de trabalho, as novas tecnologias e técnicas gerenciais trazem consequências negativas para a classe trabalhadora. Isso envolve os altos índices de desemprego (com aumento de um “exército” de reservas), a precarização das condições de trabalho; o rompimento com a política sindical; a flexibilização dos vínculos empregatícios, com a terceirização e empregos temporários, dentre outras realidades que atingem a vida e sobrevivência dos trabalhadores (ANTUNES, 2009).

As políticas neoliberais para Maciel (2013) apresentam contornos e versões diferenciadas, isto é, moderadas ou extremadas. O autor define cada uma e indica os governos em que se materializaram:

[...] entendemos por extremada a versão mais radicalizada do neoliberalismo, marcada pela privatização do setor produtivo estatal, pela transferência para o mercado do controle e da regulação de setores econômicos essenciais, como no caso das agências reguladoras; pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas; por cortes significativos nos gastos sociais públicos e no serviço público. No Brasil, historicamente, tais elementos caracterizam especialmente os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). [...] Sem romper com os fundamentos econômicos do programa neoliberal na periferia do capitalismo [...] a versão moderada do neoliberalismo atenua ou mesmo reverte parcialmente diversas das características da versão extremada, ampliando as políticas sociais compensatórias; retomando a capacidade de financiamento do setor produtivo pelo Estado ou chegando mesmo a ampliar os serviços sociais públicos e o próprio quadro de pessoal do serviço público. No caso brasileiro, o governo Lula (2003-2010) pode ser identificado com a versão moderada do neoliberalismo. (MACIEL, 2013, p. 2).

Tem-se, assim, a demarcação dessas políticas no Brasil, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) com continuidade nos governos que o sucederam. Conforme Lima (2007), o governo de Collor esteve alinhado ao *Consenso de Washington*, com as chamadas “reformas estruturais”, com liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o neoliberalismo esteve presente na contrarreforma do Estado, nos ajustes da política econômica e social aos princípios neoliberais, com forte ataque aos direitos sociais. Nos governos de Lula da Silva (2003-2010),

houve continuidade às políticas adotadas pelos governos anteriores, no entanto em versão moderada, com conciliação das classes, favorecendo o grande capital com políticas sociais compensatórias, bem como cooptação dos movimentos sociais e organizativos (LIMA, 2007).

[...] o governo Lula, iniciado em janeiro de 2003, conferiu ao programa neoliberal e aos interesses do grande capital a ele associados uma legitimidade não vista desde meados dos anos 90 [...] Esta situação nos permite afirmar que, com o governo Lula, a hegemonia neoliberal atingiu uma qualidade superior, combinando a aplicação de uma política econômica favorável ao grande capital com políticas sociais compensatórias que conferem ao governo enorme apoio popular, além de cooptar grande parte dos movimentos sociais e suas organizações e de impor à esquerda socialista uma situação de fragmentação e isolamento político, também inédita. (MACIEL, 2010, p. 121).

Nesse prisma, o autor supracitado assegura que Lula aplicou a versão moderada do neoliberalismo durante seus mandatos, política que já havia sido conduzida por Fernando Henrique Cardoso, ganhando “maior organicidade e abrangência” (MACIEL, 2010, p. 121).

Esse fenômeno se percebe pela “manutenção do núcleo duro da política econômica neoliberal” por meio do “regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado” e ao aprofundar e ampliar políticas sociais compensatórias como “Bolsa Família, Fome Zero, valorização do salário mínimo, entre outras” (MACIEL, 2010, p. 122).

No tocante ao movimento docente, destaca-se que, até o governo Lula “o ANDES-SN foi o único representante sindical dos docentes de instituições federais de ensino superior” (MATTOS, 2013, p. 141), sendo uma organização historicamente construída, de maneira autônoma, pelos/pelas docentes.

Assim:

[...] face à manutenção da linha política de autonomia sindical frente ao governo, setores que antes se apresentavam como oposição no interior do sindicato se constituíram em dissidência e por sua iniciativa foi criado o Proifres, contando com forte apoio governamental e da Central Única dos Trabalhadores (a maior central sindical do país, da qual o ANDES-SN se desligou em 2005, por discordar de seu atrelamento ao governo). A nova entidade se apresentou inicialmente como um fórum, que logo buscou transformar-se em federação de sindicatos e recebeu, para tanto, respaldo do Ministério da Educação (sempre sendo convocado para mesas de negociação) e do Ministério do Trabalho (que acolheu seus pedidos de reconhecimento) (MATTOS, 2013, p. 141).

O Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), foi criado em 2004. Conforme registro em seu sítio oficial, surgiu do anseio de

professores e professoras por “uma renovação do movimento docente e por uma organização que realmente representasse seus interesses, tanto nos assuntos relativos à carreira, salário e melhores condições de trabalho, quanto na busca por uma educação nacional de qualidade” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Em julho de 2012, o PROIFES transformou-se em Federação Nacional, passando a se chamar: Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-FEDERAÇÃO).

Os princípios apresentados pela referida Federação Nacional são: pluralidade, descentralização, independência e democracia. Destacam, também, que o movimento é orientado pelo diálogo, negociação, sem marcas dos partidos políticos, sendo “contrária à costumeira política de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar – não como último recurso” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Vale aqui destacar que o surgimento do PROIFES-FEDERAÇÃO se deu por iniciativa de docentes do grupo político que perdeu a disputa eleitoral para direção do ANDES-SN em 2004. Tratava-se de membros da chapa “Outra ANDES é possível”, que se apresentava como oposição nas eleições sindicais sob o argumento de divergências políticas e de diferenças no campo da concepção sindical.

O “inimigo”, nesse contexto, está além da aparência de um mero problema doméstico. Pois, durante uma das maiores greves dos docentes, em 2012, o MEC concedeu ao PROIFES o direito de participar como representação sindical, primeiramente em um grupo de trabalho e, depois, nas negociações da greve, o que deixou evidente a relação umbilical entre PROIFES e MEC (MATTOS, 2013).

Compreende-se, assim, que essas ações, que visavam ao paralelismo sindical no interior do movimento docente, foi a expressão do processo geral de ataques do governo com vistas à destruição da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da educação diante das demandas do capital. Haja vista que, jamais, em toda a história do movimento sindical docente, viveu-se tamanha interferência de governo na organização e representação sindical dos professores (MATTOS, 2013).

Portanto, é preciso compreender, como aspecto analítico no campo da luta política que buscou gerar uma “crise de representação” dos docentes por dentro do movimento sindical, aspectos mais gerais como: a crise do próprio sistema capitalista; o reordenamento provocado por esse sistema na relação capital-trabalho; os efeitos da adaptação estatal no serviço público

e nas organizações de seus servidores; a influência que o capital passou a exercer dentro da categoria de docentes universitários a partir da introjeção da lógica mercantil no ensino público.

Em síntese, “a adesão do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) ao neoliberalismo moderado esvaziou significativamente a perspectiva anti-autocrática e anti-neoliberal alimentada pelo conjunto da esquerda e pelos movimentos sociais nos últimos 20 anos” (MACIEL, 2013, p. 1). E, diferentemente, de governos anteriores as políticas adotadas no governo Lula estimularam as disputas no meio sindical e, no caso específico das IFES, utiliza-se abertamente do PROIFES.

Sguissardi (2009, p. 215) constata que:

[...] não prevaleceram políticas heterodoxas na economia ou antineoliberais em qualquer campo da administração pública, mas, sim, uma clara continuidade das políticas do *octênio* anterior, tanto no campo da macroeconomia, dos compromissos com o mundo financeiro, quanto nas alianças políticas com partidos de centro e de centro-direita. [...] O fiel pagamento da dívida pública (principalmente a externa) com elevação do superávit primário para tanto; as taxas de juros básicos, a reforma da Previdência que feriu interesses de aliados históricos dos mandatários e as concessões doutrinárias e ideológicas em campos essenciais da administração pública [...].

As políticas neoliberais são avassaladoras para a organização da classe trabalhadora. Passam como “rolo compressor” sobre os direitos sociais e a adesão por parte de um Partido que, historicamente, esteve ligado às camadas populares de resistência ativa contra esse modelo esvaziou a perspectiva antineoliberal da esquerda, contribuindo para seu esfacelamento.

Esse fato evidenciou o que se viveu durante as eleições presidenciais de 2010, com a esquerda brasileira pulverizada, candidaturas com projetos mais à direita, bem como as alianças por parte do PT, para sua manutenção no poder, com o PMDB (MACIEL, 2010).

Assim, após fortes embates e uma eleição acirrada, em 2011 iniciou-se o período do terceiro mandato presidencial do PT com Dilma Rousseff (2011-2014). Configurou-se como uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, “marcada pelo acirramento dos elementos mais repressivos e exclusivistas da dominação burguesa, com necessárias consequências no plano da luta política e no próprio conteúdo da hegemonia burguesa” (MACIEL, 2013, p. 1).

Em um cenário de crise econômica mundial do capital, com destaque para a crise imobiliária ocorrido nos Estados Unidos da América em 2008, e sinais de esgotamento da estratégia de fortalecimento do mercado interno, que buscava manter os índices de crescimento econômico, Dilma recorreu ao modelo neoliberal extremado.

O que elucida o compromisso do governo com os interesses do grande capital, especialmente com capital financeiro:

[...] Frente às dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial, o governo reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica e operacionalizando politicamente o encaminhamento de medidas anti-populares que o governo anterior não foi capaz de realizar. Exemplos disto são a nova reforma da previdência dos servidores públicos, o novo código florestal e a reforma política [...] (MACIEL, 2013, p. 3).

Fica claro o compromisso dos governos petistas com o neoliberalismo (moderado ou extremado) o que coloca aos trabalhadores a necessidade de romper com essa política viciosa que tem pautado a história do Brasil nos últimos anos. A categoria dos docentes da educação superior, conforme se percebe por meio de suas pautas reivindicativas, planos de lutas, procurou frear a implantação de tais políticas.

Vale ressaltar que o aprofundamento da crise econômica mundial do capital de 2008 chegou aos países sul-americanos em 2013. Esse fenômeno aliado aos protestos de massa de 2013 “eliminou progressivamente as condições necessárias à manutenção do “lulismo” e à sua estratégia de conciliação de classes”, o evidenciou a incapacidade de manter essa estratégia como alternativa econômica, política e social. (MANCEBO, 2017, p. 879).

A recorrência de protestos em massa desde 2013, a reeleição apertada de Dilma Rousseff em 2014, a desintegração da base governista no Congresso Nacional e a adoção de um ajuste fiscal que protegia as elites econômicas em 2015 foram sinais do encerramento do ciclo “lulista” da economia política brasileira, ou seja, do fim desse ciclo político de conciliação de classes no Brasil.

Sinteticamente, esse era o tenso quadro interno que o país vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começou a ser urdido: o impeachment da presidenta, ocorrido em 31 de agosto de 2016. [...] (MANCEBO, 2017, p. 877-8).

Mancebo (2017) elucida a complexa conjuntura político-econômica vivenciada no país em 2016 em que se encerra o período do “lulismo”. No plano econômico “tem-se uma crise capitalista mundial, ou uma crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi em 2008” e do ponto de vista político “o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, deixando o país nas mãos de um governo ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer”, encerrando, assim, 12 anos do “lulismo” no Brasil (MANCEBO, 2017, p. 876).

O novo governo liderado por Michel Temer (2016-2018), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), deixa claro a sua postura conservadora e a retomada até às últimas consequências das políticas neoliberais extremadas. Em 29 de outubro de 2015, apresentou sua plataforma para o pós-impeachment, ao lançar o documento “Uma ponte para o futuro”, que

“em tom messiânico, se propôs a buscar a união dos brasileiros de boa vontade” (MANCEBO, 2017, p. 879).

“Uma ponte para o futuro” é o programa político apresentado pelo governo Temer com vistas a aprofundar o papel do Estado Mínimo, com incremento da participação da iniciativa privada, flexibilização do mercado de trabalho, ampliação da concorrência internacional etc. Isto evidencia que o programa, na verdade, significa um retrocesso nas conquistas alcançadas pela classe trabalhadora brasileira.

Mancebo (2017, p. 880) clarifica a materialização desse programa, que nada mais é do que a evidencia de um neoliberalismo extremado:

[...] um novo regime orçamentário, com a desvinculação de todas as receitas — o que seria o fim de todo o modelo de financiamento da educação e da saúde pública brasileira; o fim da política de valorização do salário-mínimo, desvinculando-o da inflação; a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário-mínimo; o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados; a reforma na Previdência Social, apresentada como uma das fortes responsáveis pela crise fiscal; o incremento das privatizações, em que se pode esperar o fim do regime de partilha e o controle da Petrobras, do Pré-Sal e a venda de ativos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e política e comércio internacionais, em que o papel do Mercosul e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) será minimizado, submetendo o país às parcerias transatlânticas e transpaciais lideradas pelos EUA, as quais dão privilégio aos investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira.

Para Chaves, Reis e Guimarães (2018) as medidas tomadas pelo novo governo aprofundam a retirada de direitos sociais ao subtrair orçamento social e atender ao capital com o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Esses autores destacam nesse processo de adoção de políticas neoliberais extremadas a “Reforma Trabalhista implementada, a proposta de Reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional e, particularmente, a Emenda Constitucional no 95/2016, que impacta diretamente no orçamento das políticas sociais” (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 4).

Assim a continuidade da política neoliberal adotada desde 1990, “cuja pedra angular é o pagamento da dívida pública por meio do superávit primário e das chamadas medidas de ajuste” marcam que os governos, desde FHC, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, preocuparam-se em garantir a rentabilidade do capital financeiro nacional e internacional. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 10).

Os autores esclarecem que:

[...] No Brasil, a adoção dos princípios neoliberais, ao final do século XX, representa a manutenção do processo histórico de submissão/dependência internacional, construído a partir de acordos/consenso com a burguesia brasileira. Como característica nova, tal processo traz a redefinição do caráter social do Estado e o ajuste aos novos ditames do capitalismo em crise. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 3).

A adoção dos princípios neoliberais, além de representar o processo histórico do Brasil de submissão e dependência em relação ao capital internacional, revela as marcas da política adotada pelos governos de desestruturação social, acelerado aumento do desemprego e sociedades desiguais, usurpação de direitos sociais conquistados, disseminação do individualismo etc.

Diante dos ataques contra a classe trabalhadora os sindicatos tornam-se instrumentos organizativos importantes de luta contra essas políticas opressoras, no intuito de instauração de uma nova sociedade, livre da exploração, dos mecanismos que induzem a opressão. No limite, atuam para impedir que a burguesia leve até às últimas consequências seu projeto de sociedade opressora e de subjugação da classe trabalhadora (BAUER; MATOS, 2010).

Nessa direção, é necessária a ação dos movimentos organizados (sociais, sindicais etc.) para ultrapassar essas políticas que flagelam os direitos que a classe trabalhadora tem conquistado ao longo da história. É imprescindível, nesse horizonte de desmonte, que o movimento organizado, seja ele qual for, seja coletivo e antissistêmico.

Como exemplo de movimento organizado e orgânico na luta contra as opressões do sistema capitalista, bem como na implementação de políticas neoliberais, tem-se a experiência do ANDES-SN por meio de mecanismos de resistência, como a greve, por exemplo, juntamente com suas Seções Sindicais.

Vale destacar que os servidores públicos (que também compõem a classe trabalhadora) são negativamente impactados. Essas políticas também desregulam, intensificam e precarizam o trabalho no setor público. Com isso, também os docentes das instituições de ensino superior públicas enfrentam mudanças nas relações trabalhistas, previdenciárias e sofrem arrocho salarial (GUIMARÃES, 2014).

Para análise da atuação do movimento docente universitário, no contexto neoliberal, é necessário também identificar as formas de enfrentamento dos docentes. Tem-se, assim, no cenário de ataque, por meio de implantação de políticas neoliberais, aos direitos sociais, a educação pública, gratuita e de qualidade, as greves dos docentes federais.

### 2.3 GREVES DOS DOCENTES FEDERAIS NO CENÁRIO DE CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As greves são “expressão de um momento em que, mediante a conscientização, o trabalhador consegue recuperar sua própria identidade coletiva, ao mesmo tempo em que toma consciência de seu poder enquanto categoria social.” (GRANZOTTO, 2010, p. 3).

Para Miranda (2011), trata-se de instrumento político que marca o processo de construção das entidades representativas da classe trabalhadora. Esta mesma autora esclarece, também, que o dinamismo da greve se coloca diante do conjunto das relações sociais do tempo histórico que se pretende analisar revelando, dentre tantas coisas, o posicionamento dos atores envolvidos, a complexidade e a riqueza dos momentos de radicalização dos trabalhadores e se constitui enquanto espaço formativo político.

Desse modo, a análise desse estudo considera as greves deflagradas pelos docentes federais, evidenciando-as também como espaço de formação política. De acordo com documentos do ANDE-SN, no período de 1980 a 2017, foram realizadas 21 greves nacionais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, por sua vez, desde sua fundação, em 1994, participou de 9 greves (1998, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2012, 2015 e 2016).

Vale destacar que, embora se tenha o registro de greves entre 1994 e 1996, o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN teve a primeira participação efetiva, em consonância com as pautas do Sindicato Nacional, em 1998 (SINDUFAP, 1998). Como essa Seção Sindical é objeto dessa pesquisa, serão analisadas somente as greves nacionais de que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN participou.

A greve realizada em 1998, segundo mandato de FHC, teve como principais pautas de reivindicação a reposição salarial de 48,65%, preservação da qualidade de ensino público, autonomia universitária na implementação do Programa de Incentivo à Docência (PID).

O PID consistia em um sistema rotativo de bolsas direcionado a professores da graduação com no mínimo 12 horas/aula por semana. A distribuição das bolsas se daria da seguinte maneira 60% para doutores, 50% para mestres e 30% para especialistas, excluindo aposentados e professores com graduação. Para os docentes disputarem as bolsas teriam que aumentar a carga horária na graduação (SANTOS, 2010).

O descontentamento dos docentes frente à tentativa de implementação desse Programa por parte do governo, deu-se porque eles estavam com salários congelados e acumulavam grandes perdas salariais nesse período. Com a greve dos docentes, o Congresso Nacional votou

contra o PID. Todavia, o Ministério da Educação não desistiu do Programa e apresentou nova proposta aos docentes, baseada em critérios quantitativos e produtivistas.

Essa nova proposta tratava da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), imposta por meio da Lei 9.678/1998 (BRASIL, 1998). A GED era um sistema de atribuição de pontos às atividades realizadas por docentes a partir de seu regime de trabalho e titulação acadêmica.

Assim, o professor deveria atingir no mínimo 140 pontos, destes, 120 poderiam ser atividades de ensino (BRASIL, 1998). É importante destacar que a atividade de ensino recebia maior centralidade na distribuição dos pontos, em detrimento das atividades relativas à pesquisa e extensão.

Em relação aos valores dessa gratificação, variavam conforme titulação e situação funcional do docente, ativo ou aposentado. Professores aposentados, com licença maternidade, médica, para capacitação ou férias recebiam 60% do valor da GED, e professores sem titulação eram excluídos (BRASIL, 1998).

Dessa maneira, a GED rompia com o princípio da paridade na carreira docente, assim como o princípio da isonomia, pois diferenciava e excluía docentes das carreiras de 1º e 2º graus das IFES.

Nesse viés, a GED consolidava-se como estratégia do governo neoliberal de FHC de introduzir mecanismos de competitividade no interior das universidades públicas. Logo, a Gratificação, dentre outras questões, estimulava a competição e reforçava o individualismo entre os docentes, impulsionando a lógica da contrarreforma da educação superior (SANTOS, 2010).

Como resultado dessa política, o crescimento de Funções Docentes no período de vigência da GED, com o caráter de gratificação produtivista (1998-2004), foi de 17,7%. Nesse mesmo período as matrículas cresceram 44,1% nas IFES, o que indica claramente que essa expansão deu-se com base na intensificação do trabalho docente, que foi obrigado a aumentar sua carga de trabalho nas atividades de ensino para fazer jus a reajuste no salário no final, uma vez que maior parte da pontuação privilegiava a atividade de ensino por meio de uma maior pontuação da hora-aula semanal (10 pontos por hora-aula) em detrimento das demais atividades desenvolvidas na pesquisa e na extensão. (CHAVES, 2008, p. 77).

Amaral (2003) assevera que essa foi uma medida que “incentivou a atitude utilitarista e contribuiu para a elevação do número de alunos, sem contratação de novos professores” e somente “pela pressão do movimento sindical nacional de docentes, as atividades de produção intelectual incorporaram-se a essa tabela de pontuação efficientista” (AMARAL, 2003, p. 194).

Para Sguissardi (2009), a GED apresentou como marca da política administrativo-gerencial do governo estendida à educação superior: política de não aumento salarial e política de avaliação para controle com associação entre resultados de avaliação de desempenho e recurso financeiro. Além disso:

[...] cumpre outras importantes funções estratégicas: a um só tempo, põe uma cunha na isonomia salarial entre ativos e inativos, vincula “aumento” salarial com produto medido por avaliação dita qualitativa e, principalmente, introduz um fator de diferenciação interna na categoria docente a quebrar em definitivo qualquer isonomia salarial no interior das classes que constituem a atual carreira docente, onde os salários já são amplamente diferenciados por fatores como tempo de serviço, bolsa de pesquisa, ganhos judiciais etc. O que ganha corpo é a avaliação meritocrática e a *recomendação* da maior diferenciação institucional. (SGUISSARDI, 2009, p. 39/40).

Fica evidente que se tratou de uma política que atende aos interesses da burguesia nacional e internacional, além de intensificar e precarizar o trabalho dos docentes da educação superior pública. Ademais, vale destacar que decorreu do movimento grevista do ANDES-SN de 1998, com duração de 103 dias, participação de cerca de 46 IFES, quando os docentes obtiveram ganho de 60% das gratificações previstas pela GED, o que representou, diante do cenário que se estabelecia, em algo significativo para a categoria (ANDES-SN, 2018b).

Em 2000 outra greve dos docentes federais foi deflagrada. O movimento teve amplo apoio de servidores, alunos e demais categorias dos servidores públicos em oposição aos ataques promovidos pelo governo FHC contra o serviço público, notadamente nas áreas sociais.

Para as universidades, nesse cenário de ataque, a proposta era de mudar o regime de contratações para Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que atingiria tanto os docentes já efetivos e os novos que ingressassem nas IFES. Logo, a carreira entraria em extinção e seriam criados dois tipos diferentes de professores: os estatutários e os celetistas (ANDES-SN, 2018b).

Além disso, tinha-se a ameaça de regulamentação do preceito constitucional da autonomia universitária. A proposta governamental se configurava como danosa ao exercício independente e livre da pesquisa, ensino e extensão.

Havia, ainda, a situação lamentável imposta a aposentados, professores do 1º e 2º graus e do ensino tecnológico, com discriminação na incorporação das gratificações. Essas eram as principais reivindicações da categoria para se mobilizarem e demonstração de indignação quanto à política de sucateamento e desmonte do serviço público implementada ao longo dos anos (ANDES-SN, 2018b).

Após dois meses de duro embate com o governo FHC, que se manteve irredutível frente às reivindicações, os docentes decidiram sinalizar o dia 17 de julho para encerramento da greve.

Efetivamente, os docentes conseguiram barrar o Projeto de Autonomia do MEC para as universidades brasileiras; barrar, também, o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público, do governo federal e a inclusão do reajuste para os servidores públicos federais no seu projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2001 (ANDES-SN, 2000a).

A decisão pela saída de greve foi motivada por seu enfraquecimento progressivo, fruto do desgaste gerado pelos dois meses de movimento. Não há dúvida de que este foi pesado golpe imposto aos trabalhadores brasileiros por um dos governos que mais os prejudicou.

No ano seguinte, em 2001, para enfrentar a política de total descaso do governo para com os servidores e a universidade pública ocorreu outro movimento paredista. Os docentes expressavam indignação e disposição para assumir um movimento de greve intenso e capaz de adotar ações e estratégias adequadas a impor, politicamente, respostas efetivas por parte do governo.

A pauta unificada de reivindicações de todo funcionalismo público federal, aprovada em Plenária pelos Servidores Públicos Federal (SPF), dia 5 de agosto do mesmo ano, teve como eixos: realização de concurso público no Regime Jurídico Único (RJU); luta contra o Projeto de Lei de Emprego Público; reposição das perdas salariais de 75,48%; incorporação das Gratificações; direitos de aposentadoria com defesa da Previdência Pública; combate à PEC-136, que tratava da contribuição previdenciária de inativos e militares, e ao PL-9/99, com as normas gerais para instituição de regime de previdência complementar pela União, pelos Estados, pelos Municípios e Distrito Federal; defesa dos direitos sindicais (ANDES-SN, 2001a).

Essas pautas permitiram o enfrentamento dos violentos ataques infligidos pela política do MEC e do Governo Federal, haja vista que se tinha: a eminente ameaça de regulamentação do regime de emprego público nas IFES; ausência de concursos públicos; perda salarial sofrida pelos docentes, sem reajuste desde 1995, apenas “gratificações”; tentativas consecutivas do governo de instituição da cobrança de contribuição previdenciária para todos os servidores aposentados.

Dentre os ganhos a partir da greve, obtiveram-se reajuste salarial de 12% a 13% no salário base; 3,5% de aumento para todos os funcionários públicos; repasse de 60% da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) aos professores inativos; contratação de dois mil professores ao longo o ano de 2002; criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica (ANDES-SN, 2001a).

Em 2003, a greve dos docentes das IFES teve como objetivo protestar contra o Projeto de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência (PEC-040/2003). Tratava-se de medida

apresentada pelo governo Lula, do PT, logo em seu primeiro ano como presidente. Vale destacar a postura intransigente e pouco sensível a quaisquer negociações do governo (ANDES-SN, 2003).

Antes de deflagrar a greve, o ANDES-SN convocou uma Reunião do Setor das Federais, em Brasília no dia 13 de junho, para tratar, essencialmente da proposta de greve que vinha sendo debatida nacionalmente pelos servidores públicos federais.

Em plenária, realizaram alguns indicativos: a data para deflagração da greve; a construção de um dia nacional com manifestações nas capitais antes da deflagração da greve; a realização de uma plenária antecedendo a data definida para a deflagração da greve; o não-reconhecimento da proposta da Central Única dos Trabalhadores para a contrarreforma da Previdência, pois não representava as deliberações das assembleias e demais instâncias das entidades dos SPF (ANDES-SN, 2003).

Foram deliberadas ações para intensificação da mobilização e construção da greve que reafirmavam sua necessidade. Dentre elas: a intensificação de ações de esclarecimento das bases sobre a contrarreforma proposta e os danos impostos; a intensificação, nos estados e municípios, da articulação dos servidores públicos das três esferas administrativas e dos trabalhadores da iniciativa privada, envolvendo também os estudantes e movimentos sociais organizados, pela rejeição da PEC 40, com ações unificadas; a realização de Aulas Públicas na praça como forma de mobilização; a intensificação de ações das Seções Sindicais, junto a mídia local, buscando espaço nos programas de rádio AM/FM etc. (ANDES-SN, 2003).

Vale evidenciar que a contrarreforma da Previdência do governo Lula era, em sua essência, um ajuste fiscal, com pesado confisco para as aposentadorias e pensões dos servidores públicos. O objetivo desta política era claro, reduzir gastos do Estado com sua folha de pagamentos. Logo, em nada contribuiu para efetivas transformações votadas nas urnas no ano anterior (SGUISSARDI, 2009).

Por isso, para o ANDES-SN não havia dúvidas sobre as razões para protestar, lutar pela alteração dos rumos ditados pela adoção desta medida e mesmo de outras que tenderam a estagnar o país, como a manutenção dos juros (ANDES-SN, 2003).

Foram frutos da greve de 2003 modificações na PEC-40 que evitaram prejuízos com maior gravidade, bem como, a disposição de luta da categoria para resistir aos ataques contra seus direitos e ao serviço público.

A greve desmascarou, perante a opinião pública, a imagem positiva das “reformas” propostas pelo governo, dentre as quais: contrarreforma tributária, com penalidade aos assalariados e desoneração do capital; contrarreforma trabalhista, com retirada de direitos de

toda a classe trabalhadora; contrarreforma sindical, abrindo caminho para o sindicato por empresa; a autonomia do Banco Central e etc. (ANDES-SN, 2003).

Assim, as bases do Sindicato Nacional e setores da sociedade organizada percebiam a continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais executadas no Brasil, ao longo dos anos de 1990, sob influência dos organismos financeiros internacionais (MANCEBO, 2017; SGUISSARDI, 2009; MACIEL, 2010).

Outra paralisação foi efetivada em 2004, com início em 14 de agosto. Porém, diferentemente dos movimentos anteriores essa greve teve baixa adesão das IFES, com cerca de 15, dentre estas o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN.

As principais pautas eram: reafirmar a proposta de extinção da GED; incorporação das gratificações ao salário dos docentes; paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre docentes do 1º, 2º e 3º graus. Nesse ensejo, o governo publicou a Medida Provisória (MP) 208/04, em 20 de agosto, implementada nas diversas IFES em meio a muita confusão, pois não houve, por parte do Ministério da Educação o devido esclarecimento dos efeitos da MP (ANDES-SN, 2004).

Como resultado obtido pelos docentes, manteve-se a chamada “Proposta final” do governo. Conforme a MP 208/04, durante os seis meses seguintes: docentes ativos receberiam os valores correspondentes a 140 pontos da nova GED; docentes aposentados com 60% da GED e/ou pensionistas receberiam o equivalente a 65% da nova GED; demais aposentados, que recebiam de acordo com a média de pontos obtida quando de sua aposentadoria, deveriam receber esse número de pontos. Além disso, o governo propôs um Grupo de Trabalho (GT) para discutir, em 2005, a implementação da paridade entre ativos e aposentados (ANDES-SN, 2004).

Em 2005 nova greve foi deflagrada. Iniciou com paralisação das atividades docentes em 30 de agosto e estendeu-se por 112 dias.

As principais pautas eram a valorização do trabalho docente; defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada; contra a mercantilização da educação; aumento da dotação orçamentária para as IFES; reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos, com paridade e isonomia; abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES (ANDES-SN, 2005a).

O MEC e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), em reunião dia 31 de agosto de 2005 com representantes sindicais, dentre eles o ANDES-SN, indicaram que havia limitação em relação à incorporação da GED, em função do elevado montante implicado e o MEC estava trabalhando com os incentivos à titulação e a incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE).

Assim, essa reivindicação seria contemplada a partir de debate aprofundado sobre carreira que seria feito com a transformação do atual GT-MEC em GT-Carreira. Portanto, os esforços do MEC estavam em contemplar aumento dos incentivos à titulação e incorporação da GAE. Mesmo não atendendo o conjunto das reivindicações dos professores em greve, o Governo Federal, diante da correlação de força e pressão dos docentes, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões (ANDES-SN, 2005a).

Vale destacar que, afora a greve de 2003, que enfrentou a contrarreforma da previdência, e as greves de 2004 e 2005, com menor força, o ANDES não conseguiu realizar mais greves no governo Lula. As dificuldades de mobilização resultaram de um quadro de crise geral da esquerda “associado ao convencimento da maioria dos docentes, capturados pelo canto da sereia produtivista, que culminaram no crescimento de uma entidade sindical governista, de forte apelo à ideologia academicista, que vem cindindo o sindicato na base” (MIRANDA, 2011, p. 351-2). Trata-se da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico.

A primeira greve dos docentes federais no governo Dilma Rousseff (PT) ocorreu em 2012. Para além das questões postas anteriormente, tinha como pautas reivindicatórias: garantia do caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente nas políticas de financiamento e regramento das relações de trabalho; garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFES; garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente; garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados; garantia de contratação do corpo docente unicamente pelo RJU; garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos Hospitais Universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização (ANDES-SN, 2012).

Como resultado desta greve, após simulacro de acordo assinado com o PROIFES, o governo, em agosto, enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) n. 4.368/2012. O PL tratava da reestruturação das Carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, reajuste de salários para implantação em três parcelas (março de 2013, março de

2014 e março de 2015) e constituição de GT para tratar de questões pendentes, inclusive as relativas ao acompanhamento do plano de expansão das universidades e institutos federais (ANDES-SN, 2012).

A estratégia do governo com o parcelamento do reajuste, subordinada à política econômica de ajuste fiscal, acabou por impedir novas paralisações no decurso dos anos abrangidos pela Lei aprovada. Porém, ainda na vigência do parcelamento do reajuste concedido a partir da greve de 2012, novo movimento paredista foi aprovado em 2015.

Esta foi a greve com maior tempo de todas já vivenciadas pela categoria e contou, também, com amplo apoio de técnicos administrativos e estudantes. Suas pautas de reivindicações perpassavam pela defesa do caráter público das IFE; melhores condições de trabalho; garantia de autonomia universitária; reestruturação da carreira docente; reajuste salarial para ativos e aposentados; mais investimentos para a educação pública (ANDES-SN, 2015).

No dia 6 de maio de 2015, antes de deflagração da greve, houve uma reunião de negociação entre o governo e os docentes das IFES (ANDES-SN e PROIFES), que apresentaram suas reivindicações e cobraram respectivas respostas. Ao final da reunião, o ANDES-SN anunciou que iria deliberar na semana seguinte sobre a greve (ANDES-SN, 2015).

Vale destacar que as políticas adotadas pelo governo Dilma Rousseff eram objeto de avaliação e crítica. São de 2015 as Medidas Provisórias 664 e 665, que limitaram o acesso dos trabalhadores a benefícios previdenciários, como pensão por morte e o seguro-desemprego.

E, ainda, o anúncio de contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões do orçamento de 2015, sendo R\$ 9,43 bilhões da educação. Este montante corresponde a corte de 20% do orçamento aprovado para pelo Congresso Nacional e sancionado sem vetos pela então Presidente da República. Esse contingenciamento acarretou em prejuízos para as Universidades e Institutos Federais, com redução de 1/3 das verbas originalmente programadas (CHAVES, 2015).

Por meio das pressões e resistência, os docentes conseguiram derrubar a proposta dos quatro anos de reajuste salarial. O governo reduziu para dois anos, porém manteve o confisco salarial e com o novo pacote de medidas foi anunciado o fim de concursos, do abono permanência e um aprofundamento na política de austeridade. Apesar da decisão de encerrar a greve, os docentes e técnicos não aceitaram a proposta do governo (ANDES-SN, 2015).

Em 2016, após manobra midiática e parlamentar, com esgotamento da política de conciliação de classes do PT, Dilma Rousseff foi deposta do cargo, assumindo seu vice Michel Temer (PMDB).

Em suas primeiras ações, ficou evidente que o governo atuaria no aprofundamento das reformas em favor do capital. No âmbito geral das políticas sociais foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para congelar os gastos primários (orçamento social) por vinte anos.

Para Chaves, Reis e Guimarães (2018, p. 4) “as medidas tomadas pelo ‘novo’ governo evidenciam o aprofundamento da retirada de direitos sociais, com subtração do orçamento social para atendimento do capital”.

No âmbito específico da educação, sem qualquer diálogo com o segmento social, foi instituída a MP 746/2016 (com alterações substanciais do ensino médio). Em contraposição a essas medidas, na perspectiva de construção de uma grande paralisação dos trabalhadores em geral, os docentes federais, aprovaram a deflagração de greve nacional, por tempo indeterminado a partir no dia 24 de novembro.

Nessa mesma data, instalaram em Brasília o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Destaca-se que essa greve, assim como ocorreu em 2003 (por ocasião da contrarreforma da Previdência), reuniu também os docentes das IES estaduais (ANDES-SN, 2016a).

A agenda do Sindicato Nacional para a greve de 2016, governo Temer, perpassou por rodada de Assembleia Geral para deflagração da mesma nas seções sindicais; dia nacional de luta com mobilização, protestos e paralisações/greves para construção da greve geral; dia de atividades no senado; marcha nacional à Brasília: Ocupa Brasília etc.

A ação do governo frente à marcha nacional foi de extrema violência, com uso de força policial contra os manifestantes que estavam em ato legítimo e constitucional de livre manifestação (ANDES-SN, 2016a).

A PEC 55 foi aprovada na Câmara dos Deputados Federais e no Senado Federal (como PEC 241/2016), como a Emenda Constitucional (EC) n. 95, promulgada em dezembro de 2016. Seu conteúdo institui um “novo” regime fiscal que congela por vinte anos recursos destinados às áreas sociais (saúde, educação etc.), despesa com pessoal e infraestrutura com correção pela inflação do ano anterior. O intuito é aumentar o superávit primário e destinar recursos ao pagamento de juros e amortização da dívida pública (BRASIL, 2016).

Caso haja descumprimento do limite de gastos da EC serão aplicadas vedações como: reajuste salarial de servidores públicos, criação de cargo, emprego ou função e alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa, realização de concurso público e criação de auxílios, vantagens e abonos para os servidores públicos etc. (BRASIL, 2016).

Desse modo, as consequências são nefastas para as políticas sociais, dentre as quais está a educação superior pública.

As previsões que se tem em relação a EC 95 são preocupantes, pois:

[...] mesmo diante de eventual recuperação do crescimento econômico, com ampliação do orçamento público, os gastos com a área social não poderão ser ampliados. Essa medida impactará negativamente no orçamento das universidades federais (e demais instituições públicas) e ampliará o montante financeiro para a dívida pública. Em decorrência, o setor financeiro será fortalecido e o movimento de expansão privado-mercantil, por meio dos grandes conglomerados, será ampliado ainda mais no País. (CHAVES; REIS; GUIMARÃES, 2018, p. 10).

Como se observa, a prioridade está em atender aos anseios do capital nacional e internacional, principalmente. E os impactos, desenfreados, dessa EC incidem sobre a vida do trabalhador, retirando seu direito a uma política social, o que revela a crueldade do sistema capitalista, que retira de quem precisa e entrega ao grande capital.

Diante do exposto, evidencia-se que muitos são os desafios que se apresentam ao movimento sindical de docentes no contexto das contrarreformas. Dessa forma, a ação sindical do movimento docente é fundamental para a efetivação de perspectivas contra-hegemônicas, manutenção dos direitos dos trabalhadores e, no limite, barrar as ofensivas dos governos de cunho neoliberal.

Destaca-se que:

[...] Independentemente da coloração partidária, do governo federal a diversos governos estaduais e municipais prevalece uma postura de criminalização dos movimentos sociais e de indiferença às suas reivindicações, proliferando sentenças de despejo e reintegração de posse; ilegalidade de greves, principalmente as de servidores públicos; multas à sindicatos; processos criminais contra lutadores sociais; sem falar na “demonização” efetuada pela grande mídia. [...]. (MACIEL, 2013, p. 7).

Maciel (2013) elucida questões que são desafiadoras para o organização e resistência do conjunto da classe trabalhadora quando o governo, independentemente do partido, criminaliza suas reivindicações. O cenário é de profunda desmobilização, de ataque, de desrespeito, de exploração, de medidas abusivas contra os trabalhadores. Nesse horizonte é necessário a unidade da classe para resistir, lutar, mobilizar, consciente e ativamente, contra toda forma de opressão.

Os elementos apresentados possibilitam contextualizar a articulação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN ao movimento docente nacional e suas ações, enquanto um sindicato classista, autônomo e democrático. Além dessa questão, a importância dessa Seção Sindical para organização dos docentes da UNIFAP; defesa do ensino público e gratuito; luta por melhores condições de trabalho.

### **3 MOVIMENTO SINDICAL DE DOCENTES DA UNIFAP: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRIAÇÃO DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN**

O objetivo deste capítulo é o de contextualizar a criação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN considerando o seu processo de construção e consolidação (aspectos históricos), sua articulação com o Sindicato Nacional e os principais desafios e pautas de lutas.

Para isto, com base nas Atas de Fundação, Assembleias Gerais, Regimento Geral e respostas decorrentes das entrevistas a partir do eixo temático “processo de construção e consolidação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN”, analisa-se sobre a organização dos docentes da UNIFAP anterior a sua vinculação com o movimento sindical nacional; a criação e a instalação da Seção Sindical no Amapá, bem como sua estrutura organizacional.

Posteriormente serão indicados, ainda que de forma breve, os principais desafios e pautas de luta, gerais e específicas, dos docentes da UNIFAP a partir dos dados obtidos por meio do quarto eixo temático da entrevista, isto é, “Desafios e pautas dos docentes da UNIFAP no(s) período(s) que atuou na direção”.

Destaca-se que, para exposição dos relatos das entrevistas optou-se por identificar os sujeitos da seguinte forma: Dirigente Sindical seguido por numeração, isto é, Dirigente Sindical 01, e assim sucessivamente até o número 27, que representa a quantidade de sujeitos participantes na pesquisa, tanto por meio do questionário quanto da entrevista. Ressalta-se que, os 11 primeiros identificados foram os sujeitos que participaram da entrevista.

Como forma de diferenciar os relatos dos/das dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, com atuação de 1994 a 2018, das citações de autores e autoras utilizados para/na fundamentação teórica da pesquisa, tanto no recuo quanto no corpo do texto, foi feito destaque em *itálico*.

#### **3.1 ORGANIZAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIFAP ANTERIOR A SUA VINCULAÇÃO COM O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE NACIONAL**

Antes de analisar o processo de constituição propriamente do SINDUFAP enquanto seção sindical do ANDES-SN se entende como relevante apresentar o processo organizativo dos docentes da UNIFAP anterior à sua vinculação com o movimento sindical docente nacional. Assim, algumas questões, do ponto de vista histórico, relativas à universidade serão apresentadas para se compreender acerca da organização inicial dos docentes desta instituição.

As primeiras atividades de educação superior pública no Amapá tiveram início na década de 1970, como Núcleo de Educação em Macapá (NEM), vinculado à Universidade

Federal do Pará (UFPA). O NEM ofertava cursos de licenciaturas de curta duração no campo do magistério tendo como objetivo central reverter o atraso que se tinha na região do então Território Federal do Amapá formando quadros de pessoal permanente (UNIFAP, 2019).

Com a elevação do Território Federal do Amapá para estado da federação, desencadearam-se discussões sobre a necessidade de construir uma universidade na região amapaense. A partir dessas discussões houve a elaboração da Lei Federal nº 7.530, de 1986, que criou a UNIFAP, tornando-se vigente pelo Decreto nº 98.977, de 1990, assinado pelo então presidente da república José Sarney do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O NEM permaneceu em atividade até meados de 1992, sendo que suas estruturas foram reaproveitadas para formar a recém-nascida universidade (UNIFAP, 2019). Logo, a nova instituição apresentava necessidades como contratação de pessoal efetivo (docentes, técnicos administrativos etc.), questões relacionadas à estrutura administrativa da instituição; constituição das normativas dos cursos, a estruturação física da universidade para atender os discentes e docentes (salas de aula, biblioteca, salas de coordenação de curso etc.), entre outras necessidades emanadas desse processo.

A universidade recém-nascida no Amapá, a UNIFAP, durante a década de 1990, em pleno exercício de suas atividades acadêmicas, estava em ciclos de concurso público tanto para técnicos administrativos quanto para docentes. Logo, esses profissionais tiveram que passar pelo processo de estágio probatório. Esse processo era um dos indicadores mais imediatos que indicava o possível receio de envolvimento com atividades sindicais.

*[...] a UNIFAP em 1994, 1995, 1996 e 1997, ainda estava em ciclos de concurso público, tanto de técnicos quanto de docentes e essas pessoas iam passar pelo processo de estágio probatório. Os receios de atividade sindical eram grandes. [...] (Relato do Dirigente Sindical 06).*

Outro fator, mais conjuntural, para o receio de participação e envolvimento, aqui especificamente de docentes da UNIFAP com o movimento sindical na década de 1990 se tratava dos fantasmas da ditadura militar que pairavam, uma vez que:

*A formação do sindicato brasileiro ainda é oriunda da época dos resquícios da ditadura militar. Muitos colegas da origem da UNIFAP tinham receio de participar de atividades sindicais e associadas. Na UNIFAP, quando íamos conversar com vários colegas docentes, a primeira coisa que eles diziam “quero contribuir, mas não quero participar”. As pessoas não queriam se expor, tinham pavor de serem vistos em alguma atividade sindical. O que nós sentíamos na universidade, naquele período, entre 1994 e 1998, é que os colegas tinham receio de ações intimidadoras, não queriam nem assinar a lista de presença de reunião por temerem retaliações. (Relato do Dirigente Sindical 06).*

O relato retifica que a Ditadura Militar, período político brasileiro compreendido entre 1964 a 1985 contribuiu para o receio de participação em atividades sindicais na UNIFAP e, conseqüentemente, numa organização dos docentes nesse período pós-ditadura.

Os fatores apresentados, um mais ligado a um aspecto imediato e outro a um aspecto conjuntural nacional, somados ao domínio partidário exercido pelo PMDB dentro da UNIFAP, que indicava, indo de encontro aos princípios democráticos, quem exerceria o mandato de reitor pró-tempore, colaboraram, em certa medida, para o fortalecimento da mobilização de um grupo, ainda pequeno, de docentes que fundaram o sindicato. As ações desse sindicato eram vinculadas às lutas e demandas internas como, por exemplo, lutar por eleições diretas para reitoria.

*[...] As questões transitórias da entrada de pessoal recorrente entre 1994 a 1999; o domínio partidário do PMDB dentro da universidade que perdurou desde as eleições dos reitores pró-tempore até a transição democrática realizada pelo professor Paulo Guerra, mas sem dúvida, a gestão do professor João Renôr foi o ápice do estado latente de mobilização dentro da universidade. São esses fatores que vão elucidar uma situação que fez com que naquele instante o sindicato tivesse força na defesa em prol da UNIFAP [...]. (Relato do Dirigente Sindical 06).*

Logo, uma das bandeiras de luta na década de 1990 na recém-nascida universidade no Amapá, seja dos docentes, seja dos técnicos administrativos, discentes, funcionários de modo geral, era da “*eleição democrática na UNIFAP*” (Relato do Dirigente Sindical 06). Esta foi uma grande luta com um processo extremamente difícil de consolidação, pois naquele período “*eleição na Amazônia era muito simbólica, tinha uma importância porque significava a intervenção do Estado na autonomia da universidade e que trazia à memória a intervenção do governo central nos territórios*”. (Relato do Dirigente Sindical 06).

Os docentes da UNIFAP, nesse sentido, organizados, para além da defesa e instituição dos princípios democráticos na universidade, também tinham a preocupação de “*estruturar a universidade*” (Relato do Dirigente Sindical 11). Assim, os/as docentes se multiplicavam nas atividades “*era conselho universitário, coordenação de curso, sindicato, promoções culturais.*” (Relato do Dirigente Sindical 11).

Dessa maneira, “*o sindicato começou a ganhar fortalecimento, não no sentido da criação ainda, mas um grupo de docentes que se juntou na perspectiva da luta sindical, a luta sindical é, portanto, anterior à existência do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN*” (Relato do Dirigente Sindical 02).

Vale aqui ressaltar, nessa perspectiva, o protagonismo do sindicato na construção dos processos democráticos da própria UNIFAP para a eleição de reitores, por exemplo. Também

se destaca o intenso grau de envolvimento e mobilização em um período marcadamente conturbado por processos antidemocráticos e de forte intervenção político-partidária dentro das esferas administrativas na universidade.

O SINDUFAP se mostrou, portanto, sempre muito forte, antes mesmo de sua vinculação com o movimento docente nacional. Como apontamentos para isto tem-se a militância dos/das docentes organizados, além de uma concepção de sindicato combativo, de força e de luta construída pelos/pelas docentes da UNIFAP.

### 3.2 SINDUFAP, SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN: FUNDAÇÃO E ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A partir da deliberação do 9º CONGRESSO em 1990, instalou-se no âmbito do movimento docente nacional a Campanha de Expansão do ANDES-SN. Teve-se como principal coordenador o Grupo de Trabalho de Política Sindical (GTPS) e, para além de expandir o Sindicato Nacional, objetivou-se responder politicamente às agressões que o movimento docente sofria. Os docentes lutavam para consolidar os princípios de autonomia e democracia que embasam sua luta organizada contra o imposto sindical e revogação do princípio constitucional que impedia a livre organização dos trabalhadores.

Parte da Campanha concentrou-se na constituição de Seções Sindicais nas instituições de ensino superior em que não havia formas de organização ligadas ao Sindicato Nacional. E, deveria ser conduzida a partir das Secretarias Regionais do ANDES-SN, com estreita colaboração de material de apoio ou de presença de seus membros onde fosse possível. A esse respeito, o GTPS se propôs elaborar panfletos e cartazes explicativos sobre o que era o ANDES-SN.

Como parte dos resultados desse trabalho, no processo de expansão do Sindicato Nacional, em 1994 ocorreu a criação/fundação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Vale elucidar que o processo de criação desta Seção Sindical se deu em uma conjuntura complexa que marca os anos da década de 1990, com amplo ataque à educação pública, aos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora, historicamente conquistados, bem como o contexto elucidado anteriormente que ocorria internamente na UNIFAP.

Deve-se aqui destacar que o êxito deste movimento decorreu fundamentalmente do envolvimento de docentes da recém-criada UNIFAP. Em síntese, foi a conjunção de interesses internos de docentes da UNIFAP e a iniciativa do Sindicato Nacional que possibilitou a criação da Seção Sindical nesta universidade.

Assim, o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá, enquanto Seção Sindical do ANDES-SN, conforme Ata da Assembleia Geral de Fundação, foi criado em 15 de julho de 1994. Por decisão da Assembleia foi instaurada a Direção “Pró-Tempore”, com incumbência de realização da primeira eleição da Seção Sindical no prazo de 30 dias (SINDUFAP, 1994). No entanto, por conta do processo de inscrição e reconhecimento do SINDUFAP como Seção Sindical, bem como tramitações jurídicas, essa Diretoria Provisória permaneceu até o início de 1998.

A Assembleia Geral de Fundação, de 15 de julho de 1994, foi conduzida pela comissão Pró-Organização, representada pelas docentes Maria do Socorro dos Santos Oliveira e Maria da Conceição Barbosa Gonçalves. Estiveram presentes também, além da comissão, o vice-presidente da Regional Norte do ANDES-SN professor Clodomir Monteiro da Silva, o reitor da UNIFAP professor Antônio Gomes de Oliveira e o representante do Diretório Central dos Estudantes da UNIFAP (DCE/UNIFAP) Edivan Barros de Andrade (SINDUFAP, 1994).

A presença desses sujeitos demonstrou a comunhão de interesses dos segmentos que representam a comunidade universitária para que ocorresse a fundação da Seção Sindical. A Ata de Fundação do SINDUFAP expressa a fala dos membros que compuseram esse momento histórico:

[...] o Reitor da UNIFAP [...] louvou a iniciativa dos docentes em criar de sua entidade representativa, que no seu entender muito terá a contribuir para o desenvolvimento da UNIFAP. O representante do DCE/UNIFAP começou por relatar o processo de criação do DCE/UNIFAP, disse ainda, ser este um momento, um fato marcante no processo de amadurecimento da UNIFAP, sintoma de um futuro promissor, parabenizou a iniciativa de organização dos Docentes [...]. Falou então o vice-presidente da Regional Norte da ANDES-SN [...] que saudou os presentes e ressaltou o valor simbólico da criação desta seção sindical se dar em uma sala de aula, fato demonstrativo da comunhão de interesses dos segmentos da comunidade universitária, fez, em seguida, um breve relatório sobre os quase vinte anos de luta pela construção da ANDES/SN, ressaltando o papel da entidade na defesa da democracia e da pessoa humana, demonstração de sindicalismo de novo tipo, que não se reduz aos interesses corporativos, sendo esta a atividade da ANDES-SN em toda sua história. Dentro desse ideal a ANDES-SN sempre lutou pelo ensino público e gratuito, pela democratização e autonomia da universidade, pela dignidade salarial e trabalhista da categoria. [...] (SINDUFAP, 1994, p. 1).

A organização dos docentes dessa Seção Sindical é marcada por uma conjuntura de implementação da política neoliberal no Brasil. Conforme Frigotto (2014, p. 72) a “década de 1990 foi avassaladora na introdução de políticas neoliberais no conjunto da sociedade e, em particular, na educação [...] uma década de resistência ativa”. O que evidenciou a necessidade de se instalar no Estado do Amapá uma entidade que buscasse lutar pelos interesses não só da

comunidade universitária, mas do conjunto da classe trabalhadora conjugando as lutas locais com as lutas nacionais.

Conforme a ata da Assembleia Geral de fundação da Seção Sindical, encerradas as intervenções dos membros da mesa, as docentes Maria do Socorro e Maria da Conceição convidaram os docentes Dorival da Costa dos Santos e Arley José Silveira da Costa para assumirem a presidência e a secretaria da mesa, respectivamente, o que foi aceito pelos referidos docentes. Após esse momento, o reitor da UNIFAP e o representante do DCE/UNIFAP informaram que iriam ter que se retirar.

A Assembleia Geral foi conduzida por alguns pontos de pauta. Primeiro, com a proposta de fundação da Seção Sindical na UNIFAP, aprovada por unanimidade. O segundo referia-se à aprovação do Regimento da Seção Sindical que, dado os devidos encaminhamentos, leitura da proposta de Regimento da Comissão Pró-organização e concomitantemente solicitação de destaques e a justificativa dos destaques e, por fim, votação das propostas de alteração. Realizada essa dinâmica o Regimento foi aprovado pela Assembleia Geral por unanimidade.

Foram realizados, após a votação do Regimento da Seção Sindical, os seguintes encaminhamentos votação e aprovação da sigla do sindicato, que ficou SINDUFAP/S. Sind.; escolha e aprovação da diretoria Pró-Tempore que ficou definida assim: presidente Maria do Socorro dos Santos Oliveira, secretários Arley José Silveira da Costa e Ricardo Fontanella, tesoureiro Dorival da Costa dos Santos.

Por decisão da Assembleia Geral de fundação do sindicato a diretoria Pró-Tempore teria o prazo de trinta dias para realizar as eleições para a primeira diretoria do sindicato. No entanto, por conta do processo de inscrição e reconhecimento do SINDUFAP como Seção Sindical do ANDES-SN, bem como tramitações jurídicas, esta diretoria provisória permaneceu até o início de 1998.

Houve, também, a discussão sobre o percentual da contribuição voluntária dos sindicalizados e, por unanimidade, a Assembleia Geral aprovou o valor percentual (2%) a ser descontado diretamente da folha de pagamento. Sobre esse assunto, o Vice-Presidente Regional Norte do ANDES-SN prestou esclarecimentos sobre a contribuição da Seção Sindical ao Sindicato Nacional, bem como à Central Única dos Trabalhadores a qual era filiado (SINDUFAP, 1994).

Decidiu-se, também, na Assembleia Geral de fundação do sindicato o envio de um memorando circular à Reitoria e demais órgãos e entidades da universidade, por parte da diretoria Pró-Tempore, comunicando oficialmente a fundação da entidade representativa e sindical dos docentes da UNIFAP. Já, ao Departamento de Pessoal da universidade se decidiu

enviar, além da circular, um ofício solicitando o desconto em folha de pagamento da contribuição dos sindicalizados (SINDUFAP, 1994).

Também, como decisão desta Assembleia Geral de fundação do sindicato, a diretoria Pró-Tempore deveria providenciar de forma imediata o registro no Cartório de Títulos e Documentos a Ata e o Regimento aprovados. Além de enviar cópias autenticadas destes documentos, juntamente com a lista de presentes na Assembleia, para a Vice-Presidência Regional Norte do ANDES-SN (SINDUFAP, 1994).

Ainda na vigência da diretoria provisória, no dia 20 de outubro de 1995, o 31º CONAD, realizado em Salvador - BA, deliberou pelo reconhecimento da criação do SINDUFAP/Seção Sindical em caráter condicional de revisão do Regimento (ANDES-SN, 1995a). Este, por sua vez, após passar por revisões foi aprovado e lavrado em cartório em 20 de maio de 1998. E, em 26 de agosto do mesmo ano foi publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá.

Em processo de organização interna e ainda sem a ocorrência de eleição direta para composição da Diretoria Executiva da Seção Sindical, foi realizada em 22 de abril de 1998 uma Assembleia Geral Extraordinária. Dentre os pontos de pauta a serem deliberados destacam-se dois: 1) diretoria da Seção Sindical; 2) encaminhamentos da Diretoria (SINDUFAP, 1998).

Sobre os referidos itens de pauta, discutiram-se centralmente duas propostas, a primeira era pela eleição de uma nova diretoria na Assembleia Geral e a segunda era pela recomposição da Diretoria provisória. E, sob regime de votação, ganhou a primeira proposta. Formularam-se, assim, na Assembleia, duas propostas de composição de chapa.

Sobre a composição das chapas, duas professoras apresentaram propostas. A primeira, proposta pela professora Maria Clara, era de chapa composta da seguinte maneira: Walterlina Brasil, como presidente; Marilete Seabra, como secretária geral; Osvanil Bacelar, como tesoureiro; José Alberto Tostes, como secretário de divulgação e assuntos culturais; Adalberto Ribeiro, como assessor jurídico; como membros do conselho fiscal os docentes Oscarito Nascimento, Sandra Moreira e Jadson Porto, com os seguintes suplentes Norma Iracema e João Wilson.

A segunda chapa, proposta pela professora Antônia Andrade, apresentava a seguinte composição: Maria Clara, como presidente; Walterlina Brasil, como secretária geral; Osvanil Bacelar, como tesoureiro; José Alberto Tostes, como secretário de divulgação e assuntos culturais; Adalberto Ribeiro, como assessor jurídico; como membros do conselho fiscal os docentes Oscarito Nascimento, Sandra Moreira e Jadson Porto, com os seguintes suplentes Norma Iracema e João Wilson.

Assim, em Assembleia, procedeu-se à votação nominal por chapa, sendo eleitos os novos membros da Diretoria Executiva que compunham a primeira chapa. Após declarada empossada a nova diretoria, esta teve como tarefa inicial conduzir o processo de greve dos/das docentes da universidade junto ao Sindicato Nacional. Destaca-se que, esta foi a primeira participação efetiva desta Seção Sindical em uma greve em consonância com as pautas do ANDES-SN.

Em Assembleia Geral, no dia 18 de junho de 1998, com a presença, também, de estudantes e técnicos-administrativos, em função do momento de greve na UNIFAP, teve-se como pontos de pauta: 1) informes do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, 2) avaliação da proposta do Ministério da Educação sobre a Gratificação de Estimulo a Docência (GED), 3) avaliação da greve de fome, 4) situação interna da UNIFAP, 5) recadastramento no sindicato e mandato da diretoria (SINDUFAP, 1998a).

Os três primeiros temas foram discutidos em plenária que deliberou por acompanhar os encaminhamentos do movimento docente nacional com apoio ao Comando Nacional de Greve do ANDES-SN. Localmente, deliberou-se pela realização de “Ato-show em defesa da universidade pública e gratuita”, no mesmo mês, na Praça da Bandeira.

Em relação ao mandato da Diretoria Executiva, ainda provisória, que iria expirar dia 22 de junho de 1998, foi deliberado, por unanimidade, que o mandato deveria ser prorrogado por mais 60 dias, e prorrogável por mais 30 dias caso não fossem cumpridas as condições para a eleição da Diretoria Executiva.

Não foram encontradas Atas de Assembleias (gerais ou extraordinárias), entre o segundo semestre de 1998 a meados de 2001, que tratassem tanto de encaminhamentos para que se efetivassem eleições para a Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN quanto o registro de atuação da Diretoria Executiva provisória.

Têm-se, no entanto, o registro de uma Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de maio de 2001, provocada pelo Sindicato Nacional para tratar, especificamente, sobre as eleições para composição da Diretoria Executiva. Na referida Ata, sob a presidência da professora Vera Lúcia Jacob Chaves, na ocasião 1ª Vice-Presidente da Regional Norte do Sindicato Nacional, discutiu-se como pauta principal a eleição para Diretoria Executiva da Seção Sindical. Conforme o registro na Ata da referida Assembleia a 1ª Vice-Presidente:

[...] Iniciou historiando a situação ilegal da diretoria que estava à frente do Sindicato por não ter sido conduzida através de processo eleitoral como define o regimento da entidade. Informou, ainda, que ao analisar o Regimento do SINDUFAP detectou que o mesmo apresentava problemas e, em contato com a Secretaria Geral do ANDES-SN foi confirmado que seria necessário realizar

uma série de alterações com vistas a uma correta adequação com o Estatuto do ANDES-SN. [...] (SINDUFAP, 2001).

Assim sendo, conforme a Ata do dia 23 de maio de 2001, a Diretoria tinha algumas atribuições específicas que foram deliberadas pela Assembleia como providenciar a regularização da contribuição sindical dos sindicalizados; rever o Regimento da entidade a partir das orientações do Sindicato Nacional; e convocar as eleições para a diretoria efetiva. Nesta mesma Assembleia foram aprovadas as datas das Assembleias que tinham por finalidade aprovação do Regimento da entidade com as devidas revisões, convocação das eleições com a aprovação da comissão eleitoral e do regimento eleitoral e foram, também, eleitos os membros da Diretoria Provisória.

A Diretoria Provisória ficou assim constituída Arthur Leandro Moraes Maroja, como presidente; Luizel Simões de Brito, como secretário geral; Jean Cláudio Fonseca, como tesoureiro; João Simões Cardoso Filho, como secretário de divulgação e eventos sócio-culturais; e Emanuel Leal de Lima, como assessor jurídico.

A primeira Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN eleita por voto direto assumiu suas atividades em 2002, após terem sido convocadas as eleições com a aprovação da comissão eleitoral e do regimento eleitoral. A composição desta primeira diretoria ficou assim constituída Presidente: **Arthur Leandro Moraes Maroja**; Secretária geral: **Marinalva Silva Oliveira**; Secretário de divulgação e eventos culturais: **Arley José Silveira da Costa**; Tesoureiro: **Luizel Simões de Brito**.

Como forma de sintetizar a composição das primeiras diretorias do sindicato até a eleição direta, 1994 a 2005, segue o Quadro 1, elaborado a partir do levantamento feito em Atas de fundação da Seção Sindical, de Assembleias Gerais Extraordinárias, de Eleição, e de Posse das Diretorias Executivas.

**Quadro 1** - Membros das Diretorias Executivas do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES de 1994-2005.

NOME	PERÍODO
<b>Presidente:</b> Maria do Socorro dos Santos Oliveira; <b>Secretários:</b> Arley José Silveira da Costa e Ricardo Fontanella; <b>Tesoureiro:</b> Dorival da Costa dos Santos.	1994-1998*
<b>Presidente:</b> Walterlina Barboza Brasil; <b>Secretária geral:</b> Marilete Seabra; <b>Tesoureiro:</b> Manoel Osvanil; <b>Secretário de divulgação e eventos sócio-culturais:</b> José Alberto Tostes	1998-2001**
<b>Presidente:</b> Arthur Leandro Moraes Maroja; <b>Secretário geral:</b> Luizel Simões de Brito; <b>Tesoureiro:</b> Jean Cláudio Fonseca; <b>Secretário de divulgação e eventos sócio-culturais:</b> João Simões Cardoso Filho; <b>Assessoria jurídica:</b> Emanuel Leal de Lima.	2001-2002***

<b>Presidente:</b> Arthur Leandro Moraes Maroja; <b>Secretária geral:</b> Marinalva Silva Oliveira; <b>Secretário de divulgação e eventos culturais:</b> Arley José Silveira da Costa; <b>Tesoureiro:</b> Luizel Simões de Brito.	2002-2005****
---	---------------

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir de atas: de fundação da Seção Sindical, Assembleias Gerais Extraordinárias, de Eleição e de Posse das Diretorias Executivas.

\*Gestão Pró-Tempore; \*\* Não há registro de atuação dessa Diretoria provisória durante o período indicado; \*\*\*Diretoria provisória; \*\*\*\* Primeira Diretoria eleita por voto direto.

Vale aqui destacar que, dos 14 docentes que estiveram na composição destas primeiras diretorias do sindicato (1994-2005), 10 participaram da pesquisa. Sendo que 5 tiveram participação tanto no questionário quanto na entrevista. Ressalta-se que boa parte desses docentes permanecem filiados ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN ou a alguma seção sindical do Sindicato Nacional.

No Quadro 2, é apresentada a composição das diretorias executivas do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 2005 a 2020.

**Quadro 2 -** Membros das Diretorias Executivas do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES de 2005-2020.

NOME	PERÍODO
<b>Presidente:</b> Arley José Silveira da Costa; <b>Secretária geral:</b> André Rodrigues Guimarães; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Carlos Rinaldo Martins; <b>Tesoureiro:</b> Manoel da Silva Melo; <b>Secretária de assuntos jurídicos:</b> Sandra do Socorro Almeida Monteiro.	2005-2007
<b>Presidente:</b> André Rodrigues Guimarães; <b>Secretário geral:</b> Alexandre Adalberto Pereira; <b>Secretária de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Marinalva Silva Oliveira; <b>Tesoureiro:</b> Élvio Zenker Souza; <b>Secretário de assuntos jurídicos:</b> Florinaldo Carreteiro Pantoja.	2007-2009
<b>Presidente:</b> Marinalva da Silva Oliveira; <b>Secretário geral:</b> Alexandre Adalberto Pereira; <b>Tesoureira:</b> Arthane Meneses; <b>Secretária de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Arley José Silveira da Costa; <b>Secretário de assuntos jurídicos:</b> Carlos Rinaldo Martins.	2009-2011
<b>Presidente:</b> Cássia Hack; <b>Secretário geral:</b> Iuri Cavlak; <b>Tesoureiro:</b> Paulo Marcelo Cambraia da Costa; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Arley José Silveira da Costa; <b>Secretária de assuntos jurídicos:</b> Ronaldo Manassés Rodrigues Campos.	2011-2013*
<b>Presidente:</b> Iuri Cavlak; <b>Secretário geral:</b> Arley José Silveira da Costa; <b>Tesoureiro:</b> Paulo Marcelo Cambraia da Costa; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Ronaldo Manassés Rodrigues Campos; <b>Secretária de assuntos jurídicos:</b> Ana Claudia Peixoto de Cristo.	2011-2013
<b>Presidente:</b> Paulo Marcelo Cambraia da Costa; <b>Secretária geral:</b> Érika Pinto de Azevedo; <b>Tesoureiro:</b> Guilherme Jarbas Barbosa de	2013-2015

Santana; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> André Rodrigues Guimarães; <b>Secretário de assuntos jurídicos:</b> Yurgel Pantoja Caldas.	
<b>Presidente:</b> Francisco Orinaldo Pinto Santiago; <b>Secretária geral:</b> Yurgel Pantoja Caldas; <b>Tesoureira:</b> Diana Regina; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Sidney Lobato; <b>Secretária de assuntos jurídicos:</b> Camila Soares.	2015-2017
<b>Presidente:</b> Paulo Marcelo Cambraia da Costa; <b>Secretário geral:</b> Francisco Orinaldo Pinto Santiago; <b>Tesoureira:</b> Ilma Barleta; <b>Secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais:</b> Marina Bittencourt; <b>Secretário de assuntos jurídicos:</b> Adeildo Telles.	2018-2020

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir de atas: de Assembleias Gerais Extraordinárias, de Eleição e de Posse das Diretorias Executivas.

\*Em 31 de outubro de 2011 a presidente renuncia o seu cargo. Desta feita, em Assembleia Geral Extraordinária foi feita a recomposição da Diretoria.

Dos membros que compuseram a diretoria executiva do sindicato no período indicado no Quadro 2, sem contar com os que já haviam feito parte da composição das primeiras diretorias, 17 participaram da pesquisa. Destes, 6 tiveram participação tanto no questionário quanto na entrevista. E boa parte deles, também, permanecem filiados ao sindicato. Assim, teve-se um total de 27 docentes que participaram da pesquisa respondendo ao questionário. Deste total, 11 foram selecionados para participar, também, da entrevista.

Evidencia-se que a militância construída no âmbito do movimento docente da UNIFAP pode ter colaborado com esse aspecto de permanência no movimento sindical por parte dos docentes que compuseram tanto as primeiras diretorias quanto as posteriores. Logo, há um indicativo de contribuição do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política desses sujeitos, a construção de uma concepção de sindicato baseado nos princípios de luta e resistência, construção de uma militância ativa.

Pôde observar-se um período, de certa forma, longo entre a fundação do sindicato até sua efetiva homologação enquanto Seção Sindical do ANDES-SN, isto é, de 1994 até meados de 2002. E o fato de demorar a se tornar uma Seção Sindical do Sindicato Nacional é indicado por alguns vieses:

*[...] um foi a dificuldade de se comunicar com o ANDES-SN [...]. Em 1994, não se tinha essa disponibilidade de informação que se tem hoje de internet, whatsapp. Então, ligávamos para o ANDES-SN pedindo orientação e nem sempre tínhamos resposta. [...] Outra coisa era que a forma de organização do movimento era algo que nós não entendíamos na prática. Nós estávamos aprendendo a fazer fazendo. [...] Nós fazíamos uma assembleia que estava errada, porque não tinha uma determinada quantidade de gente, tinha que ter uma série de coisas que nós não tínhamos. [...] Essas coisas elementares que nós não dominávamos e tirava um pouco da nossa agilidade para resolver e nossa comunicação era muito lenta, é assim que eu explico a partir do que vivemos. (Relato do Dirigente Sindical 09).*

Outros fatores nesse processo, que devem ser considerados, eram a concorrência das agendas dos docentes, haja vista que a UNIFAP estava em processo de consolidação e os docentes se dividiam em muitas tarefas dentro da instituição; a efervescência de greves instauradas em âmbito nacional; e a própria ausência de militância ou envolvimento nessa causa especificamente.

*Em 1994 e 1995 tivemos muitas greves, a universidade estava sendo implantada, criação de novos cursos, então, fomos nos dividindo. Olha, em 1994 e 1995, também estávamos nas comissões que criaram o próprio estatuto da universidade. Os colegas que ficaram após 1994 e 1995, foram aprovados e tudo, também compatibiliza essa obrigação interna com o que tinham de informação disponível. [...] Para você ter uma ideia, muitas vezes as pessoas emprestam o nome para a luta já dizendo “conta comigo para isso, o meu tempo é reduzido”, então, isso faz parte do mundo real. [...] (Relato do Dirigente Sindical 09).*

Tinham-se, então, elementos da própria construção e consolidação da UNIFAP que refletiam sobre a agenda dos docentes com sobrecarga de tarefas, elementos mais conjunturais referentes à mobilização nacional e local do movimento docente, a inexperiência com as questões burocráticas que envolvem a estruturação e organização do sindicato, a dificuldade de comunicação com o Sindicato Nacional naquele momento. Elementos esses que acabaram colaborando para que houvesse certa demora na tramitação em tornar o SINDUFAP uma Seção Sindical do ANDES-SN.

Com relação às alterações feitas no Regimento do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN a partir de recomendações do Sindicato Nacional, conforme registro em Ata de Assembleia Geral realizada em 20 de junho de 2001, seguiram-se as recomendações vindas do Sindicato Nacional. Em 22 de fevereiro de 2002, as alterações foram homologadas em *referendum* no 21º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio Grande – RS (ANDES-SN, 2002).

Apresentam-se, assim, alguns pontos expressos no Regimento da entidade. Os objetivos desta Seção Sindical são propugnar pelo ensino público e gratuito no Brasil; propugnar por melhores condições de trabalho e elevação do nível das atividades de ensino, pesquisa e extensão, especialmente na UNIFAP; estimular a excelência acadêmica de professores e estudantes; representar os interesses dos sindicalizados; manifestar-se sobre a política educacional brasileira, especialmente no âmbito do ensino no Amapá; promover estudos, seminários e conclaves no sentido de aprimorar o ensino, a pesquisa e a extensão; promover a integração entre os membros da comunidade universitária; e divulgar os problemas que envolvem a universidade no intuito de obter apoio para as soluções (SINDUFAP, 2001a).

Esses objetivos expressam a concepção de sindicato classista, desatrelado do governo, autônomo e democrático, proposto pelos docentes da UNIFAP desde sua fundação. Dal Rosso (2009, p. 12-3) assevera que, ao definir suas bandeiras de luta, a “categoria assume postura política” e como “organização política, a associação e o sindicato começam a ocupar e disputar espaços com os detentores do poder”.

O SINDUFAP, desta forma, é uma instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SN, dotada de autonomia política, administrativa e financeira. Apresenta, em seu Regimento, o objetivo básico de organizar sindicalmente os docentes em atividade e aposentados da Universidade Federal do Amapá, além de representar os direitos e interesses desse grupo. Com relação à estrutura organizativa, o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN tem órgãos diretivos e administrativos: Assembleia Geral (ordinária ou extraordinária), Diretoria Executiva e Conselho Fiscal (SINDUFAP, 2001a).

A Assembleia Geral (AG), de caráter ordinário ou extraordinário, é o órgão supremo de deliberação, ou seja, todos se submetem ao que nela se delibera, ainda que ausentes ou discordantes. Suas decisões são tomadas por maioria simples dos presentes, sendo vetado o voto por procuração (SINDUFAP, 2001a). Vale destacar que os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais do SINDUFAP são os que estão presentes no Estatuto do ANDES-SN.

À AG Ordinária compete apreciar e deliberar sobre o relatório anual e as contas da Diretoria Executiva orientadas com parecer do Conselho Fiscal, bem como sobre o orçamento das receitas e despesas para o exercício subsequente ou em curso, dar posse aos membros do Conselho Fiscal e Diretoria Executiva (SINDUFAP, 2001a).

Compete à Assembleia Geral Extraordinária: aprovar e modificar o Regimento Geral; deliberar sobre sugestões, atos e resoluções dos órgãos da Seção Sindical; excluir sindicalizados; criar comissões e grupos de trabalho; disciplinar o processo eleitoral; fixar a contribuição dos afiliados; eleger os delegados do SINDUFAP junto aos CONGRESSOS e CONADs, deliberar sobre a dissolução da Seção Sindical ou desvinculação do ANDES-SN; manifestar sobre problemas relacionados com os objetivos do sindicato (SINDUFAP, 2001a).

A Diretoria Executiva é a instância administrativa da Seção Sindical. Eleita em escrutínio secreto e direto. Composta por 5 membros efetivos e 5 suplentes com mandato de 2 anos. Assim, tem-se os cargos de: presidente, secretário geral, tesoureiro, secretário de divulgação e assuntos sócio-culturais, secretário de assuntos jurídicos.

Dentre as funções tem-se: observar e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SN, bem como o Regimento Geral e as deliberações da AG e do Conselho Fiscal; elaborar e divulgar

planos e relatórios anuais das atividades do sindicato; nomear coordenadores para as diversas atividades desenvolvidas pelo SINDUFAP, dentre outras (SINDUFAP, 2001a).

Quanto ao Conselho Fiscal, é órgão normativo e fiscalizador dos atos da Diretoria Executiva. Composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes com mandato de 2 anos. São eleitos juntamente com a Diretoria Executiva. Como competência desse órgão do SINDUFAP tem-se: propor à Diretoria medidas de caráter financeiro que avaliar conveniente; julgar relatórios e balancetes anuais da Diretoria Executiva; apreciar recursos dos atos e decisões da Diretoria etc. (SINDUFAP, 2001a).

Assim, nos contornos presentes na estrutura organizativa do ANDES-SN e suas Seções Sindicais, dentre elas o SINDUFAP, emergiu o binômio que consagrou a orientação político-ideológica do movimento docente: autonomia e democracia.

[...] Deles se pode deprender uma estrutura sindical efetivamente nova, inteiramente desatrelada e na contramão dos próprios preceitos constitucionais que regiam o país: seu caráter sindical, proibido, foi habilmente sustentado no retrato estatutário, exatamente através dos fins, dos objetivos e da autosustentação financeira, ao mesmo tempo em que cuidadosamente se construía uma estrutura orgânica que sustentava essa dimensão sindical e seus princípios motores. (NAVARRO, 2001, p. 216).

Navarro (2001), nessa direção, compreende que a forma de estruturação do Sindicato Nacional e, conseqüentemente, de suas Seções Sindicais retratam a singularidade dos traços da organização sindical dessa entidade que é autônoma e democrática, ingredientes fundamentais para se lutar contra os ataques do governo ao conjunto da classe trabalhadora.

Observa-se que o nascimento do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN se deu nos primeiros anos da década de 1990. Período marcado pela implementação das políticas neoliberais, bem como contrarreformas do Estado e da educação superior brasileira. Neste horizonte, é importante descrever algumas das lutas emanadas do movimento de docentes da UNIFAP.

### 3.3 PAUTAS DE LUTA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIFAP

O objetivo deste tópico é o de analisar, ainda que de forma breve, algumas pautas (gerais e específicas) de luta dos docentes da UNIFAP organizados no SINDUFAP/ Seção Sindical do ANDES-SN indicado pelas/pelas docentes na entrevista. Vale lembrar que, em capítulo anterior, se tratou mais especificamente da participação do sindicato em 9 greves (1998, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2012, 2015 e 2016) em consonância com o Sindicato Nacional, com destaque para as pautas, mobilizações e enfrentamentos.

Historicamente, esta entidade tem atuação muito importante na consolidação e estruturação da UNIFAP. Inclusive, vale destacar a luta “na definição de novos reitores, a tentativa de tirar os reitores que eram interventores e efetivamente estabelecer uma reitoria eleita” (Relato do Dirigente Sindical 10).

*[...] uma das lutas que fizemos e teve resultado foi de eleições diretas para reitor da UNIFAP. Isso aconteceu a partir da organização do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, com o movimento estudantil, com o movimento dos técnicos. Nós tivemos, assim, a primeira conquista que foi a eleição para reitor na UNIFAP. [...] (Relato do Dirigente Sindical 08).*

A luta por eleições diretas para definição de reitor na UNIFAP ganhou força na unidade no movimento organizado de docentes, discentes e técnicos da instituição. Tratava-se de uma luta conjunta e que ficou marcada como uma das primeiras conquistas do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN na década de 1990. Esta pode ser considerada uma conquista não só do movimento docente, mas da comunidade acadêmica.

Vale lembrar que havia um forte domínio político-partidário do PMDB sobre as ações desenvolvidas no Amapá e, particularmente, na UNIFAP com a definição de reitores temporários que, muitas vezes, sequer faziam parte do quadro de efetivos da instituição. Ressalta-se que:

*[...] o reitor que foi eleito não era na linha que defendíamos, foi o Brazão, primeiro reitor eleito, mas o que consideramos como algo vitorioso foi o fato de a comunidade acadêmica ter o poder de decisão sobre quem seria o seu reitor, pois até então era o Sarney que indicava. Tratava-se de reitores pró-tempores que nem faziam parte do quadro da UNIFAP indicado pelo Sarney. (Relato do Dirigente Sindical 08).*

Sobre eleição para reitoria, o Estatuto da UNIFAP, de 13 de dezembro de 1990, na Seção IV, artigo 23, indica que o “Reitor e Vice-Reitor serão eleitos por Colégio Eleitoral próprio, com constituição e normas de funcionamento definidas pelo Conselho Universitário, e nomeados na forma da legislação vigente” (UNIFAP, 1990, p. 9). O Regimento Geral da instituição, de 29 de abril de 2002, ratifica na Seção I, artigo 15, que o “Reitor e o Vice-Reitor são eleitos e nomeados em conformidade com o disposto na legislação vigente” (UNIFAP, 2002, p. 11).

Não obstante, embora seja tratado como eleição, o processo de escolha de Reitor e Vice-reitor nas universidades públicas, na verdade, trata-se de consulta, com voto paritário de docentes, discentes e técnico-administrativos, à comunidade acadêmica. Na UNIFAP, por exemplo, a consulta é executada por uma Comissão de Consulta Prévia (CCP) formada por representantes das diferentes categorias da universidade (docentes, técnico-administrativos e

discentes). Após encerrada a apuração e totalização dos votos, a CCP encaminha ao Conselho Universitário (CONSU), instância máxima de deliberação dentro da universidade, através de Relatório Circunstanciado de Atividades, o resultado final do processo de votação com a lista nominal dos candidatos em ordem decrescente do Resultado por Candidato (RC) alcançado.

O CONSU, por essa ocasião, instala-se como Colégio Eleitoral para elaborar a Lista Tríplice, lista com três nomes, a ser enviada ao Ministério da Educação (MEC). É esse o órgão que de fato se encarregará de indicar o novo Reitor da instituição. Logo, o que torna esse processo diferente de uma eleição direta com voto universal, como para presidência da república, por exemplo, é a de que o resultado final não garante que o vencedor será empossado, pois, a escolha de fato acontece após a consulta. O MEC, por respeito à autonomia e à democracia universitária, nos últimos anos, procura sempre indicar o vencedor da consulta, embora, disponha de artifícios legais para não o fazer.

Nesse horizonte, a eleição direta para reitor, tanto para o ANDES-SN quanto para suas Seções Sindicais, representava a efetivação de dois princípios básicos da luta dos docentes da educação superior, registrados no Caderno 2 do ANDES-SN, que é o da gestão democrática na educação e o da autonomia universitária<sup>29</sup>. Esses princípios são conceituais de base da proposta do ANDES-SN para as instituições de ensino superior (ANDES-SN, 2013).

É importante salientar a posição do ANDES-SN, que também é a do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, sobre a defesa do princípio da gestão democrática na educação. Essa questão abarca elementos como os princípios da gestão democrática, a participação democrática da comunidade acadêmica e escolha de dirigentes. Evidencia-se, assim, a compreensão do Sindicato Nacional de que a “democracia interna é indispensável para a universidade cumprir sua função social, mas que isso não será suficiente se o trabalho acadêmico não se referenciar na própria sociedade e em políticas públicas efetivamente populares para a educação” (ANDES-SN, 2013, p. 26).

Quanto ao princípio da autonomia universitária, indissociável do princípio da defesa da gestão democrática na educação, trata-se de uma das principais bandeiras de luta do Sindicato Nacional. Haja vista que as definições de “financiamento, carreira docente, política de pessoal, regime jurídico, processo de escolha de dirigentes, avaliação, entre outros aspectos, dependem da conceituação de autonomia universitária adotada” (ANDES-SN, 2013, p. 26).

---

<sup>29</sup> Para além desses princípios básicos conceituais registrado no Caderno 2 do ANDES-SN tem-se estrutura tributária; educação pública; universidade pública; ensino, pesquisa e extensão; educação técnica e tecnológica; financiamento da universidade.

Dessa maneira, a definição de autonomia universitária expressa no Caderno 2 do Sindicato Nacional significa:

[...] autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias (ANDES-SN, 2013, p. 26).

Assim, é possível verificar, por meio desses princípios, a expressão do compromisso do movimento docente, tanto nacional quanto local, com a qualidade e a responsabilidade social da educação pública. Nessa direção, lutar por eleições diretas para reitores na universidade revela-se como aspecto que marca a luta desses docentes para além de questões individualizadas, mas que se considerava, na luta, as questões coletivas de necessidade do conjunto da classe trabalhadora.

Além desta luta histórica pela eleição de reitores na UNIFAP, estabelecer e consolidar os princípios democráticos na instituição, outras lutas emanadas da organização dos docentes foram marcantes na própria constituição da universidade que perpassavam desde melhores condições de trabalho até questões ligadas à infraestrutura. Assim, havia pautas de lutas:

*[...] por melhores condições de trabalho e funcionamento dos cursos de graduação, havia uma sala para nove coordenadores de curso. [...] Também, a questão dos concursos públicos para técnico; a eleição direta para reitor; a legitimidade da defesa pela universidade pública e gratuita; as condições de acessibilidade; necessidade de atendimento social de alunos carentes, sendo que ainda não havia apoio financeiro de bolsas, pois começaram a ingressar alunos novos e carentes oriundos de famílias abaixo da renda de três salários mínimos; outra meta era pelo desenvolvimento da pesquisa e da extensão porque naquele período a universidade era a chamada de “grande escolão”. (Relato do Dirigente Sindical 06).*

Evidencia-se, assim, que as lutas travadas pelo movimento docente da UNIFAP, ainda em processo de organização e consolidação na década de 1990, iam além de questões intrínsecas ao sindicato de uma categoria. Buscava-se, nesse período, “instalar uma universidade de verdade”, pois “essa era uma dificuldade dos funcionários, dos professores que, em boa parte, vinham do antigo Território Nacional” (Relato do Dirigente Sindical 11).

Nesse sentido, a pauta por melhores condições de trabalho envolvia uma série de outras questões como a infraestrutura do campus para atender às necessidades da comunidade acadêmica (salas de aula, salas de coordenação de curso, funcionamento e manutenção de laboratórios, biblioteca, acessibilidade etc.); concurso público para ampliação de quadros de técnicos e docentes; condições objetivas para os alunos não só ingressarem, mas permanecerem

e concluírem o curso de formação; desenvolver pesquisa e extensão que são parte do tripé que caracteriza uma universidade, entre outras questões basilares na defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Lêda (2006) colabora para o entendimento dessa questão, condições de trabalho nas universidades federais brasileiras. Para a autora, é preciso considerar na análise a categoria trabalho, pois o processo de exploração ao qual a classe trabalhadora é submetida, historicamente, ganha “mais perversidade nos marcos da acumulação flexível, capitaneada pela classe burguesa transnacional, detentora do capital financeiro mundializado e que tem como principais gerenciadores desse processo, organismos internacionais” (LÊDA, 2006. p. 1).

O campo do trabalho, especialmente a partir de 1990, no Brasil, vivenciou um processo de “acirramento das privatizações, reestruturação industrial, terceirizações, desemprego estrutural, aumento do emprego informal e fragilização do poder sindical” (LÊDA, 2006. p. 2). Essa conjuntura favoreceu a instalação de políticas neoliberais com consequências no campo macro da política (normativas, decretos, leis etc.) e o desenvolvimento de uma consciência de individualismo e competição. Dessa forma, o avanço do capitalismo se deu, também, na captura de elementos mais subjetivos do ser humano.

O trabalho docente não esteve (e não está) alheio a esses processos do trabalho na economia capitalista, pois houve, também, uma forte repercussão no campo educacional, evidenciado pelas contrarreformas por meio da legislação, dos currículos, projetos e o trabalho pedagógico. Lêda (2006, p. 7) assevera que:

É nesse contexto que o trabalhador docente tem exercido suas atividades, tanto no sentido cobrado pela sociedade, de balizamento dos seus ensinamentos em sala de aula às atuais demandas do capitalismo, como nas suas condições de trabalho e, também, na exigência de níveis mais elevados de qualificação. Assim, o docente também vem sendo muito afetado pelo ritmo acelerado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que inclui o aumento de exigências em relação à sua qualificação e competência, assim como à flexibilização de suas atividades com o decorrente incremento do número de tarefas a serem realizadas [...].

Dessa forma, a lógica do individualismo, competição, mérito, competência, produtivismo, empreendedorismo, entre outras, alastram-se pelo universo acadêmico e exigem do docente e de outros trabalhadores e trabalhadoras, até mesmo dos discentes, deste espaço, que assumam essa lógica ou a ela se adaptem.

Tem-se, também, como faceta desse processo, a precarização do trabalho docente nas universidades públicas com intensificação do regime de trabalho, aumento do sofrimento subjetivo, neutralização da mobilização coletiva e aprofundamento do individualismo, com

consequências para o conjunto dos que compõem o ambiente universitário (MANCEBO, 2017). Por isso, a pauta de luta dos/das docentes por melhores condições de trabalho envolve uma série de outras questões, para além, inclusive, das que foram elencadas.

Outras lutas históricas do movimento sindical de docentes da UNIFAP que ganharam destaque foram as lutas pelo início de grupos de pesquisa na instituição, contra o Projeto de Lei (PL) que previa a cobrança de mensalidade nas instituições federais de ensino superior (IFES), e contra a Fundação de Apoio Institucional (FAI) instalada dentro da UNIFAP.

Sobre a luta pelo início de grupos de pesquisa na UNIFAP, tratava-se de uma pauta defendida pelo sindicato de lutar pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão na universidade. Haja vista que até “*então havia apenas um professor que desenvolvia pesquisa*” (Relato do Dirigente Sindical 08), assim:

*Montamos grupos de professores, eram 7, e fizemos um projeto concorrendo à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), um projeto nacional, institucionalizado. Ganhamos este edital. Logo, muitos núcleos que tem na UNIFAP, como o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o Núcleo de Educação e Cultura (NEC), são resultado desse edital que nós ganhamos [...] (Relato do Dirigente Sindical 08).*

Quanto à luta dos docentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN contra o Projeto de Lei que previa cobrança de mensalidade nas IFES, tratava-se do PL nº 2144/2003, arquivado, do então Deputado Federal do Amapá Coronel Alves, do Partido Liberal (PL-AP), que “disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para a Democratização do Ensino Superior” (PROJETO DE LEI N.º 2.144, 2003).

O referido Deputado Federal apresentou o PL no plenário da Câmara Federal no dia 02 de outubro de 2003, composto por 11 artigos e vale aqui destacar alguns:

Art. 2º O ensino superior oficial, oferecido pelas instituições de ensino superior público, será gratuito para os alunos que comprovarem renda familiar mensal per capita inferior a 05 (cinco) salários mínimos.

§ 1º Para efeitos dessa Lei, considera-se instituições de ensino superior público as universidades, as faculdades, os institutos e escolas que oferecem cursos de nível superior e são custeadas pelo Governo.

§ 2º A comprovação de renda será feita por meio de documento pertinente, fornecido pela Receita Federal, ou por outros documentos, segundo determinação da autoridade competente.

Art. 3º O valor das mensalidades a serem pagas pelos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior público será fixado pela média das mensalidades cobradas, pelo mesmo curso ou similar, nas instituições privadas de ensino superior, instaladas na mesma cidade ou região da respectiva instituição de ensino público.

Art. 4º O respectivo ente federado instituirá um Fundo para a Democratização do Ensino Superior, com a finalidade de proporcionar recursos para a concessão de bolsas de estudos a alunos de cursos superiores.

Art. 9º Não serão concedidas bolsas de estudos de valores inferiores a 1/3 (um terço) do valor da mensalidade do curso. (PROJETO DE LEI N.º 2.144, 2003).

A exposição de motivos com que se justificava o PL n.º 2.144/2003 restringia-se às recomendações feitas pelo Banco Mundial no documento “Educação Superior: Lições derivadas da experiência”, de 1994, que visualiza a educação superior a partir da ótica neoliberal, indicando, também, que este nível de ensino vivia uma crise em escala mundial, conforme a discussão mais detalhada no capítulo 2 desta dissertação.

Conforme essa exposição de motivos que justificava a urgência da aprovação do PL, a conjuntura política e social brasileira era propícia ao questionamento de privilégios e injustiças “uma vez que jovens oriundos das classes sociais mais baixas têm pouco acesso aos cursos oferecidos pelos governos federal e estadual” (PROJETO DE LEI N.º 2.144, 2003).

Ressaltava, ainda, sem base científica, que a maioria dos estudantes das universidades públicas era proveniente das classes sociais mais abastadas e “que presença de pobres ou mesmo estudantes oriundos da classe média baixa é praticamente nula” (PROJETO DE LEI N.º 2.144, 2003). Além de ressaltar que:

Nos cursos mais procurados só conseguem entrar os estudantes cuja família pôde investir na formação de nível básico e médio, coisa que o pobre e o cidadão de classe média baixa, maioria da população brasileira, não consegue. A Universidade Pública deveria ser um instrumento de cooperação para o resgate da dívida social no País. No entanto, está há décadas colaborando para a manutenção do "status" das classes sociais mais favorecidas. (PROJETO DE LEI N.º 2.144, 2003).

O discurso presente no documento é muito próximo ao diagnóstico realizado pelo Banco Mundial no documento de 1994, que destacava que os cursos das universidades federais dos países “em desenvolvimento” eram predominantemente ocupados por estudantes das classes sociais mais favorecidas. Nessa lógica, seria totalmente aceitável a cobrança de mensalidades. No entanto, o pano de fundo desse discurso era o de uma forte ofensiva do capital, pela visão neoliberal, contra a universidade pública e gratuita.

Diante dessa medida contra a educação superior pública e gratuita, direito social garantido na Constituição Federal, resultado de lutas históricas, o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN realizou forte mobilização para que o referido Deputado Federal solicitasse a retirada do seu PL do processo de tramitação.

*Nós fizemos uma luta muito forte contra um Projeto de Lei (PL) de um Deputado Federal do Amapá, Coronel Alves, ele tinha um projeto de privatização das universidades, de cobrança de mensalidade. Convidamos o deputado para um debate na universidade, lotamos o auditório. Como resultado, fizemos com que ele arquivasse o PL. Nós tornamos o resultado dessa luta popular, para que toda a sociedade tomasse conhecimento. Lógico, teve uma pressão popular e ele foi obrigado a retirar o PL de cobrança de mensalidade. (Relato do Dirigente Sindical 08).*

Como parte do resultado dessa luta capitaneada pelo sindicato, no dia 27 de abril de 2004, o deputado apresentou o requerimento nº 1760/04 na Câmara solicitando a retirada do projeto do processo de tramitação. O requerimento foi deferido pela Mesa Diretora da Câmara no dia 04 de maio de 2004 e arquivado no dia 16 de novembro do mesmo ano.

A luta contra esta medida evidencia a importância da defesa do projeto de universidade que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, o Sindicato Nacional e suas outras seções sindicais apresentam. Logo, como fundamento dessa defesa compreende-se que a educação deve ser pública e gratuita, nos diferentes níveis de ensino, “pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado, que deve proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa” (ANDES-SN, 2013, p. 16).

Outra luta do sindicato, conjunta com o Diretório Central dos Estudantes e técnicos administrativos, que ganhou destaque foi contra a FAI instalada dentro da UNIFAP e que, inclusive, “*projetou o SINDUFAP nacionalmente porque todo mundo falava da luta daquela universidade que conseguiu retirar a fundação de dentro dela*” (Relato do Dirigente Sindical 10).

As Fundações de Apoio Institucional, de direito privado, contribuíam com o processo de privatização da universidade pública tendo o papel de captar recursos para a universidade com uma configuração política pragmática fundamentada no processo macroeconômico global, bem como a implantação na universidade da visão de que educação é mercadoria, devendo, assim, gerar lucro (OLIVEIRA; COSTA; MALAFAIA, 2004).

Em 1998, foi criada na UNIFAP, seguindo o caminho de outras instituições estatais públicas de educação superior, a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Amapá e ao Governo do Estado do Amapá (FUNDAP). A fundação passou a exercer forte influência sobre a administração da universidade:

[...] passou a especificar os serviços que eram importantes, partindo da visão de lucro que as mesmas poderiam gerar. A universidade amplia sua lista de contratos de fornecimento de cursos de graduação e pós-graduação financiados pelo Estado, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). A realização de

concursos e a gestão de recursos para a realização de obras no campus foram outras atividades valorizadas pela FUNDAP. Por outro lado, atividades de pesquisa e extensão só eram importantes se demandadas de fora para dentro da universidade. (OLIVEIRA; COSTA; MALAFAIA, 2004, p. 61).

A partir do quadro de forte influência sobre as ações da administração da universidade, os movimentos docente e estudantil passaram a solicitar esclarecimentos por parte da fundação “sobre os mecanismos de gestão, destinação e transparência dos recursos”, no entanto, “as entidades representativas da comunidade defrontavam-se com a escassez de dados sobre a atividade da fundação, destino dos recursos arrecadados e a prestação de contas” (OLIVEIRA; COSTA; MALAFAIA, 2004, p. 61).

Diante da ausência de informações por parte da fundação, o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN e o DCE da UNIFAP encaminharam documentos ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas da União denunciando as prováveis irregularidades cometidas pela FUNDAP. Assim, em movimento conjunto, docentes e discentes, foi feita “*denúncia no Ministério Público Estadual, no Tribunal de Contas da União (TCU), sobre a investigação de desvio de recursos*” (Relato do Dirigente Sindical 08).

Em função dessas denúncias e de várias reuniões e atos públicos realizados pelos professores e estudantes da UNIFAP, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria, baseado em uma amostragem de nove contratos realizados via UNIFAP/FUNDAP e constatou irregularidades como nepotismo, contratação de empresas sem processo licitatório, falta de critérios para contratação de assessores, não devolução de valores por parte da Fundap à Unifap [...] (OLIVEIRA; COSTA; MALAFAIA, 2004, p. 62).

Assim, conforme os autores, a “FUNDAP desempenhava, como todas as fundações de apoio de direito privado, o papel de gerenciadora de recursos públicos, voltada para o mercado capitalista” (OLIVEIRA; COSTA; MALAFAIA, 2004, p. 63). E, nessa lógica, o objetivo era o de privatização interna das IES, além de conceber a educação como uma mercadoria e não um direito social.

Concomitantemente aos trâmites burocráticos para a retirada da FUNDAP de dentro da universidade, os docentes e discentes realizavam “*a luta política com manifestações, fechamento de portão, jornal, imprensa etc.*” (Relato do Dirigente Sindical 08). Esta luta foi também fundamental nesse processo, inclusive, para dar visibilidade à comunidade acadêmica sobre a gravidade da situação que assolava a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Destaca-se, assim, que o movimento organizado na UNIFAP conseguiu que:

*[...] o TCU e o Ministério Público Estadual fizessem expedição de um documento de que a fundação deveria deixar o espaço público da UNIFAP. Retiramos a fundação e a UNIFAP sobreviveu por muitos anos sem fazer esse mecanismo da parceria público-privado. Muitos anos depois criaram outra fundação, mas foi externa a UNIFAP. Esse fato saiu em algumas revistas de circulação nacional e fomos convidados para fazer palestra em vários lugares do país para mostrar que uma universidade tinha condições de viver sem uma fundação dita de apoio, que de apoio não tinha nada só fazia ser apoiada pelos recursos públicos (Relato do Dirigente Sindical 08).*

As parcerias público-privadas na educação, particularmente na educação superior, com a adoção de políticas neoliberais, devem ser compreendidas no “movimento do capitalismo e de suas crises, pois instalam uma redefinição das esferas pública e privada, ao redesenhar as relações entre Estado e sociedade” (CHAVES, 2005, p. 79).

Para Chaves (2005, p.78-9), a privatização da educação superior não é um fenômeno isolado na dinâmica da estrutura da sociedade capitalista, mas é parte de um processo mais complexo que “integra um conjunto de estratégias adotadas pelos países centrais do capitalismo mundial, como forma de superação da profunda crise de acumulação, iniciada a partir dos anos 70, do século XX, e que se arrasta até os dias atuais”.

Outra luta importante, que foi desencadeada nacionalmente, e faz parte do conjunto de contrarreformas da educação superior, foi sobre a implantação, no governo do PT, do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Os docentes compreendiam que os marcos dessa implantação eram problemáticos para o conjunto da comunidade acadêmica. O entendimento era de que:

*[...] por um lado era interessante porque estaria ampliando a universidade, isso é uma coisa que se fala ainda do governo PT que criou tantas universidades. Mas, embora tenha tido uma ampliação da oferta, essa ampliação não se deu nos requisitos adequados, nas condições adequadas para que a universidade continuasse cumprindo seu papel de atender com qualidade. E, inclusive, de forma muito maliciosa se dizia que as universidades tinham problemas porque foram estranguladas no seu recurso e número de professores e servidores no governo Fernando Henrique Cardoso. O governo PT dizia que tinha recursos para quem quisesse ampliar a universidade com mais professores, mais recursos, reformar prédios, construir prédios desde que assinasse o protocolo dentro das condições colocadas (Relato do Dirigente Sindical 10).*

Conforme destaca Mattos (2013), o REUNI teve como centro a abertura de novas universidades, novos *campi* das universidades existentes e ampliação das vagas para estudantes. No entanto, é necessário fazer algumas considerações sobre o Programa. Do ponto de vista da expansão “parece haver reversão das políticas passadas”, já do ponto de vista da concepção de universidade “há uma continuidade com o projeto de redução no sentido das instituições,

adequando-as ao modelo preconizado pelo Banco Mundial para países como o Brasil” para o qual se defende uma universidade limitada ao ensino, voltada à formação de profissionais “flexíveis” (MATTOS, 2013, p. 136).

Para receber os recursos provindos do REUNI as instituições tiveram que se comprometer com um conjunto de metas, por meio de assinatura de um acordo de “adesão” com o Ministério da Educação. Tinha-se, como compromisso, criar novos cursos e ampliar vagas e garantindo cumprir algumas metas: “dobrar as matrículas nos cursos de graduação; elevar a taxa de conclusão para 90% e estabelecer uma relação professor-aluno de 1:18, tudo o anterior em um prazo de cinco anos” (MATTOS, 2013, p. 137).

Na prática:

[...] o que hoje se observa são salas de aula superlotadas, falta de laboratórios, bibliotecas e outras instalações essenciais, pois a expansão física das universidades já existentes foi muito limitada. Quanto às novas universidades criadas desde 2003 e aos novos *campi* das universidades mais antigas, abertos com o Reuni, pode se dizer que operam em um nível de precariedade insustentável e funcionam em alguns casos, em contêineres metálicos ou muitas vezes em prédios adaptados de escolas de ensino fundamental [...] (MATTOS, 2013, p. 137).

É importante evocar o estudo de Medeiros (2012) quanto a alguns aspectos relacionados ao REUNI. O primeiro diz respeito à concepção do Programa, que se conecta com concepções presente no cenário mundial que vai transformando a educação em um bem com “características mercadológicas, se constituindo, gradativamente, em mais uma mercadoria a ser exposta e consumida no mercado, abrindo espaço para a criação dos recém-criados ‘oligopólios da educação superior’” (MEDEIROS, 2012, p. 106).

Dessa forma, essa concepção, na relação entre universidade e mercado, gera uma nova dinâmica no interior das universidades públicas federais, “alterando o seu *modus operandi* e, cada vez mais, a competitividade e o individualismo se estabelecem entre os membros da comunidade universitária” (MEDEIROS, 2012, p. 107).

Outro é que, ainda que o REUNI tenha promovido a expansão da educação superior “com a criação de 14 universidades públicas federais em oito anos, além da criação de 126 novos *campi*, espalhados no país”, foi insuficiente para enfrentar a expressiva demanda nessa modalidade de ensino (MEDEIROS, 2012, p. 107). Na Tabela 2, do capítulo anterior, foi possível ver esse crescimento, contudo, houve um crescimento exponencial pela via privada, tanto nacionalmente quanto no Amapá.

Conforme ressalta a referida autora, o REUNI pode, também, ser caracterizado como mais um dos mecanismos do contexto de contrarreforma da educação superior brasileira

processado no interior das universidades federais. O Programa atinge frontalmente a toda a comunidade acadêmica na forma que seria implementado, mas encontrou resistência por parte dessa comunidade, particularmente por parte dos/das docentes.

Localmente, o enfrentamento do sindicato, em relação a implantação do REUNI, deu-se, também, por fortes embates com os “capiberibes”, João Capiberibe e Janete Capiberibe, na época o senador e deputada federal, ambos do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os parlamentares organizaram um evento na cidade para discutir sobre o REUNI e deixaram o sindicato de fora. Sendo que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN estava realizando palestras no Estado, em escolas e outros sindicatos, sobre essa questão.

*[...] eles (os “capiberibes”) abriram um evento para discutir isso e nós queríamos apresentar nossa posição, mas nos negaram o acesso, não nos permitiram falar. Mas, fomos para o evento mesmo assim e fizemos o enfrentamento na hora, fizemos uma fala na lógica de microfone humano. Então, [...] fiz a fala de que aquilo ali negava as pessoas que mais estavam debatendo sobre o tema no estado de se posicionarem e convidamos o público a sair. Nós tiramos mais da metade das pessoas que estavam no auditório, eles saíram com a gente, foi algo impressionante e criou certo esvaziamento e um “mal-estar” no evento que acabou continuando, mas extremamente reduzido.*

*Conseguimos, assim, vários ganhos e em vários momentos. [...] E com o REUNI, não pelo fato da expansão porque entendemos que ela é necessária, mas não nos moldes que estava sendo proposto e conseguimos que não fosse implantado na sua totalidade, conseguimos minimizar o estrago da forma como ele estava sendo pensado para as universidades federais. (Relato do Dirigente Sindical 10).*

Tem-se, também, enquanto pauta nacional que ganha contornos locais, a questão da multicampia, abertura de novos *campi* da universidade. No caso da UNIFAP, têm-se de forma muito evidente os problemas que envolvem a criação do *campus* de Oiapoque. Ressalta-se que:

*[...] os representantes do sindicato no Conselho Universitário da UNIFAP (CONSU) foram contrários a essa criação dentro das condições que estavam sendo criadas. Passados os anos podemos ver tudo que está acontecendo no campus Oiapoque, os movimentos de alguns para trazer o campus Oiapoque para o campus Marco Zero. [...] Então, demonstra um pouco do que nós já tínhamos apontado e era evidente que isso iria acontecer. Expandir a universidade naquele momento, com aqueles recursos, com o discurso de campus binacional, associação com a Guiana Francesa/França, o que nunca aconteceu, nunca foi efetivamente uma possibilidade. Sempre foi um campus da universidade que já nasceu precário e hoje está mais ainda. (Relato do Dirigente Sindical 04).*

A questão posta não se trata de ir de encontro à expansão das instituições via multicampia, mas a forma precarizada como a expansão por essa via estava sendo feita: sem

recurso financeiro, sem quadro de docentes efetivos para ministrar as disciplinas, sem planejamento adequado para resolver os problemas específicos daquele *campus*, isto é, sem condições necessárias para uma efetiva expansão sem prejuízo, inclusive, ao tripé: ensino, pesquisa e extensão.

A multicampia trata-se de um modelo específico de universidade, diferente do tradicional, no que concerne a sua complexidade, estrutura, gestão, administração acadêmica e pedagógica. Além de ser uma resposta à necessidade de interiorização da educação superior, conduzindo a processos de democratização do ensino superior (FIALHO, 2000).

Para Fialho (2000), *campus* é o conjunto de prédios e instalações, um local de ensino, pesquisa e extensão, cujos resultados são relevantes para a realidade regional inserida. O sentido de multicampi estende-se, assim, “para a produção de pesquisas, ciência, tecnologia e conhecimento em diversas áreas e lugares” (FIALHO, 2000, p. 56).

No entanto, esse processo expansionista quando não considera o espaço físico disponível para instalações (com salas de aula, salas de coordenação de curso, laboratórios, restaurante universitário, biblioteca etc.), verificação da adequação de recursos humanos (com concurso público para docentes e técnico-administrativos) e, mesmo consulta à comunidade, compromete a qualidade do ensino, além de limitar o potencial de ação e de realizações da universidade, isto é, a pesquisa e a extensão. Nesse caso, o *campus* Oiapoque que foi transformado em Campus Binacional, por meio da Resolução N° 01/2013 do CONSU/UNIFAP, já nasceu com precárias condições físicas/estruturais e de recursos humanos.

Essas e outras lutas mais específicas aos interesses da categoria docente (pauta pela carreira, condições de trabalho) ou questões mais abrangentes ligadas aos interesses do conjunto da classe trabalhadora (pauta de luta em defesa do caráter público da universidade), fazem parte dos enfrentamentos do sindicato local articulado com o movimento docente nacional.

Grosso modo, tem-se na Seção Sindical duas pautas. A pauta interna “*que diz respeito às lutas mais particulares na defesa dos direitos dos professores e professoras da UNIFAP no diálogo com a administração, na defesa das condições de trabalho, de qualquer direito que é ferido do/da docente*” e a outra se trata da pauta externa “*que tem relação com a luta do movimento docente no âmbito nacional, capitaneada pelo ANDES-SN*” (Relato do Dirigente Sindical 02). Ambas as lutas reivindicam a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

Verifica-se que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN “*sempre foi muito forte, mesmo sendo uma Seção Sindical pequena*”. Essa feitura decorre “*da qualidade da militância feita pelos professores e professoras, verdadeiras personalidades muito conscientes do seu*

*papel, formadores e que conseguiram formar pessoas para continuar o trabalho” (Relato do Dirigente Sindical 05).*

Um aspecto importante a ser destacado é o de que essa Seção Sindical, localizada na periferia da periferia do capital, resiste! Continua atuante e combativa. Destaca-se assim que *“o sindicato se mantém independente e, talvez, a maior prova disso é que o sindicato nunca foi cooptado, ou nunca teve uma chapa que venceu ligada à reitoria”* (Relato do Dirigente Sindical 04). Ademais:

*Nós, enquanto sindicato, professores e professoras, que lutam por todo esse processo de autonomia, ensino público, de qualidade e gratuito, temos uma luta doravante terrível, mas vamos enfrentar porque entendemos que a universidade pública só faz sentido se ela serve para a sociedade, constrói a sociedade junto com a sociedade. E que os muros que separam, fisicamente, a universidade da sociedade sejam apenas muros [...] (Relato do Dirigente Sindical 04).*

Assim, contextualizar a criação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN considerando o seu processo de construção e consolidação (aspectos históricos), sua articulação com o Sindicato Nacional, contribui para revelar a história dessa importante Seção Sindical que, desde seu nascedouro revelou sua preocupação com a educação superior no Amapá, luta e efetivação de princípios de democracia e autonomia do sindicato, promoção de momentos de reflexão sobre a conjuntura política local e nacional, isto é, um importante espaço de formação política que pode contribuir para a formação de um conjunto de sujeitos que dele se aproximam e com ele se envolvem.

#### **4. DIRIGENTES DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN (1994-2018): PERFIS, ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA E MOTIVAÇÕES PARA ATUAÇÃO, APROXIMAÇÃO E/OU AFASTAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL**

O objetivo desse capítulo é o de identificar os perfis, os espaços de formação política e as motivações dos docentes, que exerceram a função de dirigente sindical no período de 1994 a 2018 no Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá, seção sindical do ANDES-SN, para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical.

Para o desenvolvimento desse capítulo foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: questionário e entrevista estruturada a partir de eixos temáticos. Quanto aos sujeitos, docentes que atuaram na Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994-2018, identificou-se, a partir das Atas de Fundação, Eleição e Posse, que o sindicato teve 36 professores dirigentes, conforme o Quadro 1, apresentado no capítulo 3.

Para exposição dos dados coletados dividiu-se este capítulo em 3 tópicos. O primeiro, busca identificar o perfil dos docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018, considerando aspectos pessoais e profissionais, trajetória de militância e questões relativas a sua filiação.

O segundo, trata de identificar os espaços de formação política desses docentes dirigentes, considerando sua participação e o grau de relevância nesses espaços para essa formação. Por fim, o terceiro, identifica os motivos que conduziram os docentes para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical.

##### **4.1 PERFIL DOS DOCENTES QUE ATUARAM NA DIREÇÃO EXECUTIVA DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN**

Para identificar os perfis dos docentes que atuaram na direção do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018 consideraram-se questões como gênero; estado civil; formação acadêmica inicial; titulação acadêmica; ano de ingresso na UNIFAP como docente; classe; regime de trabalho; participação em espaços/instituições de formação política; e questões sobre a filiação, permanência ou não de filiação ao sindicato.

Com base nas respostas ao questionário, a direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN no período de 1994 a 2018 foi formada, em sua maioria, por docentes do gênero masculino, isto é, 17 (63%). Pouco mais de 1/3, portanto, foi composto por pessoas do gênero feminino, ou seja, 10 (37%).

Esse dado evidencia que no espaço da direção sindical da categoria de docentes da UNIFAP teve pouca participação feminina mesmo com o protagonismo de mulheres que exerceram o cargo de presidente, conforme o Quadro 1, entre 1994 e 2018.

Conforme escreve Ferreira (2004), a participação de mulheres no ambiente sindical relaciona-se com o tipo de inserção no mundo do trabalho, processo de divisão sexual do trabalho. Essa inserção tem como caracterização situações ligadas às desigualdades entre os sexos, logo, esse é um dos elementos de fundo que identifica a inibida participação de mulheres nas atividades sindicais.

Outros fatores marcam essa baixa participação: empregos caracterizados por instabilidade, informalidade, baixos salários, isto é, no setor informal; quando se tem emprego no setor formal existe a falta de reconhecimento e perspectiva formal; a dupla jornada de trabalho (com o trabalho doméstico realizado na própria casa); o machismo, uma vez que maridos/pais buscam limitar essa participação de esposas/filhas por considerarem não ser um ambiente feminino; o fato de mulheres não se sentirem habilitadas a disputar esse espaço na hora de discursar ou fazer proposições, sentindo-se melhor em cargos de execução, entre outros (FERREIRA, 2004).

É evidente que os fatores elencados que colaboram para essa compreensão, inibida participação das mulheres no ambiente sindical, principalmente nos cargos de destaque, não expressam a totalidade do fenômeno, nem mesmo a sua complexidade, mas evidenciam que os processos dessa participação/não participação são históricos e socialmente construídos.

Vale destacar uma decisão histórica que ocorreu no 38º Congresso do ANDES-SN, em Belém (PA), no qual se aprovou a paridade de gênero para a diretoria do Sindicato Nacional que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e de direção.

Aprovou-se que dos 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria, no mínimo, 6 deverão ser ocupados por mulheres. Também, deverá haver, no mínimo, 50% de mulheres na composição das direções regionais e vice-presidências regionais (ANDES-SN, 2019).

Assim, ocupar espaços de poder, especialmente em sindicatos de base classista, é abrir caminho para participação social, histórica e política de mulheres no sentido de dar visibilidade, lutar por pautas específicas, dar voz e vez para esse grupo que compõe a classe trabalhadora, o que colabora com o processo de unidade, organização e fortalecimento de outras lutas da própria classe.

Indicaram-se, a partir do questionário, questões relativas ao estado civil, regime de trabalho e classe dos/das docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN.

Quanto ao estado civil dos/das docentes, 11 (40%) indicaram ser casados/as; 10 (37%) identificaram-se como solteiros/as; 4 (15%), em união estável; e 2 (7%), separados. Em relação à classe na carreira docente, 11 são adjuntos; 7 assistentes; 5 associados; e 4 auxiliares de ensino. Sobre o regime de trabalho, 26 (90%) estão vinculados à Instituição sob o regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (DE) e apenas 1 (10%) possui vínculo de Tempo Parcial de 20h.

Os dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, em sua maioria, têm formação acadêmica inicial na área das ciências humanas, isto é, 23 (87%). Sendo que 2 (8%) têm a formação inicial voltada para a área das ciências exatas. E na área das ciências biológicas se tem também 2 (5%) docentes.

Todos os docentes que atuaram na direção executiva do sindicato possuem formação em nível de pós-graduação. Mais da metade são doutores, isto é, 18 (67%); 4 (15%) são mestres e 5 (18%) são especialistas.

Mais da metade dos docentes que atuaram na direção do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN já tinham experiência em movimento sindical antes de ingressar na UNIFAP como docente. Desses, 12 (44,4%) eram filiados/as em movimento sindical como base e 5 (18,5%) tiveram experiência na direção de outros sindicatos. Os que iniciaram a experiência no movimento sindical a partir do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN foram 10 (37%).

Um dos docentes traz uma discussão muito próxima a esse dado que é o de participação orgânica, que seria uma participação mais efetiva no movimento sindical, em outro movimento de organização popular/social e partido político, destacando, inclusive, o papel do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para uma atuação mais efetiva no movimento sindical:

*Eu nunca participei organicamente de nenhum movimento antes de me filiar ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, nunca fui filiado a partido político. Participei do movimento estudantil aqui na UNIFAP na época de secundarista, mas sem me envolver organicamente. [...] Eu atuava sempre pela base, nunca me envolvia organicamente, nem em organização política ou sindical. [...] E, quando entrei na universidade, o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN foi a primeira organização [de] que eu participei organicamente. (Relato do Dirigente Sindical 04).*

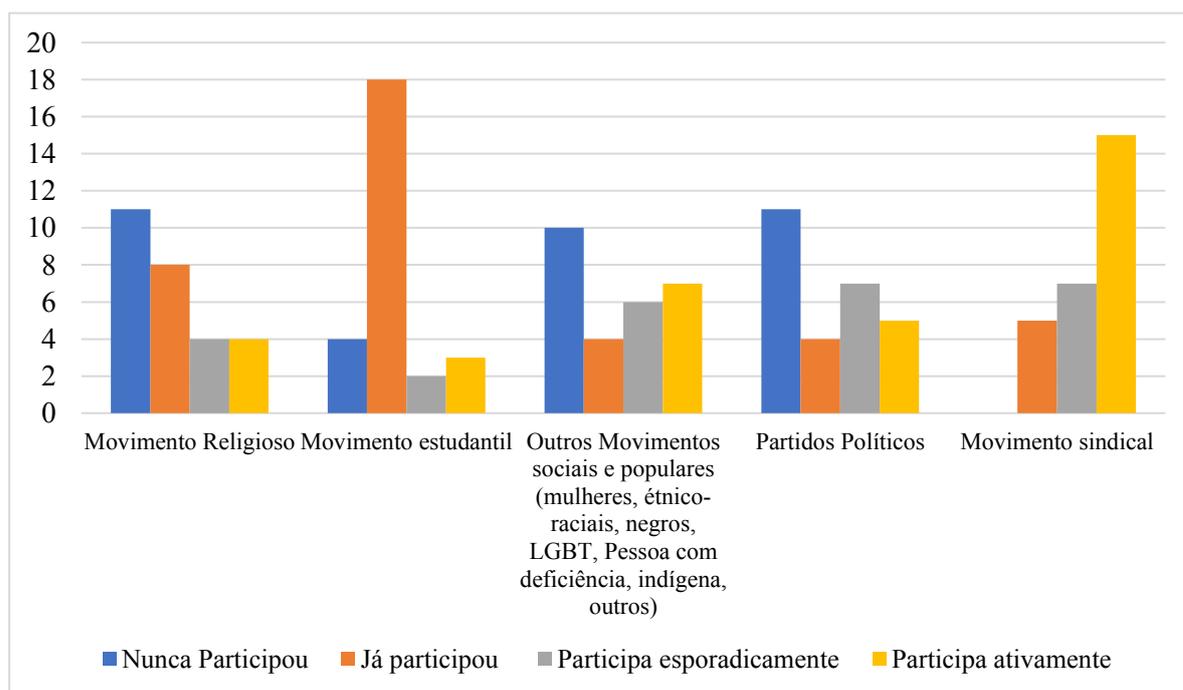
Logo, a partir do discurso, é possível perceber uma participação em movimentos organizativos de classe anterior a sua entrada na UNIFAP como docente. O que revela, ainda

que não uma participação orgânica, mas pela base, uma relativa experiência em outros movimentos.

Esse aspecto, em certa medida, evidencia-se no dado sobre a filiação dos docentes ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, haja vista que 24 (88,9%) docentes filiaram-se à Seção Sindical logo que ingressaram na UNIFAP como docentes. Isto é, a experiência anterior ao ingresso no movimento docente da instituição ganhou continuidade, mas de forma mais efetiva seja na base ou na direção executiva.

Os docentes foram indagados sobre a participação nos espaços/instituições (movimento religioso, movimento estudantil; outros movimentos sociais e populares; partidos políticos; e movimento sindical) considerando as escalas de participação: nunca participou; já participou; participa esporadicamente; participa ativamente, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Participação dos Dirigentes Sindicais em espaços/instituições**



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

O Gráfico 1 revela expressiva participação dos docentes e das docentes no movimento estudantil (18); assim como, também, indicam participação ativa dos docentes e das docentes que atuaram na direção executiva do sindicato no espaço/instituição como o movimento sindical (15). Esporadicamente houve um equilíbrio de participação em espaços/instituições como movimento sindical (7), partidos políticos (7) e outros movimentos sociais e populares (6). Com

relação a nunca ter participado destacam-se os espaços/instituições partidos políticos (11), movimento religioso (11), e movimentos sociais e populares (10).

Esses dados evidenciam que a participação desses sujeitos nos espaços/instituições está ligada ao momento histórico-social-político vivenciado pelos sujeitos, bem como a aspectos ligados à construção de um sujeito coletivo.

Como evidência Gohn (2008, p. 83), os sujeitos têm sua constituição “no processo de interação no cotidiano com outros sujeitos, na sociedade civil e em instituições, privadas e públicas, estatais ou não estatais”. Isto é, no momento de formação inicial a participação nos espaços/instituições dos ex-dirigentes estava mais ligada ao movimento estudantil e no período de atuação profissional o seu envolvimento está ligado ao ambiente de trabalho por meio do movimento docente.

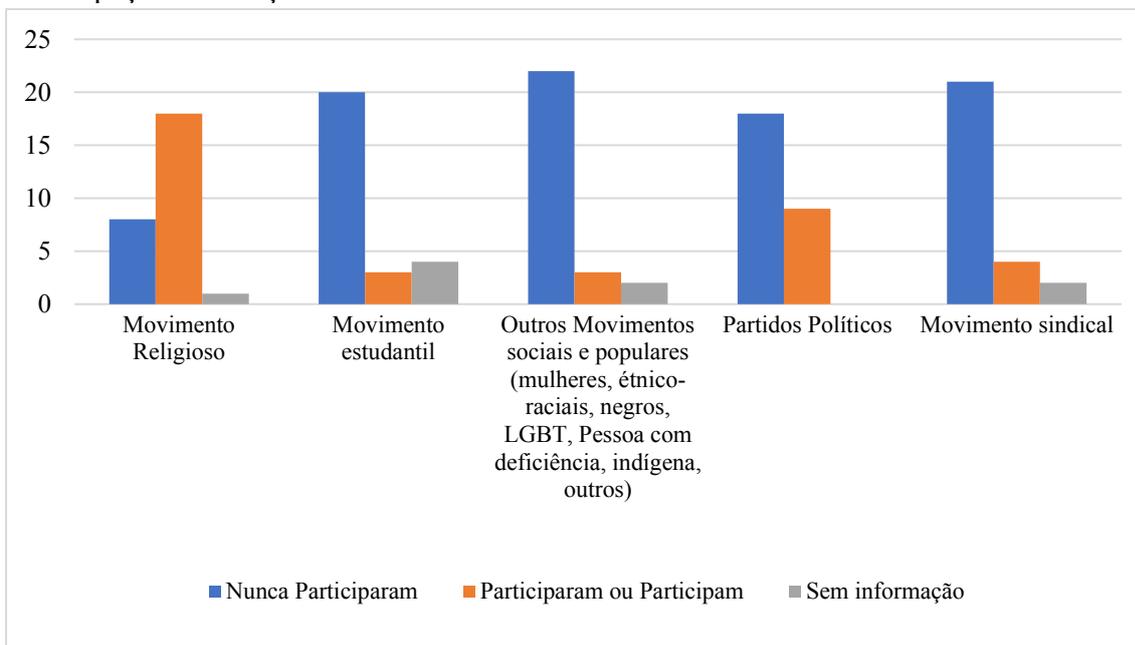
A participação desses sujeitos é mediada não só pelo ambiente universitário (seja no período de formação inicial ou de atuação profissional), mas na relação com outros espaços/instituições indicado pelos sujeitos na questão aberta como: movimento pelos direitos das pessoas com deficiência; instituições culturais; clubes e associações beneficentes e esportivas; movimento social rural; conselho regional e federal de categoria específica; movimento religioso da maçonaria; movimentos artísticos; organizações não governamentais; movimento de educação do campo.

Esses espaços/instituições, indicados nas questões abertas do questionário pelos docentes, estão, em certa medida, inseridos no Gráfico 1. Mas, percebe-se a necessidade demonstrada pelos sujeitos ao fazerem alusões mais específicas. Essa especificidade pode estar ligada à aproximação desse sujeito a algum espaço/instituição específico do movimento que se tem participação ativa/militância.

Nessa perspectiva, é possível constatar, a partir da necessidade do sujeito de destacar/afirmar certos espaços/instituições em questão aberta, que essa participação se dá no processo de interação do cotidiano desses sujeitos fortemente ligado ao ambiente universitário.

Em relação à participação dos ascendentes familiares (pais/avós) dos sujeitos nos espaços/instituições (movimento religioso, movimento estudantil; outros movimentos sociais e populares; partidos políticos; e movimento sindical) os docentes assinalaram, conforme demonstra o Gráfico 2.

**Gráfico 2** - Participação de ascendentes familiares (pais e avós) do Dirigentes Sindicais nos espaços/instituições.



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

Dois espaços/instituições indicados na legenda do Gráfico 2, sobre a participação dos ascendentes familiares dos ex-dirigentes, ganham destaque. Isto é, o movimento religioso (18) e partidos políticos (9). De forma mais expressiva no primeiro espaço/instituição.

De maneira muito expressiva, também, no Gráfico 2, tem-se espaços/instituições que os ascendentes familiares dos docentes dirigentes sindicais nunca participaram como: outros movimentos sociais (22), movimento sindical (21), movimento estudantil (20), partidos políticos (18).

Verifica-se, com esse dado, uma configuração diferente em relação ao Gráfico 1, que indica a participação dos ex-dirigentes nesses espaços/instituições. Não há, portanto, uma cultura familiar, ou melhor, uma trajetória familiar em espaços como movimento estudantil, movimentos sociais e populares, movimento sindical, que são espaços/instituições que se caracterizam como espaços de organização da classe trabalhadora.

É evidenciado, entretanto, que a participação dos ascendentes familiares dos ex-dirigentes é vinculada, de maneira expressiva, em espaços/instituições de cunho religioso. Vale destacar que não se trata de regra assinalar que para uma militância ativa desses dirigentes sindicais seus ascendentes teriam que ser, também, militantes de espaços considerados, historicamente, de luta da classe trabalhadora, como o sindicato ou movimento estudantil, por exemplo.

Mas, o que se pode evidenciar com esse dado é a contribuição do sindicato, nesse caso, o próprio SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, para que esse grupo de docentes desenvolvesse uma militância mais orgânica, ou mesmo ativa, tanto na base quanto na direção no movimento docente.

Dos 27 docentes que responderam ao questionário 22 (81,48%) permanecem filiados ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Os motivos para filiareem-se a essa Seção Sindical e permanecerem filiados são variados, vinculam-se à compreensão do sindicato como instrumento de organização, luta e manutenção dos direitos da classe trabalhadora; ao fortalecimento de movimentos sociais; à defesa da universidade pública; à consciência de classe; e à concepção do sindicato como representante da categoria docente.

As categorias elencadas surgiram a partir dos motivos explicitados pelos/pelas docentes que responderam ao questionário que permanecem filiados ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Destaca-se que apenas uma pessoa não justificou o motivo de permanecer filiada ao sindicato.

Assim, duas categorias ganham destaque quando se trata da motivação em permanecer filiado/a ao sindicato, isto é, compreender o sindicato como instrumento de organização, luta e manutenção dos direitos da classe trabalhadora e compreendê-lo como representante de uma categoria, nesse caso, dos docentes da educação superior.

A primeira categoria é percebida no discurso do dirigente em que destaca que é:

*Filiado desde os primeiros dias da minha entrada na UNIFAP e continuo filiado por convicção de que o espaço do sindicato, seja ele qual for e sendo de resistência, é o único lócus possível para a construção de uma ferramenta constante de organização da classe trabalhadora. (Relato do Dirigente Sindical 15).*

O que se observa é a construção e consolidação de uma concepção sindical de base classista ao entender o sindicato como ferramenta de organização da classe trabalhadora. Além de constituir-se como um espaço de resistência.

O discurso revela, também, uma concepção muito próxima da de um sindicalismo combativo/de confronto com perspectiva classista de luta e de massas, além de ligado a uma consciência de classe para si e perspectiva de transformação da sociedade presente no sindicalismo brasileiro do final dos anos da década de 1970 e na década de 1980 (ANTUNES; 2009).

*[...] o sindicato tem o papel de trabalhar dentro de uma perspectiva classista, isto é, trabalhar em unidade com trabalhadores de outras categorias, unidade onde você tem como princípio sempre os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. (Relato do Dirigente Sindical 08).*

*[...] é uma entidade classista e, nesse sentido, ela se organiza para defender o direito dos trabalhadores tanto nas questões mais imediatas, que diz respeito a salário e condições de vida, quanto aqueles mais abrangentes que diz respeito à transformação social. E considerando que estamos no capitalismo seria a transformação para uma sociedade que alguns vão chamar de comunista ou socialista, depende do grau que tiver [...]. (Relato do Dirigente Sindical 10).*

Trata-se, portanto, de um diálogo com a concepção marxista de sindicato por ser um instrumento autodefensivo e proativo dos trabalhadores e das trabalhadoras, além de concentrar-se na noção de organização e de lutas para garantia e conquista de direitos e transformação social (DAL ROSSO, 2011). Trata-se uma visão histórica do próprio sindicato como centro de organização e de luta da classe trabalhadora atuando no interesse de sua emancipação.

Logo, não se trata de reformar o sistema capitalista, o seu modo de produção, a sua forma de apropriação e de exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, não se trata de uma mudança de um capitalismo selvagem para uma sociedade capitalista “avançada”, competitiva e moderna.

Mas, a efetiva transformação dessa sociedade para uma “*sociedade mais igual, mais fraterna, mais justa, onde as pessoas podem contribuir na exata medida daquilo que elas podem oferecer e ainda assim terem acesso ao conjunto dos recursos e ferramentas que aquela sociedade pode oferecer.*” (Relato do Dirigente Sindical 10).

A segunda categoria manifestada, a partir do discurso dos docentes, é a que trata de compreender o sindicato como representante da categoria, no sentido de lutar e garantir seus direitos específicos, com destaque para as peculiaridades do sindicalismo de docentes da educação superior, particularmente o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN e o ANDES-SN. Assim, aponta-se a permanência de sua filiação por “*acreditar que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN e o ANDES-SN são os representantes legítimos dos/das docentes junto à esfera governamental*” (Relato do Dirigente Sindical 24).

Outro aspecto justificado pelos docentes é o cumprimento pelo sindicato (particularmente o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN) do importante papel na unidade ou na coletividade com os demais segmentos da própria universidade como o movimento estudantil (Diretório Central dos Estudantes – DCE; Centros Acadêmicos – CA’s), os técnicos administrativos:

*[...] Considero importante que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN faz muitas atividades com os alunos, com o DCE, com os CA’s, com os técnicos administrativos. Também, cumpre esse papel de pensar a*

*universidade sempre como um coletivo, com várias pessoas lutando pela mesma causa. Eu gosto muito de ver esse lado do SINDUFAP que faz as coisas articuladas com os técnicos administrativos e com os alunos. [...] (Relato do Dirigente Sindical 12).*

*[...] E o sindicato, também, eu vejo que não tem como pauta somente questões relacionadas à categoria docente dos professores universitários. Em determinados momentos e acaba, também, englobando pautas de outras categorias: técnicos, movimentos sociais, estudantis, eles acabam atuando de forma integrada. (Relato do Dirigente Sindical 01).*

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que se observa a importância dessa unidade dentro da universidade, é preciso considerar a articulação com lutas mais gerais da própria classe trabalhadora, tanto na esfera nacional quanto na internacional, haja vista que o sindicato/sindicalismo por si só apresenta limites (e alcances) indo além da luta meramente econômica e política “vinculada à dimensão do trabalho assalariado e à reprodução da lógica do capital” (ALVES, 2003, p. 206).

Conforme Alves (2003, p. 207), Marx já demonstrava a tese de que “os limites do sindicalismo estão postos pela sua natureza essencialmente defensiva”, isto é, a luta meramente econômica que flutua no movimento do próprio capital.

Nesse sentido, um dos dirigentes sindicais destaca que:

*[...] o sindicato precisa ter articulações com lutas mais gerais, ou seja, não dá para compreender o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN e o ANDES-SN como um sindicato com fim em si mesmo. E é preciso contextualizá-lo em um contexto mais amplo. Veja, na luta sindical nacional e até em nível internacional uma vez que o projeto hegemônico no Brasil não está isolado de um projeto hegemônico que está em nível internacional, por exemplo. Então, a ideia é que possamos articular as lutas do ANDES-SN e do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN às lutas nacionais. Esse é o sentido que o sindicato precisa ter e sabendo também dos limites que tem o sindicato. O sindicato embora lute por um direito, pelas condições de trabalho, esse basicamente constitui centralmente o seu limite. O sindicato, pela sua natureza, embora ele possa contribuir para uma transformação social, ele por si apresenta esse limite, ele por si não transforma, ele tem essa limitação. Então, é preciso articular e compreender a luta e o sentido do sindicato como parte desse processo de transformação da sociedade no seu sentido mais amplo. (Relato do Dirigente Sindical 02).*

O relato suscita questões relativas ao projeto macro e global da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora por meio do projeto hegemônico inculcando concepções do neoliberalismo. É preciso sair de dentro da lógica do próprio capitalismo que busca desarticular o movimento organizado da classe trabalhadora. E, portanto, reconhecer e analisar os limites (e

alcances) do próprio sindicato/sindicalismo, bem como o seu valor, os aspectos que lhe permitem ser de fato um instrumento de luta da classe trabalhadora.

Para Marx (2006), os sindicatos eram centros de resistência contra as usurpações do capital, mas deixavam de atingir, em parte, esse objetivo quando utilizavam a sua força de forma pouco inteligente (sem compreender sua força ampliada). Para o autor, o sindicato deixa de atingir totalmente seus objetivos quando não enfrenta o sistema e não trabalha para transformação da sociedade, bem como para emancipação definitiva da classe trabalhadora.

Marx (2006), dessa maneira, já alertava que as formas de organização da classe trabalhadora não devem ter fim em si, mas conduzir um processo revolucionário que busque a abolição do sistema de trabalho assalariado. Logo, a classe trabalhadora ao construir suas estruturas organizativas deve congrega não apenas as lutas mais imediatas e parciais, mas saltar dessas para a luta universal e revolucionária (ANTUNES, 2018).

Outra motivação de permanecer filiado/a ao sindicato tem relação com o processo de consciência de classe. Um dos dirigentes sindicais sintetiza: “*o nível de consciência de classe me levou a me filiar*” (Relato do Dirigente Sindical 22). A esse respeito, Antunes (2018, p 125), ao discutir sobre os aspectos objetivos e subjetivos da formação da consciência, afirma que a consciência “constitui-se como um produto social, isto é, já pressupõe o ser humano constituído”.

Dessa forma, ainda nas linhas do autor, a consciência “é sempre uma consciência histórica determinada, é sempre uma consciência que guarda relações indissociáveis [...] com uma determinada realidade social concretamente existente” (ANTUNES, 2018, p. 126). Assim, no processo de formação da consciência há um aspecto mediado inseparável da consciência: o trabalho.

Para Marx (1996), em linhas gerais, o trabalho é uma relação de mediação entre ser humano e natureza em que o ser humano transforma a natureza, e ao transformar a natureza transforma a si, para gerar produtos uteis para satisfazer uma necessidade. No entanto, no desenvolvimento histórico de produção e reprodução da vida material e simbólica do ser humano tem-se o processo de alienação e estranhamento desse trabalho que separa produtor e produto e engendra duas grandes classes: os que produzem e os que se apropriam do trabalho dos que produzem (proletários e burgueses).

Nesse viés, a consciência, assinalada por Antunes (2018, p. 127) “consiste na apreensão do trabalho alienado, da alienação do trabalho e do complexo da alienação como um todo; em síntese: consiste na tomada de consciência da própria oposição entre capital e trabalho”. Isto é, compreender que o sistema societal capitalista perpassa pela luta entre duas grandes classes, a

que explora e detém os meios de produção (burguesa) e a que é explorada (proletária), dessa maneira, existe a correlação de forças entre meios de produção e trabalho. Compreende-se, assim, que essa motivação se relaciona com aspectos ligados a compreensão do sindicato enquanto instrumento de organização da classe trabalhadora.

Outra justificativa para permanência de filiação ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN é a de lutar pela universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Essa luta se relaciona com direitos sociais tanto da categoria de docentes (questões mais específicas) quanto da classe trabalhadora (questões mais amplas que não envolvem apenas uma categoria) ao destacar como *“extremamente importante estar filiado no sindicato que defende a educação pública e socialmente referenciada e por ser um sindicato histórico de lutas por uma sociedade mais justa”* (Relato do Dirigente Sindical 04).

Outra motivação apresentada pelos/pelas docentes é a de compreender que o sindicato favorece o fortalecimento dos movimentos sociais/populares que lutam por determinados grupos da classe trabalhadora que têm/tiveram direitos sociais historicamente negados. Movimentos sociais e populares como: de mulheres, étnico-raciais, de negros, de LGBT, de pessoas com deficiência, de indígenas, de educação do campo, religiosos (especificamente de matriz africana) etc.

As diferentes formas de conceber o sindicato presentes no discurso dos docentes que participaram do estudo e que os conduzem a permanecerem filiados revelam, de modo geral: a maneira de pensar os objetivos; as funções; as estruturas políticas, física, administrativa; a mobilização e a organização do movimento sindical da UNIFAP. Todo esse conjunto procura resguardar padrões filosóficos e éticos em defesa dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Quanto a não estar mais filiado/a ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, do total dos 27 sujeitos que responderam ao questionário 5 (18,5%) não estão mais filiados. As motivações estão ligadas à situação de redistribuição para outra universidade e questões ligadas à incompatibilidade política.

As categorias, assim como as respostas quanto a estar filiado/a ao sindicato, surgiram a partir do total de motivos explicitados pelos docentes que responderam que não permanecem filiados ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Uma pessoa, apenas, não justificou a motivação que a conduziu a não estar mais filiada.

Assim, duas categorias marcaram esse bloco de respostas. Uma, com maior concentração, é pelo motivo dos/das docentes terem sido redistribuídos/as para outras

universidades. É preciso considerar, nesse caso, que, mesmo vinculados a outras instituições, alguns ex-dirigentes permaneceram na militância no movimento sindical docente.

Destaca-se que as motivações para permanecer na militância sindical são relativas à compreensão dos processos de luta de classes (burguesia e proletariado) e defesa da universidade pública:

*[...] pelos mesmos motivos que me mantiveram a ser filiado ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, ser uma entidade que luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e, com base nesses princípios defende também os interesses específicos da categoria docente. Além disso, o ANDES-SN, sindicato nacional, [...] é um sindicato com princípios firmes e que tem atuado como linha de frente na defesa da luta de classe no país. (Relato do Dirigente Sindical 10).*

Nessa perspectiva, mesmo tendo sido redistribuídos/as para outra universidade, as motivações para continuar na militância sindical foram as mesmas que os motivaram de filiarem ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Reconhecendo a importância do sindicato no processo de defesa dos direitos da classe trabalhadora, na categoria docente, especificamente, e, conseqüentemente, defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Outra motivação apontada para não permanecer filiado/a ao sindicato é a incompatibilidade política. Ainda que apenas 1 sujeito tenha indicado tal motivação, é importante considerá-lo, pois esse sindicato é uma Seção Sindical do ANDES-SN que apresenta objetivos que expressam a concepção de sindicato classista, desatrelado do governo, autônomo e democrático. Isto é, assume uma postura política e organizativa em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Dessa forma, as disputas políticas também estão presentes no sindicato e acabam motivando o afastamento dos docentes do movimento sindical.

De modo geral, os docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical entre 1994 a 2018 são do gênero masculino; casados ou em união estável; com formação inicial na área das ciências humanas; formação em nível de pós-graduação; com regime de trabalho de Dedicção Exclusiva; com experiência em movimento sindical antes de ingressar na UNIFAP como docente, geralmente experiência na base e não na direção; e permanecem, em grande parte, filiados ao sindicato por compreendê-lo como instrumento de organização, luta e defesa dos direitos da classe trabalhadora, também, como representante da categoria docente e defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

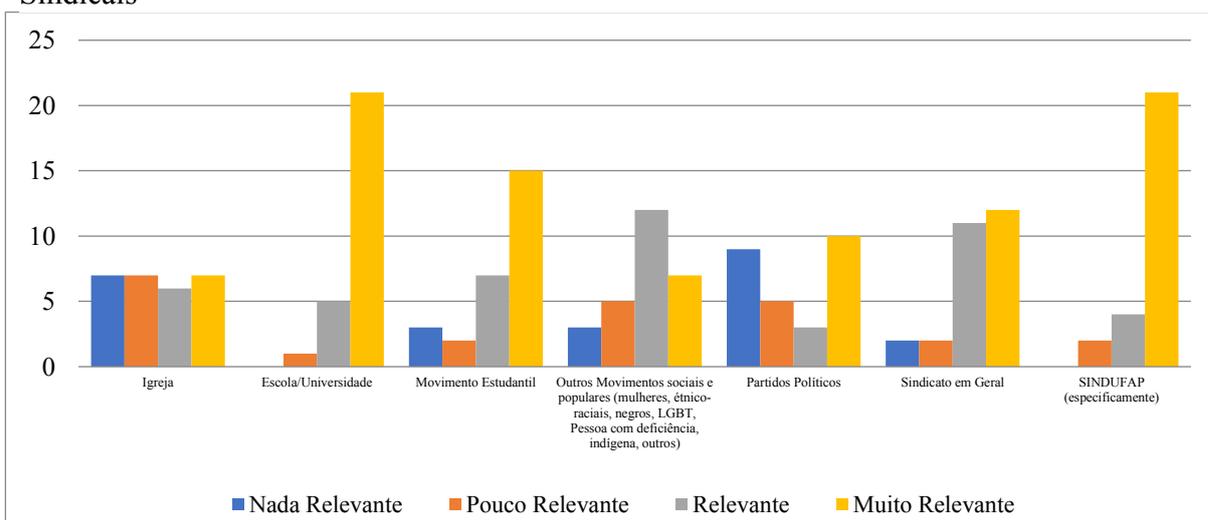
Destaca-se, também, como parte dos perfis dos docentes que atuaram na direção do sindicato, que não existe uma trajetória/militância familiar (pais/avós) em espaços como sindicato ou movimento estudantil, embora, tais espaços tenham sido os que ganharam destaque quanto a participação dos ex-dirigentes. No próximo tópico tem-se como foco identificar os espaços de formação política desses docentes.

#### 4.2 ESPAÇOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA DOS DIRIGENTES SINDICAIS

Para identificar os espaços de formação política dos docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018 consideraram-se os dados coletados, com grau de relevância, relativos aos espaços de formação política frequentados pelos docentes; espaços do próprio sindicato, bem como a relevância dos veículos de comunicação da Seção Sindical; e a contribuição do sindicato para sua formação política.

No que se refere à relevância dos espaços de formação política dos docentes foram indicados os seguintes no questionário: Igreja; Escola/Universidade; Movimento Estudantil; Outros movimentos Sociais e Populares (mulheres, étnico-raciais, moradia, LGBT, indígena, outros); Partidos Políticos; Sindicato em geral; e SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN (especificamente), conforme o Gráfico 3.

**Gráfico 3** - Relevância dos espaços/instituições para formação política dos Dirigentes Sindicais



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

Conforme expressa o Gráfico 3, dois espaços/instituições ganharam centralidade na formação política dos docentes como muito relevantes, isto é, Escola/Universidade (21); o

próprio sindicato (21). Seguindo, tem-se: movimento estudantil (15), sindicato em geral (12) e partidos políticos (10).

Esses espaços/instituições, particularmente os três primeiros (Escola/Universidade; SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN; movimento estudantil), são, destacadamente, os que têm proximidade com os espaços/instituições com maior participação dos sujeitos.

Assim sendo, esses espaços/instituições se aproximam de seu momento de formação inicial ou de sua atuação profissional, ou seja, docente da educação superior. Assim, é preponderante o papel, sejam por condições objetivas e, mesmo, subjetivas, do espaço/instituição Escola/Universidade.

Espaços/instituições indicados pelos ex-dirigentes como relevantes para formação política são marcadamente os movimentos sociais e populares (12); e sindicato em geral (11). Outros espaços indicados pelos docentes na questão aberta considerados relevantes ou muito relevantes para formação política são de: instituições culturais; coletivos artísticos que fazem avaliação crítica do cenário político nacional; ambiente familiar; movimentos políticos clandestinos durante a ditadura militar; atividades de Conselhos e Autarquias; movimento de educação do campo.

Esses dados indicam, no geral, que os espaços/instituições que foram relevantes ou muito relevantes para formação política dos dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN são principalmente os em que se tem atuação, seja profissional no movimento sindical local, seja quando se era estudante ou mesmo e alguma militância específica. Os demais espaços apresentam pouca ou quase nenhuma relevância para essa formação especificamente.

Nesse aspecto, retoma-se a discussão do potencial formativo, particularmente, dos espaços/instituições não formais de educação (sindicatos, movimentos sociais, grupos espontâneos de arte etc.). Chama-se a atenção para o papel formativo do sindicato, de modo geral, e do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, particularmente para os sujeitos do estudo.

Na literatura (SOUSA, 2015; BOHN, 2015; PAIVA, 2016) o sindicato é tratado como um importante espaço de reivindicação, de lutas e de abordagens históricas que se ligam a outros movimentos sociais de organização e mobilização da classe trabalhadora, além, inclusive de se tratar de um espaço de forte disputa política. Porém, pouco se discute sobre o potencial formativo político desse espaço e suas contribuições para a formação dos sujeitos que o compõem.

Assim, para os sujeitos desta pesquisa, pensar o sindicato como um espaço e, além disso, valorizar o seu potencial de colaborar com a formação política dos docentes, bem como,

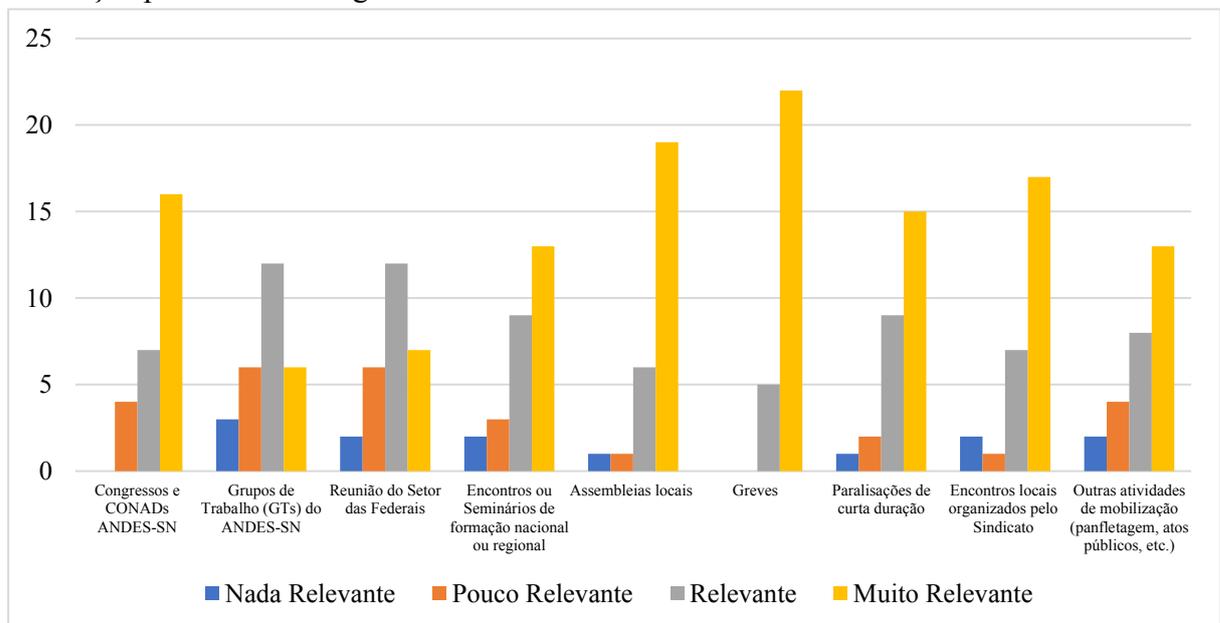
construir uma consciência política que visa processos de emancipação e transformação, isto é, agregar/assumir uma *práxis revolucionária* (VÁSQUEZ, 1977), é de grande importância.

Nesse viés teórico e a partir dos dados empíricos, compreende-se que a formação política emanada do sindicato, historicamente, tem papel importante e estratégico no tocante à construção coletiva de consciência política dos docentes que atuaram na direção do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de si e para si na sua trajetória de formação política; na construção e concepção do próprio papel do sindicato.

Assim, cabe aqui o questionamento: quais os espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN expressaram relevância para a formação política dos docentes que atuaram na direção executiva?

Os dirigentes sindicais, ao serem questionados sobre o grau de relevância dos espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN (Congressos e CONADs ANDES-SN; Grupos de Trabalho (GTs) do ANDES-SN; Reunião do Setor das Federais; Encontros ou Seminários de formação nacional ou regional; Assembleias locais; Greves; Paralisações de curta duração; Encontros locais organizados pelo Sindicato; Outras atividades de mobilização: panfletagem, atos públicos etc.) para formação sua formação política indicaram:

**Gráfico 4** - Relevância dos espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política dos Dirigentes Sindicais.



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

O Gráfico 4, apresenta duas escalas expressivas (muito relevante e relevante) dos espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para a formação política dos dirigentes. São predominantemente destacadas: as greves (22), as assembleias locais (19); Encontros locais

organizados pelo Sindicato (17); Congressos e CONADs ANDES-SN (16); Encontros ou Seminários de formação nacional ou regional (13).

Logo, todos os espaços elencados apresentam tanto o grau de muito relevante quanto relevante para a formação política de quem exerceu a função de dirigente executivo da Seção Sindical. Os demais espaços apresentam certo equilíbrio no tocante às escalas nada relevante ou pouco relevante.

Ressalta-se, particularmente, a importância de participar nesses espaços da Seção Sindical e do Sindicato Nacional para a formação política:

*[...] o sindicato é muito importante nesse sentido porque na medida em que participamos dos vários fóruns, localmente nas assembleias, nos embates, nos vários eventos, seminários, reuniões, encontros, sejam nos congressos, nos CONAD's em contato com outras pessoas, nós vamos encontrando as visões sobre o sindicato, sobre a forma de atuação das mais diferentes formas. Isso, então, permite um processo de construção política e de formação política que raramente encontramos em outros locais. Então, o ANDES-SN, na sua conformação total, e o SINDUFAP, como seção sindical, permitem nos seus espaços tanto deliberativos, como os congressos, os CONAD's e as assembleias, quanto os não deliberativos, reuniões de setores, reuniões de grupos de trabalhos, reuniões da Assembleia Geral, participações em diretorias, a gente para pensar em tudo. Nesse sentido, não tem como não se formar politicamente, até porque você vai encontrar pessoas de mais diferentes estruturas, você vai encontrar marxistas, anarquistas, gente filiada a partido, gente que não é filiado em partido, gente que é organizado em determinadas correntes, gente que não é. (Relato do Dirigente Sindical 10).*

É possível verificar as múltiplas contribuições do sindicato para o processo formativo dos sujeitos, tendo em vista que a própria pluralidade de visão de mundo das pessoas (marxista, anarquista, positivista etc.) que vivenciam esses espaços reflete sobre essa formação; além, das diferentes formas de pensar política, ligadas a um partido político ou não, o envolvimento em diferentes formas organizativas, como em movimentos sociais e populares, entre outras coisas.

Evidencia-se, a partir desses aspectos, a constituição do próprio ser humano que é histórica, social, cultural. Logo, os espaços do sindicato, deliberativos ou não, as diferentes formas de conceber o mundo, diferentes maneiras de conceber a própria política colaboram com a formação política na construção desse coletivo.

Vale aqui ressaltar o papel de formador político do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, particularmente nos momentos de forte mobilização e enfrentamentos: as greves. Esse espaço foi apontado pelos/pelas docentes como um espaço preponderante para sua formação política no Gráfico 3. Assevera-se em relação a uma das greves do sindicato:

*[...] enfrentamos uma das maiores greves, que foi a greve de 2001. Uma greve realizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi uma greve em defesa do emprego público e tivemos os salários cortados por 100 dias. Então, eu nem sei se hoje uma categoria consegue segurar 100 dias de salários cortado, como nós tivemos em 2001. De certa forma, tive uma formação política a partir de uma greve que foi a de 2001” (Relato do Dirigente Sindical 08).*

É possível compreender por meio deste relato a força formativa que se tem especialmente por meio da greve. É claro que se indica a sua importância de forma inicial, mas que expressa um momento de conscientização e tomada para a construção de uma identidade coletiva, enquanto categoria social (de trabalhadores e trabalhadoras) a partir de um contexto histórico-político-econômico-cultural (GRANZOTTO, 2010).

A pauta reivindicatória naquele momento histórico de defesa do serviço público traz à tona um processo inicial de formação política que foi importante, inclusive, para manter a greve por um longo período. Não se trata apenas da manutenção por longos dias da greve, mas as motivações que a sustentavam em prol de um direito que afetava diretamente a um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, indo além das convicções neoliberais que tomam conta das mutações do mundo do trabalho.

As greves também expressarem-se como instrumento político de construção das entidades representativas da classe trabalhadora por meio de seu dinamismo no conjunto das relações sociais históricas (MIRANDA, 2011).

Esse aspecto dinâmico de construção representativa da classe por meio das greves revela-se muito positivo e propositivo para o envolvimento de novos docentes no movimento sindical, forjando, assim, novos militantes:

*[...] cada greve [de] que participamos é uma formação política porque novos professores e novas professoras se aproximam e essa aproximação acontece durante a luta, durante o embate. Nesse momento tem um fervilhar maior sobre as discussões do que é a universidade pública, porque estamos lutando, sobre nossos direitos, então, é um momento de formação política. Hoje mesmo, a geração que temos na direção do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, das duas ou três últimas gestões, [...] tratam-se de pessoas que surgiram durante o período de greve e depois da greve. Isso é uma formação política ímpar, não só no SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, mas no sindicato nacional tem esse reflexo de que a greve é o maior momento de formação política que nós temos. Sempre formamos novos militantes durante a greve e esses militantes acabam assumindo as direções das seções sindicais, então isso é algo ímpar que consideramos fundamental para qualquer formação política. (Relato do Dirigente Sindical 08).*

Têm-se, dessa maneira, um aspecto muito importante de formação política por meio das greves, no fervilhar das discussões ao apresentar suas concepções, suas lutas mais gerais e mais

específicas, para aqueles sujeitos que se aproximam. Além desses aspectos, proveniente de momentos de greves, destaca-se o seu papel político formativo ao fomentar novos militantes que, por vezes, assumem a direção executiva da seção sindical. É claro que ao assumir postos importantes no sindicato, isto é, cargos diretivos, novos processos formativos são alcançados.

É importante elucidar, ainda, “*os momentos de organização de greves e de panfletagens*” (Relato do Dirigente Sindical 15). Organizar a greve por meio do Comando Geral de Greve (CGG) e as ações que dele emanam (a entrega de panfletos/folhetos no portão de entrada da universidade, expor suas concepções/inquietações/perspectivas em público e coletivamente por meio do microfone nos atos de greve etc.) é positivo no sentido de se construir a formação político-sindical dos que estão envolvidos/as ou, ainda, consolidar os aspectos dessa formação. Assim, as greves favorecem os processos de formação política tanto para novos militantes, novos/novas docentes, quanto para os/as docentes que já militam no próprio sindicato.

Além das greves e os demais espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN que colaboraram para formação político-sindical dos docentes, destacam-se outros aspectos relativos a essa formação como “*perceber os bastidores da política, compreender melhor a necessidade de estarmos atentos as movimentações, ações e estratégias políticas [...] entender as traquinagens oficiais do governo e os níveis de manipulação.*” (Relato do Dirigente Sindical 06).

O ato de “perceber os bastidores da política”, particularmente as que são engendradas pelos governos sem consonância com as necessidades concretas do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, evidencia-se como um aspecto salutar nessa formação. Haja vista que os “jogos” políticos, bem como suas ações e estratégias, visam atender interesses específicos, a exemplo disso se tem a contrarreforma da educação superior, fortemente ligada aos interesses do capital.

Para além de compreender a política e seus bastidores, outra contribuição do sindicato para a formação política é a de demonstrar a necessária “*coerência entre a teoria e a prática*” (Relato do Dirigente Sindical 05). Coerência, nesse caso, trata-se de vincular uma filosofia à prática, isto é, uma *práxis* (unidade entre teoria e prática), seja ela *práxis* docente, *práxis* sindical, *práxis* política etc. Esse aspecto, de certa forma, na militância sindical é importante para, inclusive, aproximar, unificar e fortalecer os trabalhadores e as trabalhadoras na sua organização.

A *práxis* política advinda dos espaços do sindicato colabora com outro aspecto que é o “*amadurecimento de uma consciência de classe no professor sindicalizado que,*

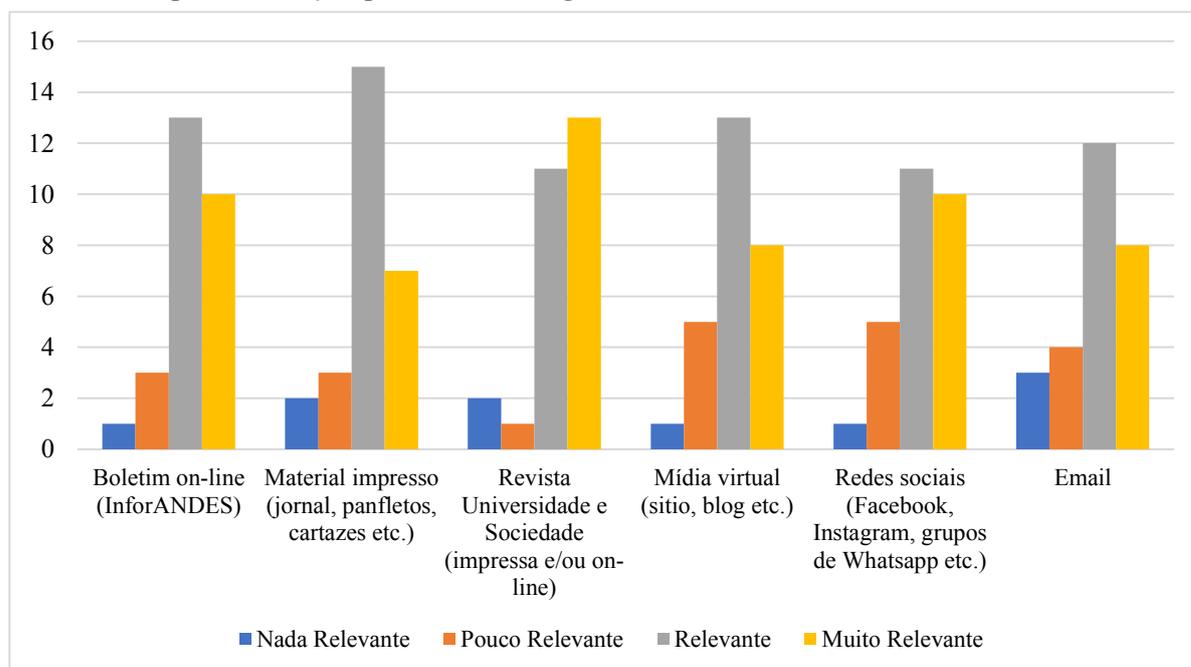
*consequentemente, torna-se um professor militante”* (Relato do Dirigente Sindical 01). Nesse sentido, a tomada de consciência não pode existir fora da *práxis*.

E esta, por sua vez, não existe fora da história, sendo, portanto, também uma consciência histórica. Isso implica dizer que a conscientização “supõe, por sua vez, o superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-intransitivo ou transitivo ingênuo, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitificada” (FREIRE, 2000, p. 90).

Além dos espaços do sindicato que se tornam relevantes para a formação política dos trabalhadores, na atualidade, há novos métodos e processos de construção coletiva que podem promover essa formação. As pedagogias utilizadas nos movimentos organizativos mudam em função da conjuntura social, política, econômica, cultural e tecnológica e se utiliza de alguns veículos de comunicação não só para mobilizar determinado coletivo, mas para formar novas perspectivas e consolidar antigas (GOHN, 2008).

Quanto aos veículos de comunicação utilizados pelo SINDUFAP/Seção Sindical, consideraram-se os seguintes: Boletim on-line (InforANDES); Material impresso (jornal, panfletos, cartazes etc.); Revista Universidade e Sociedade (impressa e/ou on-line); Mídia virtual (sitio, blog etc.); Redes sociais (Facebook, Instagram, grupos de Whatsapp etc.); Email. No Gráfico 5, apresenta-se a relevância de tais instrumentos para a formação política.

**Gráfico 5** - Relevância dos veículos de comunicação do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política do Dirigentes Sindicais.



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

Conforme o Gráfico 5, os veículos de comunicação utilizados pelo sindicato e que são relevantes para a formação política dos ex-dirigentes apresentam um movimento muito próximo quanto ao grau de muito relevante ou relevante: Material impresso (jornal, panfletos, cartazes etc.) (15); Revista Universidade e Sociedade (impressa e/ou on-line) (13); Mídia virtual (sítio, blog etc.) (13); Boletim on-line (InforANDES) (13).

É possível perceber uma movimentação muito próxima na relação entre veículos de comunicação mais ligados à mídia virtual e redes sociais (sítios, blog, grupos de Whatsapp etc.) e veículos mais tradicionais (mídia impressa, jornal, panfletos etc.) quanto ao grau de muito relevante ou relevante. Há certo equilíbrio e não uma preponderância de um veículo de comunicação sobre o outro.

Outras questões levantadas pelos docentes foram: da importância de manutenção de um canal de vídeos no YouTube; que o sindicato deveria ter uma programação na rádio universitária para divulgação das ações do sindicato e realizar debates conjunturais e mais específicos da seção sindical.

Percebe-se, dessa maneira, ainda que em menor ou maior grau de relevância, a importância dos veículos de comunicação do sindicato para promover formação política dos docentes que atuaram na direção executiva.

De modo geral, os espaços/instituições identificados como relevantes para formação política dos docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018, são aqueles em que se tem atuação direta dos sujeitos, seja profissional no movimento sindical local, seja quando o sujeito era estudante. O que revela o potencial formativo dos espaços/instituições não formais de educação como o sindicato e o movimento estudantil.

Quanto à relevância de espaços específicos do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN (Congressos e CONADs ANDES-SN; Grupos de Trabalho (GTs) do ANDES-SN; Reunião do Setor das Federais; Encontros ou Seminários de formação nacional ou regional; Assembleias locais; Greves; Paralisações de curta duração; Encontros locais organizados pelo Sindicato; Outras atividades de mobilização: panfletagem, atos públicos etc.) para formação política dos ex-dirigentes, todos ganham destaque com grau de relevante ou muito relevante para essa formação. Com destaque para algumas contribuições específicas por meio das greves.

Quanto aos veículos de comunicação da Seção do Sindicato (Boletim on-line (InforANDES); Material impresso (jornal, panfletos, cartazes etc.); Revista Universidade e Sociedade (impressa e/ou on-line); Mídia virtual (sítio, blog etc.); Redes sociais (Facebook,

Instagram, grupos de Whatsapp etc.); Email.) que colaboram para a formação política, há um certo equilíbrio ao serem considerados pelos ex-dirigentes como muito relevantes ou relevantes.

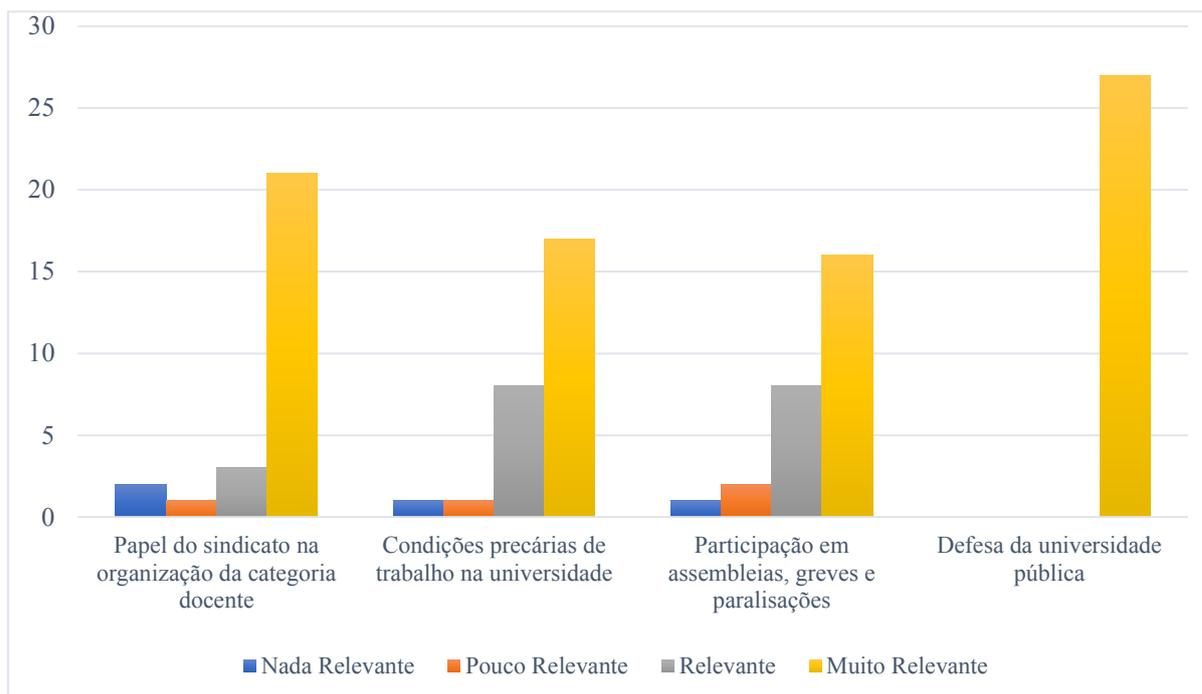
#### 4.3 MOTIVAÇÕES PARA APROXIMAÇÃO, ATUAÇÃO E/OU AFASTAMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL DE DOCENTES DA UNIFAP

O objetivo deste tópico é o de identificar as motivações dos docentes, que atuaram na direção executiva da Seção Sindical de 1994-2018, para aproximação, atuação e/ou afastamento do movimento sindical. Trata-se de três grandes aspectos importantes para compreender as contribuições, inclusive formativas, do sindicato para o conjunto desses sujeitos articulado às outras questões identificadas nos itens anteriores.

Para o objetivo assinalado algumas indagações foram feitas aos sujeitos por meio do questionário e aqui foram sistematizadas por meio de gráficos. O primeiro indica os motivos para a aproximação, isto é, as razões pelas quais os dirigentes se filiaram à Seção Sindical.

O segundo apresenta os motivos que levaram esses dirigentes a aceitar compor/montar chapas para a diretoria executiva nos diferentes cargos. O terceiro gráfico trata das motivações que conduzem/conduziram esses docentes ao afastamento do movimento sindical.

Quanto aos motivos para se filiar ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN indicaram-se os seguintes (APÊNDICE D): O papel do sindicato na organização da categoria docente; Convite de colega(s) de trabalho; Debates e mobilização da Direção do sindicato; Articulação com as lutas da classe trabalhadora; Condições precárias de trabalho na universidade; Participação em assembleias, greves e paralisações; Busca de assessoria jurídica; Festas e confraternizações; Convênios com planos de saúde e outros serviços; Defesa da universidade pública; Relação com Partidos Políticos; Relação com movimentos sociais e/ou populares; Relação com Centrais Sindicais; Estrutura organizativa do sindicato.

**Gráfico 6 - Motivos de filiação ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN.**

Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

Todas as motivações elencadas no questionário foram muito relevantes ou relevantes para que os sujeitos se filiassem à Seção Sindical (APÊNDICE D). Porém, algumas motivações, conforme o Gráfico 6, são mais acentuadas como muito relevante: a defesa da universidade pública (27); Papel do sindicato na organização da categoria docente (21); Condições precárias de trabalho na universidade (17); Participação em assembleias, greves e paralisações (16).

Sobre tais aspectos, observa-se que a aproximação desses sujeitos ao sindicato, por meio de sua filiação, está estreitamente ligada à relação trabalho-educação. Compreendendo os processos de transformação/mutações do mundo do trabalho, também chamada de reestruturação produtiva, que incidem diretamente no trabalho e na educação, nesse caso a superior.

A partir das transformações na relação trabalho-educação se têm, em linhas gerais, fenômenos de precarização tanto do trabalho quanto das condições de trabalho na universidade com consequências negativas para os seus trabalhadores como adoecimento; precarização da própria instituição que altera, inclusive, a sua identidade enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão; intensificação do trabalho docente; entre outros aspectos.

Alguns estudos (FERRAZ, 2008; LIMA, 2011; SILVA, 2013) consideram que a precarização e intensificação do trabalho docente no ensino superior têm como pano de fundo

as alterações do mundo do trabalho no contexto do capital financeiro e as alterações transcorridas no papel do Estado brasileiro a partir da década de 1990.

Ferraz (2008, p. 10), ao tratar da precarização do trabalho docente, analisa esse fenômeno à luz de três determinações:

A primeira delas é a determinação estrutural que engendra uma nova fase no padrão de acumulação do capital. A segunda se refere à tradução desta tendência mais geral no processo de trabalho. A terceira determinação se refere às implicações político-ideológicas e culturais que o fenômeno produz no processo de constituição dos trabalhadores em classe, com ênfase em uma fração de classe importante do proletariado brasileiro nacional, ou seja, os docentes do ensino superior.

Nessa linha de pensamento, a precarização do trabalho docente se situa no contexto de novas formas de potencialização da exploração do trabalho. Por isso, tanto o tema da precarização quanto da intensificação do trabalho docente se interliga com uma totalidade que anuncia mudanças estruturais no modo de produção. O que, de alguma forma, conduz esses trabalhadores a buscarem formas de representação, organização e luta por direitos por meio de sindicatos.

Vale lembrar que o papel do Estado no contexto de intensificação e precarização do trabalho é basilar. Haja vista que a redefinição das funções do Estado provoca alterações na política de educação superior e no trabalho dos docentes universitários. “Alicerçada no modelo gerencial de Estado em conformidade com a lógica de empresariamento, que tem na apropriação privada dos conteúdos públicos a sua centralidade” (LIMA, 2011. p. 151).

Para além desses aspectos que envolvem intensificação e precarização do trabalho docente, os docentes ex-dirigentes indicaram como motivo para se aproximarem da ou filiarem-se à Seção Sindical a defesa da universidade pública. Defender a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada coincide com as propostas do Sindicato Nacional para a universidade brasileira expressa no Caderno do ANDES-SN de número 2.

O referido Caderno apresenta formulações cuja perspectiva está em garantir o exercício de direitos sociais universais (educação, saúde etc.) articulados a interesses e lutas gerais dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil. Assim, para o Sindicato Nacional a universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada constitui a forma de se pensar a instituição de ensino superior e expressa, dessa forma, o compromisso do movimento de docentes com a construção de uma sociedade mais justa.

É flagrante, nesse sentido, que a defesa da universidade pública como motivo de aproximação desses docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical

do ANDES-SN carrega esses princípios de luta e defesa do ensino público, gratuito, democrático, laico, de qualidade e socialmente referenciado, além do compromisso de construção de uma sociedade mais justa.

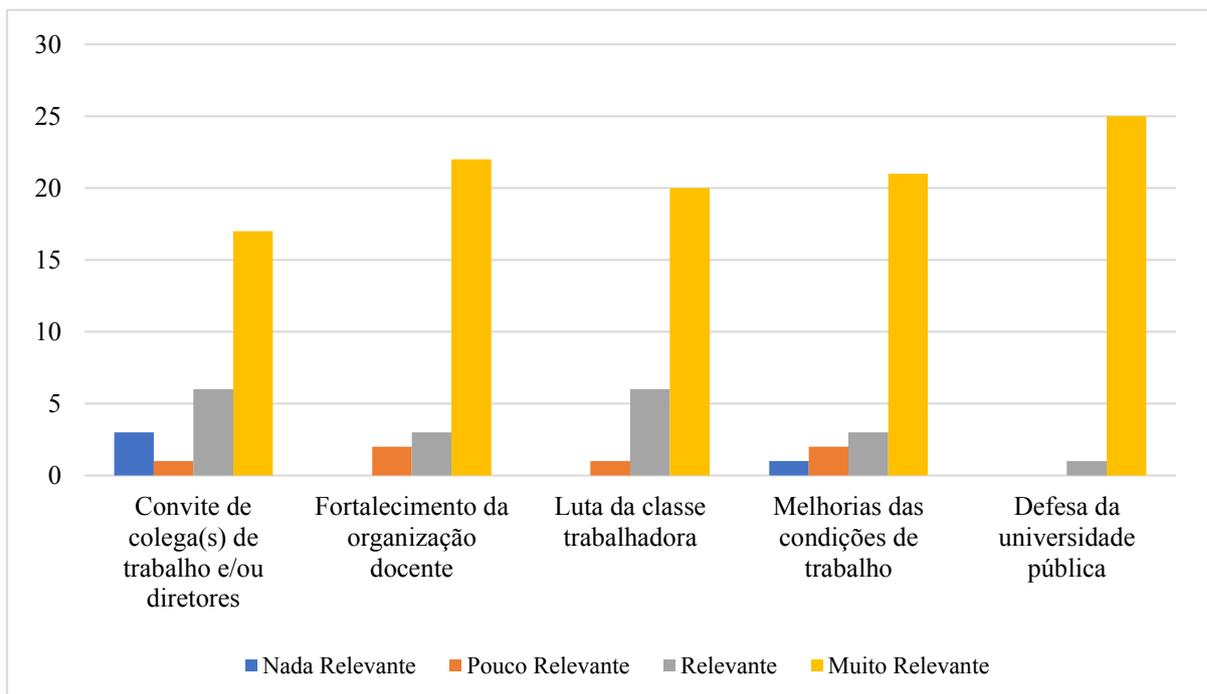
Outros motivos que os conduziam à aproximação ao movimento sindical da UNIFAP indicados na questão aberta foram: consciência de classe; cooperação na organização das lutas sociais de caráter mais identitário como as lutas anti-opressivas racistas, machistas e LGBTfóbicas; militância exercida por professores do sindicato com uma relação coerente estabelecida entre a teoria, o conteúdo ensinado e a prática profissional e pessoal.

Esse conjunto de motivações revela que o espaço do sindicato tem que ser plural, no sentido de receber e atender às diferentes posições, visões de mundo, diferentes demandas e necessidades. Ao mesmo tempo que esse aspecto se revela como positivo, no sentido de reunião de uma diversidade de demandas, tem-se, também, um aspecto desafiador de unir essas diferentes demandas em torno de uma necessidade maior que é o interesse da classe trabalhadora.

Logo, tem-se, nesse aspecto desafiador, possíveis contribuições formativas político-sindicais que colaboram com o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que fazem o sindicato. Nesse caso, o cuidado está em não limitar o sindicato a um simples “negociador” ou “conciliador”, mas conduzir ações e processos que levem a ser de fato um instrumento que organiza a classe trabalhadora a uma *práxis* revolucionária.

Sobre os motivos que os conduziram a aceitar compor a direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN indicaram-se questões para serem marcadas a partir do grau de relevância (APÊNDICE E): Convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores; Fortalecimento da organização docente; Debates e mobilização da Direção do sindicato; Luta da classe trabalhadora; Melhorias das condições de trabalho; Ampliação da formação político-sindical; Defesa da universidade pública; Orientação de Partido Político; Experiência de atuar na direção; Participação em outros movimentos sociais e populares; Relação com Partidos Políticos; Estrutura organizativa do sindicato.

**Gráfico 7 -** Motivos para aceitar compor a Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN.



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

O Gráfico 7, evidencia os eixos assinalados pelos docentes com maior destaque de relevância para aceitar compor a Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN: a defesa da universidade pública (25); o fortalecimento da organização docente (22); as melhorias das condições de trabalho (21); a luta da classe trabalhadora (20); o convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores (17).

Essas motivações se aproximam dos que foram assinaladas como relevantes ou muito relevantes para que esses docentes se filiassem ao sindicato como, por exemplo, a defesa da universidade pública, melhoria de condições de trabalho muito próximo ao processo de precarização e intensificação do trabalho docente, a luta da classe trabalhadora, entre outros.

Outras motivações que os conduziram a compor a direção executiva do sindicato são: combate à opressão; recomposição do sindicato; falta de democracia na UNIFAP, bem como o afastamento de algumas lideranças do sindicato seja para formação acadêmica ou redistribuição para outra universidade, o que evidenciou a necessidade de formação de um grupo para realizar os trabalhos da executiva.

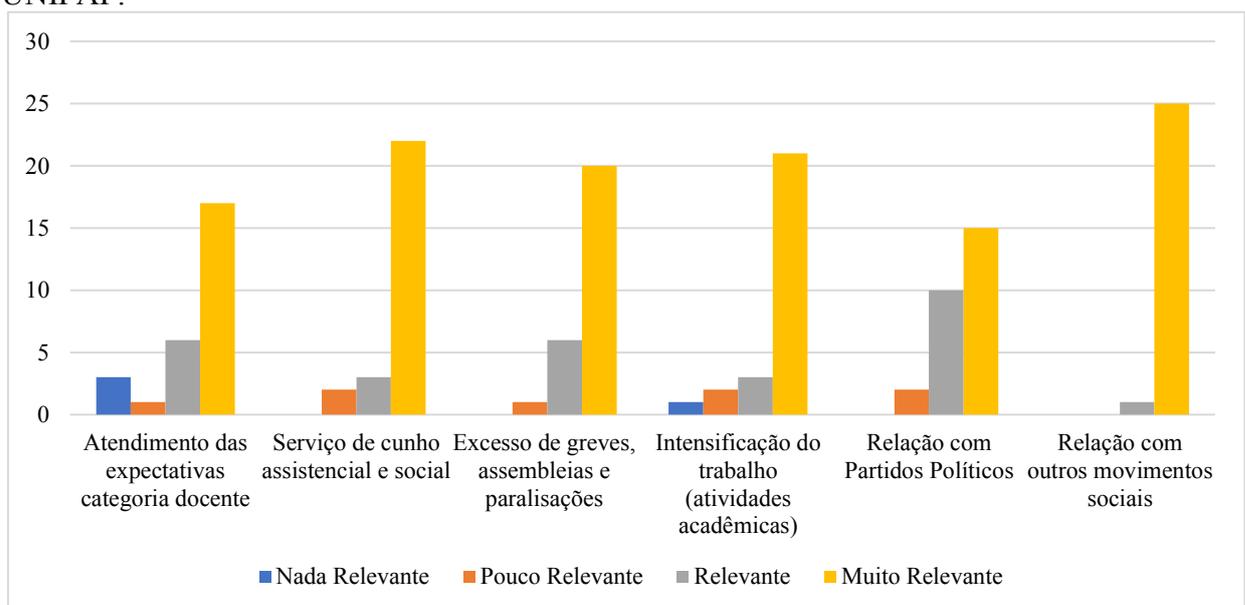
*Naquele momento, compreendi a dificuldade para a formação de um grupo que topasse pegar os trabalhos nas mãos. Mas era necessário formar um grupo, pois o afastamento daquelas lideranças deixava o sindicato em certa posição de fragilidade. Pelo menos, assim o viam alguns. Pensei em*

*colaborar, mesmo com pouca experiência de militância. (Relato do Dirigente Sindical 05).*

A questão levantada revela, assim, a necessidade que o sindicato tinha de formar novas lideranças. É claro que essa necessidade surgiu a partir de mais fatores não elencados, não sendo exclusivos os fatos de redistribuição institucional ou de saída para formação acadêmica de algumas lideranças. É possível perceber as dificuldades internas para a formação de novos dirigentes.

Quanto aos motivos que contribuem para os docentes se afastarem do movimento sindical indicaram-se como relevantes (APÊNDICE F): Atendimento das expectativas da categoria docente; Serviço de cunho assistencial e social; Contribuição sindical; Excesso de greves, assembleias e paralisações; Intensificação do trabalho (atividades acadêmicas); Relação com Partidos Políticos; Relação com outros movimentos sociais; Relação do sindicato com as Centrais Sindicais; Compreensão do papel do sindicato; Concepção de universidade; Falta de mobilização da direção do sindicato; Preocupação com retaliações das administrações superiores; Relações interpessoais com diretores ou outros membros da base do sindicato; Divergências com a linha política adotada pelo sindicato; Demandas pessoais e familiares; Cargos acadêmicos e/ou administrativos; Dificuldade do sindicato em fazer formação política; Manipulação, por parte da direção, em favor de interesses pessoais, de grupos restritos; Estrutura organizativa do Sindicato.

**Gráfico 8** - Motivos que contribuem para que docentes se afastem do movimento sindical da UNIFAP.



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

Conforme o Gráfico 8, os motivos que contribuem para docentes se afastarem das atividades sindicais, de acordo com a percepção dos ex-dirigentes, tratam-se de aspectos como: Relação com outros movimentos sociais (25); Serviço de cunho assistencial e social (22); Intensificação do trabalho como atividades acadêmicas (21); Excesso de greves, assembleias e paralisações (20), Atendimento das expectativas da categoria docente (17); Relação com Partidos Políticos (15).

Essas motivações aproximam-se, em certa medida, com o tipo de concepção da categoria sobre a função e o papel do sindicato. Essa (concepção), por sua vez, acaba sendo variada, inclusive, pelas diferentes formas de compreensão de mundo; pela influência, na subjetividade desse sujeito, do pensamento neoliberal por meio do individualismo que se contrapõe ao coletivo e a luta pelo que é coletivo; a diferença em termos etários, compreensões que se desenvolveram em momentos históricos diferentes do país etc. O que revela que a construção de como conceber o sindicato (seja ele combativo, pelego, negocial, autônomo ou não etc.) é social, é histórica, e tem à sua volta processos de contradição do sistema econômico vigente e da política que o rege.

As diferentes formas de conceber o papel e a função do sindicato podem ser indicadas como: aquela entidade que defende causas individuais (questões mais jurídicas); uma organização assistencialista/paternalista; um instrumento de defesa e luta de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras; uma entidade importante, mas não essencial; um instrumento mais próximo às questões do associativismo com serviços assistenciais, com uma concepção mais alheia ao debate político etc.

Nesse horizonte, essas diferentes concepções podem indicar o fato de se considerar o sindicato importante (relevante) para a luta do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas, também, como um instrumento não essencial que pode conduzir processos de descrença de que por meio da luta coletiva e organizada se pode gerar mudanças concretas. Esse último aspecto acaba sendo preocupante e deve ser considerado pelo sindicato. Um dos ex-dirigentes assevera que:

*[...] cabe ao sindicato, não exatamente a direção, mas o conjunto dos seus sindicalizados, fazer um exercício de mostrar a relevância do sindicato para os colegas, para o restante da categoria. Vivemos, hoje, momentos de ataque aos nossos direitos sociais, previdenciários, trabalhistas, e tudo mais, e essa movimentação pode ser extremamente relevante no sentido de fazer com que os colegas, por exemplo, que veem menos importância no sindicato, entenderem sua relevância e assim se envolverem, sindicalizar-se e fortalecer esse sindicato (Relato do Dirigente Sindical 10).*

Logo, evidencia-se o desafio posto ao sindicato, tanto direção quanto base, para evitar que os docentes se afastem do movimento sindical no sentido de fortalecimento da luta não só em momentos de ataques aos direitos sociais, mas com vistas à construção de uma sociedade mais justa.

Outra motivação apresentada pelos/pelas docentes em questão aberta se trata de divergências político-partidárias, especificamente as que levam o sujeito a fazer oposição às escondidas e não de forma direta por meio dos ciclos de debate coletivo e das assembleias. Esse aspecto foi elencado em questão fechada, porém há o item explicativo que atenção que é o de fazer oposição às escondidas, além da influência de partidos políticos e revela a disputa interna que existe no sindicato.

No caso específico das mulheres, indicou-se, em questão aberta, que a tripla jornada de trabalho (trabalho doméstico, criação dos filhos/filhas, trabalho na universidade) tira delas o tempo para participar do movimento sindical. Essa motivação revela a complexidade na relação classe e gênero presente na sociedade, construída/constituída histórica, social e economicamente, que subalterniza, que explora, favorece a invisibilidade da mulher.

Indicou-se, também, motivações ligadas ao desgaste do movimento sindical como forma de organização da classe trabalhadora, das concepções que norteiam essa organização; poucos ganhos nas greves das universidades; transparência na utilização dos recursos; a ausência de formação política entre boa parte dos docentes, essa ausência fazendo com que o sindicato não seja visto como relevante para as lutas.

Sobre a última questão, ausência de formação política, destaca-se que, de fato, se trata de um dos grandes desafios que o sindicato tem que enfrentar, tanto o Sindicato Nacional quanto o local. E esse (desafio) não é recente e, muito, menos, uma questão que não seja relevante para o movimento docente, na sua conformação ou nas suas lutas. Essa afirmação se dá a partir do que foi evidenciado por meio da origem, funções e realizações do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN.

Desde a origem mais remota do GT, enquanto Grupo de Trabalho de Política Sindical, o Sindicato Nacional já demonstrava a necessidade de formação política para seus sindicalizados, porém se tinha dificuldade na execução (ou na continuidade) de algumas ações de formação por parte do grupo de trabalho.

As ações não se centravam apenas em cursos de formação para quem fazia parte da direção, mas, também, em ações que abrangiam todo o grupo de sindicalizados com debates, encontros, seminários, palestras etc. para tratar de questões relacionadas à conjuntura política, social, econômica, políticas adotadas pelos governos, entre outras. Assim, mesmo diante de

dificuldades se percebe a preocupação do sindicato em construir um debate qualificado, por meio do GTPFS, que colabora com o processo de formação política de seus sindicalizados.

Algumas das questões elencadas como muito relevantes, que podem conduzir os sujeitos a se afastarem do movimento sindical da UNIFAP, aproximam-se, em certa medida em dois aspectos. Um diz respeito a ações do próprio sindicato, questões internas (serviço de cunho assistencial e social, excesso de greves, assembleias e paralisações, atendimento das expectativas da categoria docente, a forma de conceber o papel e a função do sindicato), já o outro aspecto evidencia questões externas ao sindicato (relação com outros movimentos sociais, intensificação do trabalho como atividades acadêmicas, relação com Partidos Políticos).

Dessa forma, têm-se questões internas e externas ao sindicato que podem conduzir ao afastamento de docentes do movimento sindical, segundo os ex-dirigentes. E, tanto uma questão quanto a outra, merecem atenção por parte do sindicato para que se efetivem ações que visem evitar o afastamento desses sujeitos.

É evidente que os motivos apresentados são uma parte (ou aparência) do fenômeno que conduz os docentes a se afastarem do movimento sindical da UNIFAP. Mas, o conjunto de motivos apresentados, tanto na questão fechada quanto na aberta, no questionário, revelam os desafios que o sindicato precisa enfrentar.

Destaca-se, por fim, que, estudar sobre as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política dos docentes que atuaram na direção executiva permite colaborar com a consolidação de uma temática – sindicalismo docente na educação superior – pouco discutida no âmbito da academia e, particularmente, na Região Norte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, os sindicatos são importantes espaços nos quais opera a dimensão coletiva da classe trabalhadora, como instrumento de organização e luta por garantia de direitos sociais. Para além disso, como evidenciado nesta dissertação, constituem-se em espaços de formação política do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Com base nessa compreensão, esta pesquisa analisou as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para a formação política de docentes que atuaram como dirigentes de 1994 a 2018.

A formação dos sindicatos tem íntima relação com a formação da classe trabalhadora. A constituição da classe operária apresentou-se, pois, também, como possibilidade de formação da consciência de classe. Essa consciência configura a identidade do interesse dos operários em oposição aos interesses dos patrões conduzindo à organização dos trabalhadores e das trabalhadoras por meio de instituições organizativas como, por exemplo, os sindicatos e os partidos políticos.

No processo de tomada de consciência de classe pela própria classe é importante reconhecer o papel de espaços/instituições de formação como sindicatos, por exemplo. Assim, evidencia-se outro viés, além de lutar por questões específicas dos direitos da classe trabalhadora, que é o de formador. E os processos formativos desse espaço podem apresentar uma natureza crítica e emancipadora para transformação social.

Ao se conceber um sindicato combativo/classista, tem-se a perspectiva de formação política contra-hegemônica, com conteúdo teórico e práticos que forme intelectuais orgânicos para uma *práxis* revolucionária.

A consciência política precisa ser compreendida com base nas contradições da vida material que se dá no conflito entre forças produtivas sociais. A consciência política tem como base teórica a filosofia da *práxis*. Gramsci (1999) corrobora a compreensão de que esta filosofia orienta a reforma intelectual e moral na sociedade, além de ser estratégia de construção da contra-hegemonia, por parte da classe trabalhadora.

A estratégia de educar-se a si mesma na busca por conhecer as contradições existentes na sociedade capitalista ressalta que a emancipação humana se dá pela própria classe trabalhadora, organizada e unida em torno da transformação da sociedade. Articula-se, portanto, com uma filosofia da *práxis* revolucionária que busca a superação de toda forma de exploração.

Neste sentido, foi necessário conhecer a história do movimento de docentes da UNIFAP para alcançar a resposta ao problema central de pesquisa, bem como, de seus desdobramentos.

Este sindicato remonta à organização de docentes na UNIFAP que antecede a sua fundação enquanto Seção Sindical do ANDES-SN.

Nasceu em um contexto de profundas mudanças no cenário político nacional e local. Nacionalmente, na década de 1990, tinha-se em curso a implantação de políticas de cunho neoliberal, por meio de contrarreformas do Estado e da educação superior, com perspectiva de atender aos interesses do capital nacional e internacional. Contudo, essa implantação encontrou, a partir das próprias contradições do capitalismo, resistência ativa por parte do conjunto dos trabalhadores organizados, dentre eles os docentes federais, em todo o país.

Localmente, no início dos anos de 1990, tinha-se a organização de um pequeno grupo de docentes, recém concursados, que entendia a necessidade de criação de um sindicato propositivo e resistente. Essa entidade teve protagonismo no processo de estruturação da própria UNIFAP em um período marcadamente conturbado por processos antidemocráticos e de forte intervenção político-partidária dentro das esferas administrativas da instituição.

Este sindicato revelou sempre muito força política dentro da UNIFAP, além de propositivo, antes mesmo de sua vinculação com o movimento docente nacional. Como apontamentos para isto tem-se a forte militância dos/das docentes organizados e a concepção de sindicato combativo construída.

A vinculação do SINDUFAP ao ANDES-SN pode ser explicada por um duplo movimento:

1) o movimento de expansão do Sindicato Nacional a partir da “Campanha de Expansão do ANDES-SN”, deliberada no 9º CONGRESSO em 1990, coordenada pelo Grupo de Trabalho de Política Sindical (GTPS), a campanha tinha o objetivo de responder politicamente às agressões que o movimento docente sofria, bem como ampliar a força do movimento docente por meio das seções sindicais;

2) o entendimento do grupo de docentes que fundou o sindicato da importância de articulação do movimento docente local com o movimento docente nacional como forma de fortalecimento da luta ao vincular-se com um sindicato classista, autônomo.

Houve dificuldade para efetivação do sindicato enquanto Seção Sindical do ANDES-SN. Algumas dificuldades se deram pela inexperiência dos/das docentes com a forma de organização do movimento, com os aspectos burocráticos especificamente; a dificuldade de comunicação com o Sindicato Nacional; a concorrência das agendas dos/das docentes, pois a UNIFAP estava em processo de consolidação e os docentes se dividiam em muitas tarefas; a efervescência de greves instauradas em âmbito nacional; e a própria não militância ou envolvimento para essa causa especificamente.

Historicamente, muitas pautas de luta (locais e nacionais) do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN revelam o seu compromisso com a classe trabalhadora, particularmente na defesa da educação pública e gratuita enquanto direito social. Como exemplo de destaque registra-se: a luta contra Projeto de Lei nº 2144/2003, que previa o pagamento de mensalidade em instituições de ensino público; reivindicação do direito a sindicalização do servidor público; direito a realizar eleições diretas para os cargos de dirigentes da universidade; luta por melhores condições dos *campi*; luta por melhores condições de acesso e permanência dos discentes; luta contra a fundação de apoio de direito privado instalada na UNIFAP.

Na pesquisa analisou-se o perfil dos docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN de 1994 a 2018: gênero; estado civil; formação acadêmica inicial; titulação acadêmica; ano de ingresso na UNIFAP como docente; classe; regime de trabalho; participação em espaços/instituições de formação política; e questões sobre a filiação, permanência ou não de filiação ao sindicato. Alguns desses elementos merecem atenção e devem ser problematizados.

Observa-se que as direções foram compostas, majoritariamente, por pessoas do gênero masculino. Ainda que se tenha tido o protagonismo de algumas mulheres, inclusive, no cargo de presidente do sindicato, a participação feminina ao longo dos 24 anos da Seção Sindical é menor, o que revela a necessidade de atenção/reflexão acerca desse fenômeno. Depois de um longo período, aprovou-se no 38º Congresso do ANDES-SN, em Belém (PA), a paridade de gênero para a composição da diretoria do Sindicato Nacional o que conduzirá as suas seções sindicais a pautarem sobre essa questão. O que é possível evidenciar que não se trata de um fenômeno novo e, menos ainda, que situado no âmbito local.

É importante destacar que ao ocupar espaços de poder (neste caso de direção) significa abrir caminho para participação social, histórica e política de mulheres, além de fortalecer pautas de lutas específicas, dar voz e vez a elas. Logo, tem-se aqui um desafio posto a própria classe trabalhadora de dar visibilidade a esse grupo que também a compõe. Desafio, inclusive, de superar, dentro de seu próprio espaço, o machismo institucionalizado que inibe a participação, a atuação, a reivindicação das mulheres.

Outra questão é a atinente à formação inicial desses dirigentes, na maioria docentes oriundos da área das ciências humanas. É evidente que isso não constitui um problema, contudo parece haver entendimento de que a militância seja algo específico desta área do conhecimento. Porém, a luta é mais abrangente e se revela a necessidade e, ao mesmo tempo, um desafio para o sindicato articular ações para o envolvimento de docentes das outras áreas do conhecimento,

como da área de exatas e biológicas. Isso indica a necessidade do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN buscar maior atuação na formação de docentes destas áreas, criar mecanismos que possibilitem o envolvimento dos trabalhadores dessas áreas.

Torna-se urgente e pertinente tal questão tendo em vista o cenário de profunda crise do sindicalismo no mundo inteiro, que ocorre no bojo da crise estrutural do capital, com queda de representatividade e de poder de articulação dos sindicatos, que, acabam assumindo uma postura negociadora e contratualista, sobretudo, por causa das transformações ocorridas com o avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva em escala mundial (ALVES, 2003).

Evidencia-se, assim, a crise de um modelo específico de sindicalismo, com estratégia e prática sindical de um sindicalismo cidadão, que perde espaço num mundo sob domínio da ditadura do capital. Compreender esse cenário e as limitações dos sindicatos e do sindicalismo, hoje, é uma questão de vida ou morte para os trabalhadores e as trabalhadoras, particularmente na conjuntura a qual o Brasil se encontra com um governo que apresenta aspectos e contornos altamente autoritário e antidemocrático.

Um dos maiores desafios, hoje, é o de fortalecimento de um sindicalismo de base classista com suas lutas vinculadas aos objetivos e estratégias da classe trabalhadora. Um “sindicalismo que priorize o esforço pedagógico, de estímulo à consciência revolucionária da classe”, que “contribua para construção de um instrumento afiado de luta pela conquista do poder político, objetivando a superação da escravidão capitalista e a construção do socialismo” (ALVES, 2003, p. 10).

Tem-se, também, o fato de que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN contribuiu para que boa parte dos docentes que atuaram na direção executiva participassem organicamente de um movimento sindical pela primeira vez enquanto direção de um sindicato. Apesar de boa parte ter tido experiência em movimentos anteriores, não se tinha uma experiência enquanto direção, a atuação se dava mais pela base.

Outro aspecto evidenciado pela pesquisa é o de que a militância desses docentes no movimento sindical, bem como uma participação orgânica e ativa na direção executiva do sindicato, não têm relação com uma cultura familiar, ou melhor, uma trajetória familiar em espaços de mobilização e organização da classe trabalhadora como movimento estudantil, movimentos sociais e populares, movimento sindical. Evidenciou-se que a participação dos ascendentes familiares é mais vinculada, expressivamente, a movimentos religiosos.

É necessário observar, sobre essa questão, que os membros dessas famílias provavelmente não cursaram a educação superior; estes sujeitos da pesquisa devem, em geral, ter sido os primeiros de suas respectivas famílias a alcançar esse nível de educação escolarizada.

Claro, não se trata de regra, ter ascendentes familiares com trajetória em movimentos de organização da classe trabalhadora para que se tenha uma militância ativa. O que se revela com esse dado é o de que o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN contribuiu para que esse grupo de docentes desenvolvesse uma militância ativa no movimento sindical docente. Assim, constata-se que a formação política neste espaço colabora para que haja uma militância ativa.

Os espaços/instituições formativos com participação mais ativa desses docentes foram movimento estudantil e movimento sindical. Logo, a participação dos sujeitos nesses espaços está mais ligada ao momento histórico-social-político vivenciado, bem como aspectos ligados à construção de um sujeito coletivo. Assim, no momento de formação inicial a participação estava mais ligada ao movimento estudantil e no período de atuação profissional o seu envolvimento liga-se ao ambiente de trabalho por meio do movimento docente.

Para identificar os espaços/instituições que contribuíram para formação política dos docentes considerou-se o grau de relevância de espaços/instituições frequentados pelos/pelas docentes; espaços do próprio SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, bem como a relevância dos veículos de comunicação da Seção Sindical.

Os dados obtidos indicam, em geral, que os espaços/instituições que foram relevantes ou muito relevantes para formação política dos dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN são principalmente os em que se teve atuação, seja atuação profissional no movimento sindical local, seja quando se era estudante ou mesmo em uma militância específica. Destaca-se assim o papel da Escola/Universidade, dos movimentos sociais e populares e do sindicato em geral, particularmente do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Isso evidencia o potencial formativo, particularmente, dos espaços/instituições não formais de educação indicados como relevantes ou muito relevantes pelos sujeitos (sindicatos, movimentos sociais, grupos espontâneos de arte etc.).

A partir dos dados empíricos e o referencial teórico foi possível compreender que a formação política advinda do sindicato teve papel importante e estratégico na construção coletiva de consciência política dos docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Trata-se de uma importante contribuição tanto na sua trajetória de formação política quanto na construção e concepção do próprio papel do sindicato, no desenvolvimento de uma militância ativa, na construção de uma visão de mundo desalienada dos preceitos hegemônicos instaurados socialmente pela burguesia.

Quanto aos espaços do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN relevantes ou muito relevantes para formação política dos ex-dirigentes, todos ganham destaque com grau de

relevante ou muito relevante para essa formação. Houve destaque para algumas contribuições específicas para essa formação como as greves. Destaca-se, assim, o seu papel político formativo em momentos de fervilhar das questões, além de fomentar e possibilitar o surgimento de novos militantes ao movimento docente.

Quanto aos veículos de comunicação da Seção do Sindicato que colaboram para a formação política, há um certo equilíbrio ao serem considerados pelos ex-dirigentes como muito relevantes ou relevantes. Estes veículos de comunicação (Boletim on-line - InforANDES; Material impresso - jornal, panfletos, cartazes etc.; Revista Universidade e Sociedade - impressa e/ou on-line; Mídia virtual - sitio, blog etc.; Redes sociais - Facebook, Instagram, grupos de Whatsapp etc.; Email) são novos métodos e processos de construção coletiva que podem promover essa formação.

As motivações dos docentes, que atuaram na direção executiva da Seção Sindical, para aproximação do movimento sindical mais acentuadas como muito relevante foram: defesa da universidade pública; papel do sindicato na organização da categoria docente; condições precárias de trabalho na universidade; participação em assembleias, greves e paralisações.

A aproximação desses sujeitos ao sindicato, por meio de sua filiação, está estreitamente ligada à relação trabalho-educação. Assim, os processos de transformação/mutações do mundo do trabalho, também chamada de reestruturação produtiva, que incide diretamente no trabalho e na educação, nesse caso a superior, e conduz esses trabalhadores/trabalhadoras a buscarem formas de representação.

Outros motivos que os conduziam à aproximação ao movimento sindical indicados pelos/pelas docentes foram: consciência de classe; cooperação na organização das lutas sociais de caráter mais identitário como as lutas anti-opressivas racistas, machistas e LGBTfóbicas; militância exercida por professores do sindicato com uma relação coerente estabelecida entre a teoria, o conteúdo ensinado e a prática profissional e pessoal.

Essas motivações revelam que o espaço do sindicato tem que ser plural, no sentido de receber e atender às diferentes posições, visões de mundo, diferentes demandas e necessidades. Ao mesmo tempo que esse aspecto se revela como positivo, no sentido de reunião de uma diversidade de demandas, tem-se, também, um aspecto desafiador de unir essas diferentes demandas em torno de uma necessidade maior que é o interesse da classe trabalhadora.

Logo, tem-se, nesse aspecto desafiador possíveis contribuições para formação política do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que fazem o sindicato. Nesse caso, o cuidado está em não limitar o sindicato a um simples “negociador” ou “conciliador”, mas conduzir ações e

processos que o levem a ser de fato um instrumento que organiza a classe trabalhadora para uma *práxis* revolucionária.

Sobre os motivos que os conduziram a aceitar compor a direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, evidenciou-se como muito relevantes: a defesa da universidade pública; o fortalecimento da organização docente; as melhorias das condições de trabalho; a luta da classe trabalhadora; o convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores; combate à opressão; recomposição do sindicato; falta de democracia na UNIFAP, bem como o afastamento de algumas lideranças do sindicato seja para formação acadêmica ou redistribuição para outra universidade o que evidenciou a necessidade de formação de um grupo para realizar os trabalhos da executiva.

Todas essas motivações, anunciadas, aproximam-se das que foram assinaladas como relevantes ou muito relevantes para que esses docentes se filiassem ao sindicato como, por exemplo, a defesa da universidade pública, melhoria de condições de trabalho muito próximo ao processo de precarização e intensificação do trabalho docente, a luta da classe trabalhadora, entre outros. Logo, é possível observar que a formação do conjunto dos/das docentes tem íntima relação com uma concepção sindical que procura articular-se com as inquietações e necessidades do conjunto da classe trabalhadora, a construção de uma consciência coletiva de sujeito que vive em uma sociedade dividida em classes.

Quanto aos motivos que podem levar os/as docentes a se afastarem do movimento docente destacaram-se: relação com outros movimentos sociais; serviço de cunho assistencial e social; intensificação do trabalho como atividades acadêmicas; excesso de greves, assembleias e paralisações; atendimento das expectativas da categoria docente; relação com partidos políticos.

No caso específico das mulheres, indicou-se que a tripla jornada de trabalho tira delas o tempo para participar do movimento sindical; motivação ligada ao desgaste do movimento sindical como forma de organização da classe trabalhadora, das concepções que norteiam essa organização; ausência de formação política entre boa parte dos docentes; poucos ganhos nas greves das universidades; transparência na utilização dos recursos por parte do sindicato.

Algumas das questões elencadas se aproximam, em certa medida, em dois aspectos. Um diz respeito a ações do próprio sindicato, questões internas, já o outro aspecto evidencia questões externas ao sindicato. Ambas as questões merecem atenção por parte do sindicato para que se efetivem ações que levem a se evitar que esses sujeitos se afastem.

Esses motivos são uma parte (ou aparência) do fenômeno que conduz os docentes a se afastarem do movimento sindical da UNIFAP. Mas, o conjunto de motivos apresentados

revelam os desafios que o sindicato e o sindicalismo docente precisam enfrentar. Cabe, assim, alguns questionamentos para reflexão e, quem sabe, aprofundamento por meio de outras pesquisas: já que os dirigentes têm conhecimento dessas motivações que podem conduzir ao afastamento, o que a Diretoria Executiva tem feito para solucionar esse problema? Quais medidas ou estratégias o sindicato e seus dirigentes têm tomado, tendo em vista que não se tem apenas questões externas ao sindicato e ao sindicalismo que conduzem ao afastamento, para sanar essa problemática?

Os questionamentos não tem a intenção de responsabilizar, ou mesmo penalizar, os dirigentes sindicais por indicarem que conhecem as motivações que podem conduzir os sujeitos a se afastarem do movimento sindical. Não é isso. Mas, destacar a necessidade de se fortalecer um sindicato e um sindicalismo combativo, de base classista, que precisa reagir, necessita, sim, de novas estratégias para alcançar as “mentes” e os “corações” de seus próprios pares, trabalhadores e trabalhadoras, que vivenciam a realidade brutal de exploração do capital. A necessidade tem como base a transformação real, efetiva, da sociedade.

A análise realizada no presente estudo possibilita enfatizar que o sindicato é espaço primordial para organização, mobilização, luta e formação política da categoria e da classe como um todo, ainda que apresente limites e contradições. Evoca-se, aqui, a epígrafe desta Dissertação, inspirada a partir das perspectivas de Antônio Gramsci: *Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.*

A instrução, nesse caso, relaciona-se com necessidade de formação técnica, burocrática, acadêmica, política, filosófica, para que se tenha clareza de onde se quer chegar, qual objetivo se quer atingir, o de transformação social. Assim, é necessário ser e estar inteligente diante de um todo caótico, analisar de maneira coerente quais as melhores estratégias a serem utilizadas pela classe trabalhadora diante de uma conjuntura de ataque a sua vida, as suas formas de organização, ao seu modo de ser e estar, a sua própria existência.

A agitação, relaciona-se diretamente com essa formação, eminentemente política, mobilização, também necessária, para que a classe trabalhadora não desanime diante dos ataques e da truculência do capital. Mas, que seja como um de seus pilares para ter e manter o entusiasmo de luta e resistência à realidade que se apresenta, sempre no intuito de buscar além da aparência do fenômeno.

E a organização, que precisa ser consistente, planejada, alinhada aos princípios da classe, reúne os outros dois aspectos, instrução e agitação, que podem ser entendidos, também,

como formação política e mobilização ou, mesmo, a relação entre a teoria e a prática, que pode e deve resultar em uma *práxis* transformadora.

Por meio deste estudo foi possível compreender o viés formador do sindicato, para além do que lhe é específico historicamente que é o de favorecer com a organização da classe trabalhadora, bem como suas contribuições para a formação política de docentes que atuaram na direção executiva de 1994-2018 do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN. Além de contribuir com uma temática pouco discutida no âmbito acadêmico, que é o sindicalismo docente na educação superior.

O SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, por meio da pesquisa, evidenciou contribuições para formação dos docentes pesquisados como a construção coletiva de consciência política dos sujeitos de uma classe (trabalhadora) em si e para si; a construção de uma trajetória de formação política no movimento docente; a construção e concepção do próprio papel do sindicato enquanto uma instância combativa, classista com vistas a processos de emancipação; o desenvolvimento de uma militância ativa, seja no próprio sindicato ou em movimentos sociais e populares; a construção de uma visão de mundo desalienada dos preceitos hegemônicos instaurados socialmente pela classe que domina economicamente etc.

Evidenciou-se, também, que essas contribuições não estão alheias aos processos contraditórios do sistema capitalista, menos ainda do processo de correlação de força na relação trabalho-educação com todos os seus condicionantes. O que revela, assim, a complexidade do fenômeno estudado (formação política) que se trata, também, de um campo de disputas políticas e que é construído histórica e socialmente por sujeitos igualmente complexos.

Porém, indica-se que, mesmo com as contribuições apresentadas do decorrer da pesquisa para a temática, existem lacunas que podem ser pensadas para e na elaboração de estudos futuros. A exemplo disto, tem-se, expandir o universo de sujeitos pesquisados e analisar as contribuições do sindicato para a formação política dos demais filiados do sindicato, não limitando apenas aos dirigentes, no intuito de averiguar as contradições desse espaço e outras questões mais específicas; realizar estudos comparativos sobre formação política entre sindicatos de docentes das universidades públicas e das faculdades privadas etc.

Destaca-se aqui, e ao mesmo tempo retoma-se o agradecimento feito a entidade *lócus* da pesquisa, que estudar sobre as contribuições do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN para formação política de seus dirigentes executivos foi singular para a pesquisadora, mesmo não sendo militante ou sindicalizada à entidade e tendo pouco experiência e vivência em movimentos de organização e mobilização da classe trabalhadora.

Além de conhecer um pouco da trajetória de resistência e luta desta entidade, localizada em uma universidade pública na periferia (Amapá) da periferia (Norte) do capital no Brasil, diante dos ataques aos direitos sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras foi muito significativa a pesquisa para formação política da pesquisadora.

Assim, aprofundou-se o respeito, por meio da pesquisa, por um grupo de docentes, trabalhadoras e trabalhadores, que incansavelmente lutam não só para garantia de melhores condições de trabalho, mas por uma universidade pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. *Rev. Sociol. Polit.* vol.24 no.57 Curitiba Mar. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245708>>.

ALMEIDA, D. M.; FERREIRA Jr., A. As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? *In:* Carlos Bauer; Vanessa Dantas; Miriam Maria Bernardi Miguel; Luis Roberto Beserra de Paiva; Cássio Diniz (orgs.).

**Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil:** com escritos sobre os Estados Unidos das Américas, Inglaterra, México e Portugal. V.2. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

ALVES, G. **Limites do sindicalismo:** Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Editora Praxis, 2003.

AMARAL, N. C. **Financiamento da Educação Superior:** Estado X mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba - SP: Editora UNIMEP, 2003.

ANDES; Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior. *1º Boletim Nacional da ANDES*, 1981.

ANDES-SN; Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Sítio Oficial do ANDES-SN: história do sindicato*. Brasília, 2018a.

\_\_\_\_\_. *Sítio Oficial do ANDES-SN: Histórico de greves do ANDES-SN*. Brasília, 2018b.

\_\_\_\_\_. *Estatuto* (Atualizado e consolidado até o 37º CONGRESSO). Salvador, 2018.

\_\_\_\_\_. *Cadernos ANDES – n. 2* (1981): Proposta do ANDES-Sn para a universidade brasileira. 4ª ed. revisada e atualizada. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. *8º Congresso Nacional: Relatório Final*. São Paulo (SP), 1989.

\_\_\_\_\_. *19º Congresso Nacional: Relatório Final*. Juiz de Fora (MG), 2000.

\_\_\_\_\_. *24º Congresso Nacional: Relatório Final*. Curitiba (PR), 2005.

\_\_\_\_\_. *26º Congresso Nacional: Relatório Final*. Campina Grande (PB), 2007.

\_\_\_\_\_. *14º Congresso Nacional: Relatório Final*. Brasília (DF), 1995.

\_\_\_\_\_. *9º Congresso Nacional: Relatório Final*. Londrina (PR), 1990.

\_\_\_\_\_. *10º Congresso Nacional: Relatório Final*. Curitiba (PR), 1991.

\_\_\_\_\_. *16º Congresso Nacional: Relatório Final*. João Pessoa (PB), 1997.

\_\_\_\_\_. *17º Congresso Nacional: Relatório Final*. Porto Alegre (RS), 1998.

\_\_\_\_\_. *20º Congresso Nacional: Relatório Final*. Rio de Janeiro (RJ), 2001.

\_\_\_\_\_. *21º Congresso Nacional: Relatório Final*. Rio Grande (RS), 2002.

\_\_\_\_\_. *35º Congresso Nacional: Relatório Final*. Curitiba (PR), 2016.

\_\_\_\_\_. *31º CONAD: Relatório Final*. Salvador (BA), 1995a.

\_\_\_\_\_. *38º Congresso Nacional: Relatório Final*. Belém (PA), 2019.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2000*. Brasília: 2000a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2001*. Brasília: 2001a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2003*. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2004*. Brasília: 2004. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2005*. Brasília: 2005a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2012*. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2015*. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim informativo sobre a greve de 2016*. Brasília: 2016a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8337>>. Acesso em: 20 fevereiro. 2018.

ANTUNES, R. **O que é sindicalismo**. Coleção Primeiros passos: São Paulo brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo, 2009.

ANTUNES, C. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx. Campinas: Papel Social, 2018.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. Hucitec, 2006.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C.: Banco Mundial, 1995.

BAUER, C.; PAIVA, L. O Sindicalismo docente universitário da Argentina, Brasil, Colômbia, México e sua resistência à contrarreforma universitária. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*. Vol. 19 N. 28. p. 109-128. 2017.

BAUER, C; MATOS, A. R. Marx, Engels e o sindicalismo docente. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 114, p. 154 – 164, 2010.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. **Da universidade à commodity**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2017.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo; Cortez, 1997.

BOITO JR., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Xamã, 1999.

BOHN, R. M. **Organização sindical e precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior em Rondônia**. Programa de pós-graduação stricto sensu em educação da UNIR. Dissertação. 92 p. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998. *Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 1998.

CAVLAK, I. Na periferia da periferia: história na Universidade Federal do Amapá. *Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 49, 2012.

CHAVES, V. L. J. **Poder do Estado e poder dos docentes**: um olhar sobre o movimento docente na UFPA. Belém-PA: SPEP/GRAPHITTE, 1997.

\_\_\_\_\_. **As feições da privatização do público na educação superior brasileira: o caso da UFPA**. Tese de doutorado. Belo Horizonte, 2005.

\_\_\_\_\_. Política de gestão e financiamento da expansão das universidades federais via precarização do trabalho docente. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Org.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008.

\_\_\_\_\_. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. *ETD – Educ. temat. digit.* Campinas, SP, v.17, n. 2. p.427-441. 2015.

CHAVES, V. L. J.; REIS, L. F.; GUIMARÃES, A. R. Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum Education*, v. 40, 2018.

COUTINHO, C. N. **Dualidade de Poderes**: Introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Contra a corrente:** ensaios sobre democracia e socialismo. 2 ed (revisada e atualizada). São Paulo: Cortez, 2008.

CRUSOÉ, N. M. de C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação. *Cad. Filosofia e Psic. Da Educação*, Vitória da Conquista, ano. 2, n. 2, p. 105-114, 2004. Disponível em: <periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3792>. Acesso em 20 fev. 2019.

DAL ROSSO, S. Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação. *In:* Seminário para a discussão de pesquisa e contribuição de rede de pesquisadores, 1. 2009. Rio de Janeiro: *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Iuperj, 2009.

\_\_\_\_\_. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. *In:* DAL ROSSO, Sadi. *et all. Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15. 2011.

ENGELS, F. Os sindicatos. *In:* AGUENA, P. **O marxismo e os sindicatos:** Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacionais. *In:* I Colóquio a pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. *Anais...* Belém: UFPA, 2009.

FERREIRA, M. O. V. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*. v. 34, n. 122, p. 391-410, 2004.

FERRAZ, C. L. Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital. *Universidade e Sociedade*. Brasília, n. 42, 2008.

FERNANDES, F. Capitalismo dependente e imperialismo. *In:* FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo:** últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FIALHO, N. H. **Universidade Multicampi**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena na luta de classe. *In:* ORSO, J.; GONÇALVES, S. R.; LUZ, P. P. da; ANJOS, A. L. S. dos. (org.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. ed. 1, São Paulo: Outras Expressões, 2014.

GAMBOA, S. Dialética na pesquisa em educação. *In:* FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** – vol. 1 – Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho; co-ed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRANZOTTO, T. M. **O Movimento Sindical na Academia: o caso das Universidades Estaduais Paulistas**. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS Biblioteca Depositária: Biblioteca Central, 2010, 450 f.

GUIMARÃES, A. R. **Trabalho Docente Universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA**. Tese de doutorado. 2014.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. 4ª ed. Tradução de Waldea Barcellos; Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo de Educação Superior*. Brasília: INEP, 1995-2016.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. ed 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, K. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

\_\_\_\_\_. Precarização e intensificação: as novas faces do trabalho docente no Brasil. *Universidade e Sociedade*. Brasília, n. 47, 2011.

LÊDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29ª, 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: 2006. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: março de 2019.

MACIEL, D. “Melhor impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. *Universidade e Sociedade*. Ano XX, nº 46, 2010.

MACIEL, D. De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. 2013. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf> >. Acesso em: outubro de 2018.

MANCEBO, D. CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA NO BRASIL: breve análise da educação superior. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 141, p.875-892, out.-dez., 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, ed. 8, 2017.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

- \_\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach.** Edição Ridendo Castigat Moraes. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro.** Trad. José Barata-Moura e Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. Papel econômico imediato dos sindicatos. *In:* AGUENA, P. **O marxismo e os sindicatos:** Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. 1850. *In:* **Obras Escolhidas de V. I. Lênine em três tomos.** Edição Avante, Lisboa, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec. 10 ed. 1996.
- \_\_\_\_\_. **Cartas filosóficas e o Manifesto Comunista de 1848.** São Paulo: Moraes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: editora Expressão Popular. 1ª ed. 2008.
- MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: editora Expressão Popular. 1ª ed. 2009.
- \_\_\_\_\_. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais do Brasil em 2012. *Revista Iberoamericana de Educación Superior.* N.10, v. IV, 2013.
- MEDEIROS, L. das G. M. **O REUNI – uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA.** Tese de Doutorado. 2012.
- MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.** Editora Autores Associados, Campinas – SP, 2006.
- MIRANDA, K. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT.** Tese de Doutorado, 2011. 400p.
- NAVARRO, I. P. **ANDES-SN: um sindicato de intelectuais história e memória (1981-1994).** Coleção universidade e o mundo do trabalho: Cuiabá, 2001.
- NETO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NEVES, M. L. W. **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.
- OLIVEIRA, M. S.; da COSTA, A. J. S.; MALAFAIA, D. B. O papel das fundações de apoio no processo de privatização da universidade pública. *Universidade e Sociedade.* Brasília, v. 33, p. 53-63, 2004.
- PAIVA, L. R. B. de. **Sindicalismo e associativismo docente universitário na América Latina História e embates políticos na contemporaneidade (1990-2010).** Dissertação de Mestrado. 2016. 682 f.

PAIVA, L. R. B. de; BAUER, C. Elementos do sindicalismo universitário mexicano: da resistência ao processo de precarização do trabalho docente (1990-2010). *Universidade e Sociedade*. Brasília, n. 57, 2016.

PEIXOTO, E. M. de M. Educação, Política e Emancipação Humana. In: ORSO, J.; GONÇALVES, S. R.; LUZ, P. P. da; ANJOS, A. L. S. dos. (org.). **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. ed. 1, São Paulo: Outras Expressões, 2014. p. 235-272.

PROIFES-FEDERAÇÃO, Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico. [Site]. Quem somos. 2019. Disponível em: <<https://www.proifes.org.br>>. Acesso em: março de 2019.

PROJETO DE LEI Nº 2.144/2013. Disciplina a gratuidade do ensino público superior nas instituições custeadas pelo Poder Público e possibilita a instituição de Fundo para democratização do ensino superior (elaborada pelo sr. Coronel Alves). Câmara dos Deputados, Macapá (AP), 2013.

SANTOS, M. R. S. Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior – GED. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, H. T. de L. “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: a precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. *Universidade e Sociedade*. Brasília, n. 52, 2013.

SINDUFAP, Seção Sindical do ANDES-SN. *Ata da Assembleia Geral de Fundação da Seção Sindical (15 de julho de 1994)*. Macapá (AP), 1994.

SINDUFAP, Seção Sindical do ANDES-SN. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária (22 de abril de 1998)*. Macapá (AP), 1998.

\_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral (18 de junho de 1998)*. Macapá (AP), 1998a.

\_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária (23 de maio de 2001)*. Macapá (AP), 2001.

\_\_\_\_\_. *Regimento Geral: SINDUFAP, Seção Sindical do ANDES-SN*. Macapá (AP), 2001a.

SMITH, A. **Os economistas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, H. G. de. **Contra-hegemonia: um conceito em Gramsci?**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte (MG), 2013.

SOUSA, A. L. H. **Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente**: o ensino superior privado e a atuação do sindicato dos professores e professoras de Guarulhos. Campinas: SP, 2015. Dissertação. 227 p.

SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300017&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300017&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: dez. 2018.

SUBTIL, M. J. D. Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais. *Germinal: Marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 8, n. 2, p. 153 – 162. Dez, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação social e Enquete operária**. São Paulo: Polis, 4º ed. 1982.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária**, 3 volumes, 2a. edição, trad. de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKY, L. A questão da unidade sindical. In: AGUENA, P. **O marxismo e os sindicatos**: Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação**: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá. *Estatuto da UNIFAP*. Macapá – Ap. 13 de dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. *Regimento Geral da UNIFAP*. Resolução nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. [Site]. 2019. Disponível em: <[www.unifap.br](http://www.unifap.br)>. Acesso em: fevereiro de 2019.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Prezada professora / Prezado professor,

Este questionário é instrumento de coleta de dados da pesquisa intitulada “**SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO**: formação político-sindical de dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)”. Estudo que está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Amapá, sob a responsabilidade da mestrandia **Michelle Karoline Pereira da Silva**, e orientado pelo docente Dr. **André Rodrigues Guimarães**.

Abaixo se apresentam algumas orientações para facilitar o preenchimento deste instrumento:

- a) O questionário possui questões abertas e fechadas. Em relação as perguntas abertas, despreze a quantidade de linhas expostas e utilize quantas considerar necessárias para sua resposta;
- b) Fique atenta/atento ao comando das questões fechadas, este indicará que marque/assinale uma ou mais de uma opção;
- c) Não há necessidade de identificação;
- d) Solicitamos a sua colaboração no sentido de responder por completo o questionário, pois, as questões apresentadas são fundamentais para o alcance dos objetivos da investigação e poderão contribuir para a análise da realidade da formação político-sindical de docentes dirigentes do movimento sindical na Universidade Federal do Amapá;
- e) Em caso de dúvidas acerca do preenchimento do questionário, sinta-se à vontade para esclarecê-las junto à pesquisadora;
- f) Pedimos a sua colaboração para devolver o questionário até XXXX de 2018. A devolução poderá ser feita para o e-mail: michellesilvam12@gmail.com ou diretamente em mãos da pesquisadora ou alguém indicado pela mesma em dia, hora e local a ser informado à mesma.

Agradecemos antecipadamente sua participação na pesquisa.

Atenciosamente,  
Michelle Karoline Pereira da Silva

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Nome: \_\_\_\_\_

Gênero: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Formação acadêmica inicial: \_\_\_\_\_

Titulação acadêmica: ( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Outro:

Ano de ingresso na UNIFAP como docente: \_\_\_\_\_

Classe: ( ) Auxiliar ( ) Assistente ( ) Adjunto ( ) Associado ( ) Titular

Regime de Trabalho: ( ) 20 h ( ) 40 h ( ) DE

1. Atualmente você é filiado ao SINDUFAP? Por qual motivo?
2. Sobre sua filiação ao SINDUFAP:
  - ( ) Filiou-se logo que entrou na UNIFAP como docente;
  - ( ) Filiou-se bem depois da entrada na UNIFAP como docente;
3. Participou de movimento sindical antes de ingressar como docente na UNIFAP?
  - ( ) Sim, como base (filiado/a);
  - ( ) Sim, como direção;
  - ( ) Não.
4. Qual a relevância dos espaços/instituições em sua formação política?

<b>Espaço/Instituições</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Igreja				
Escola/Universidade				
Movimento estudantil				
Outros movimentos sociais e populares (mulheres, étnico-raciais, moradia, LGBT, indígena, outros)				
Partidos Políticos				
Sindicato em geral				
SINDUFAP (especificamente)				

5. Há outros espaços/instituições distintos dos listados na questão anterior relevantes em sua formação política? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

\_\_\_\_\_

6. Sobre sua participação nos espaços/instituições:

<b>Espaço/Instituições</b>	<b>Nunca participou</b>	<b>Já participou</b>	<b>Participa esporadicamente</b>	<b>Participa ativamente</b>
Movimento religioso				
Movimento estudantil				
Outros movimentos sociais e populares (mulheres, étnico-raciais, moradia, LGBT, indígena, outros)				
Partidos Políticos				
Movimento Sindical				

7. Há outros espaços/instituições distintos dos listados na questão anterior com sua participação? Caso sim, quais e qual a forma de sua participação (já participou; participa esporadicamente; participa ativamente)?

---

8. Sobre a participação de seus ascendentes familiares (pais e avós):

<b>Espaço/Instituições</b>	<b>Nunca participaram</b>	<b>Participaram ou Participam</b>	<b>Sem informação</b>
Movimento religioso			
Movimento estudantil			
Outros movimentos sociais e populares (mulheres, étnico-raciais, moradia, LGBT, indígena, outros)			
Partidos Políticos			
Movimento Sindical			

9. Sobre a relevância dos espaços do SINDUFAP para sua formação política:

<b>Espaços formativos do SINDUFAP para formação política</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Congressos e CONADs ANDES-SN				
Grupos de Trabalho do ANDES-SN				
Reunião do Setor das Federais				
Encontros ou seminários de formação nacional ou regional				
Assembleias locais				
Greves				
Paralisações de curta duração				
Encontros locais organizados pelo sindicato				

Outras atividades de mobilização (panfletagem, atos públicos...)				
--	--	--	--	--

10. Há outros espaços do SINDUFAP distintos dos listados na questão anterior relevantes para sua formação política? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

---

11. Sobre a relevância dos veículos de comunicação do sindicato para sua formação política:

<b>Veículos de comunicação do SINDUFAP para formação política</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Boletim on-line (InforANDES)				
Material impresso (jornal, panfletos, cartazes etc.)				
Revista Universidade e Sociedade (impressa e/ou on-line)				
Mídia virtual (sitio, blog etc.)				
Redes Sociais (Facebook, Instagram, grupos de Whatsapp etc.)				
E-mail				

12. Há outros veículos de comunicação do sindicato distintos dos listados na questão anterior relevantes para sua formação política? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

---

13. Sobre os motivos da sua filiação ao SINDUFAP:

<b>Motivações da Filiação</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Papel sindicato na organização da categoria docente				
Convite de colega(s) de trabalho				
Debates e mobilização da Direção do Sindicato				
Articulação com as lutas da classe trabalhadora				
Condições precárias de trabalho na universidade				
Participação em assembleias, greves e paralisações				
Busca de Assessoria jurídica				
Festas e confraternizações				
Convênios com planos de saúde e outros serviços				
Defesa da universidade pública				
Relação com Partidos Políticos				
Relação com movimentos sociais e/ou populares				
Relação com Centrais Sindicais				
Estrutura organizativa do sindicato				

14. Há outras motivações de filiação ao SINDUFAP distintas das listadas na questão anterior? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

---

15. Sobre os motivos que lhe levaram aceitar compor a Diretoria Executiva do SINDUFAP:

<b>Motivações para compor a Diretoria Executiva</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores				
Fortalecimento da organização docente				
Luta da classe trabalhadora				
Melhorias das condições trabalho				
Ampliação da formação político-sindical				
Defesa da universidade pública				
Orientação de Partido Político				
Experiência de atuar na Direção				
Participação em outros movimentos sociais e populares				
Estrutura organizativa do sindicato				

16. Há outros motivos que lhe levaram aceitar compor a Diretoria Executiva do SINDUFAP distintos dos listados na questão anterior? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

---

17. Em sua avaliação o que contribuiu para que docentes se afastem do movimento sindical?

<b>Motivações para afastamento do movimento sindical</b>	<b>Nada relevante</b>	<b>Pouco relevante</b>	<b>Relevante</b>	<b>Muito relevante</b>
Atendimento das expectativas categoria docente				
Serviços de cunho assistencial e social (convênios com planos de saúde, atividades de lazer, entretenimento etc.)				
Contribuição sindical				
Excesso de assembleia, greves e paralisações				
Intensificação do trabalho (atividades acadêmicas)				
Relação do sindicato com Partidos Políticos				
Relação do sindicato com outros movimentos sociais e populares				
Relação do sindicato com as Centrais Sindicais				
Compreensão do papel do sindicato				

Concepção de universidade				
Falta de mobilização da direção do sindicato				
Preocupação com retaliações das administrações superiores				
Relações interpessoais com diretores ou outros membros da base do sindicato				
Divergências com a linha política adotada pelo sindicato				
Demandas pessoais e familiares				
Cargos acadêmicos e/ou administrativos				
Dificuldade do sindicato em fazer formação política				
Manipulação, por parte da direção, em favor de interesses pessoais, de grupos restritos ou político-partidários				
Estrutura organizativa do Sindicato				

18. Há outras questões que contribuem para que docentes se afastem do movimento sindical distintos dos listados na questão anterior? Caso sim, quais e qual o grau de relevância?

---

19. Você tem disponibilidade/interesse de participar da entrevista semiestruturada?

---

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A entrevista foi conduzida a partir de eixos temáticos. Ressalta-se que as entrevistas foram posteriormente transcritas e encaminhadas para os entrevistados verificarem se necessitava de algum ajuste (revisão, supressão e/ou acréscimo).

1. Sua concepção sobre o papel do sindicato;
2. Compreensão da categoria (docentes universitários) sobre o Sindicato;
3. Processo de construção e consolidação do SINDUFAP (aspectos históricos);
4. Desafios e pautas dos docentes da UNIFAP no(s) período(s) que atuou na direção;
5. Contribuição do sindicato, particularmente do SINDUFAP e ANDES-SN, para a formação política dos docentes.

## APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada para participar da pesquisa referente à dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP), intitulada “**SINDICALISMO DOCENTE UNIVERSITÁRIO**: formação político-sindical de dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (1994-2018)”, desenvolvida por **Michelle Karoline Pereira da Silva** e orientada pelo docente Dr. **André Rodrigues Guimarães**. O estudo tem como objetivo central analisar as contribuições do SINDUFAP para formação política de docentes que atuaram da diretoria executiva de 1994-2018.

Sua participação na pesquisa se dará por meio das respostas ao questionário misto que tem como intuito identificar perfis, espaços formativos, contribuições do SINDUFAP para sua formação política, suas motivações para: se aproximar, atuar e/ou se afastar do movimento sindical. Destaca-se que é fundamental sua participação para alcance do objetivo, bem como contribuir para construção da temática sobre sindicalismo docente universitário no Amapá.

Esta pesquisa não tem fins lucrativos e seu objetivo é exclusivamente de divulgação acadêmica e científica, os dados coletados serão usados em relatórios internos relativos ao projeto e também poderão ser publicados em artigos científicos, banners, pôsteres, em periódicos científicos, anais de congressos e capítulos de livros.

Ressalta-se que participar da pesquisa não representa riscos para sua integridade física ou psicológica. Quanto aos benefícios, sua participação, por meio da resposta ao questionário misto contribuirá para consolidação de uma temática, sindicalismo docente na educação superior, pouco discutida no âmbito da academia e, particularmente, na Região Norte. Ademais, contribuir com a história de uma importante Seção Sindical do ANDES-SN, que é o SINDUFAP, que desde seu nascedouro revelou sua preocupação com a educação superior no AMAPÁ, com as condições precarizadas do trabalho docente, sua articulação com o conjunto da classe trabalhadora no estado, luta e efetivação de princípios de democracia e autonomia do sindicato, promoção de momentos de reflexão sobre a conjuntura política local e nacional etc.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar da pesquisa. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa e sobre os pontos que a permeia pode e deve ser respondida pela pesquisadora. Para contatar/consultar em caso de dúvida ou esclarecimento no preenchimento do questionário tem-se os seguintes contatos: Michelle Karoline Pereira da Silva (pesquisadora), e-mail:

michellesilvam12@gmail.com, telefone de contato XXXXXXXX, e André Rodrigues Guimarães (orientador), e-mail: andre\_unifap@yahoo.com.br. E, ainda, o Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá. Rodovia Juscelino Kubitschek, Km-02, Campus Marco Zero, prédio da reitoria. (96) 3312-1739.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções Nº 510/16 e Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Mediante ao disposto no Artigo 9º da Resolução 510/16 CNS no que diz: *“São direitos dos participantes”*: *“V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;”*.

Declaro que concordo em participar da pesquisa, que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que minha identidade, bem como as informações fornecidas por meio do questionário misto, poderá ser divulgada. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Macapá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

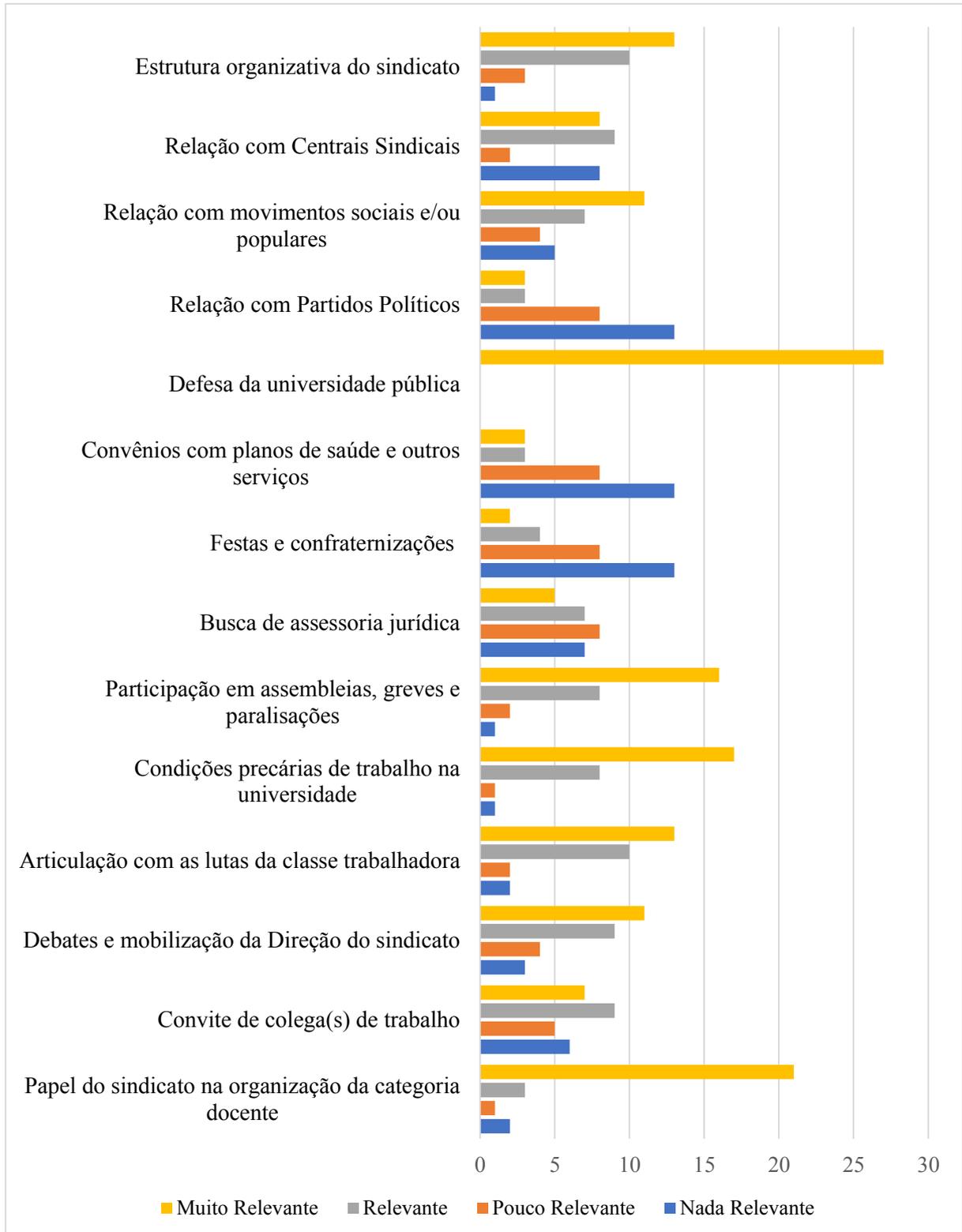
Michelle Karoline Pereira da Silva  
Assinatura da Pesquisadora

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido/a.

---

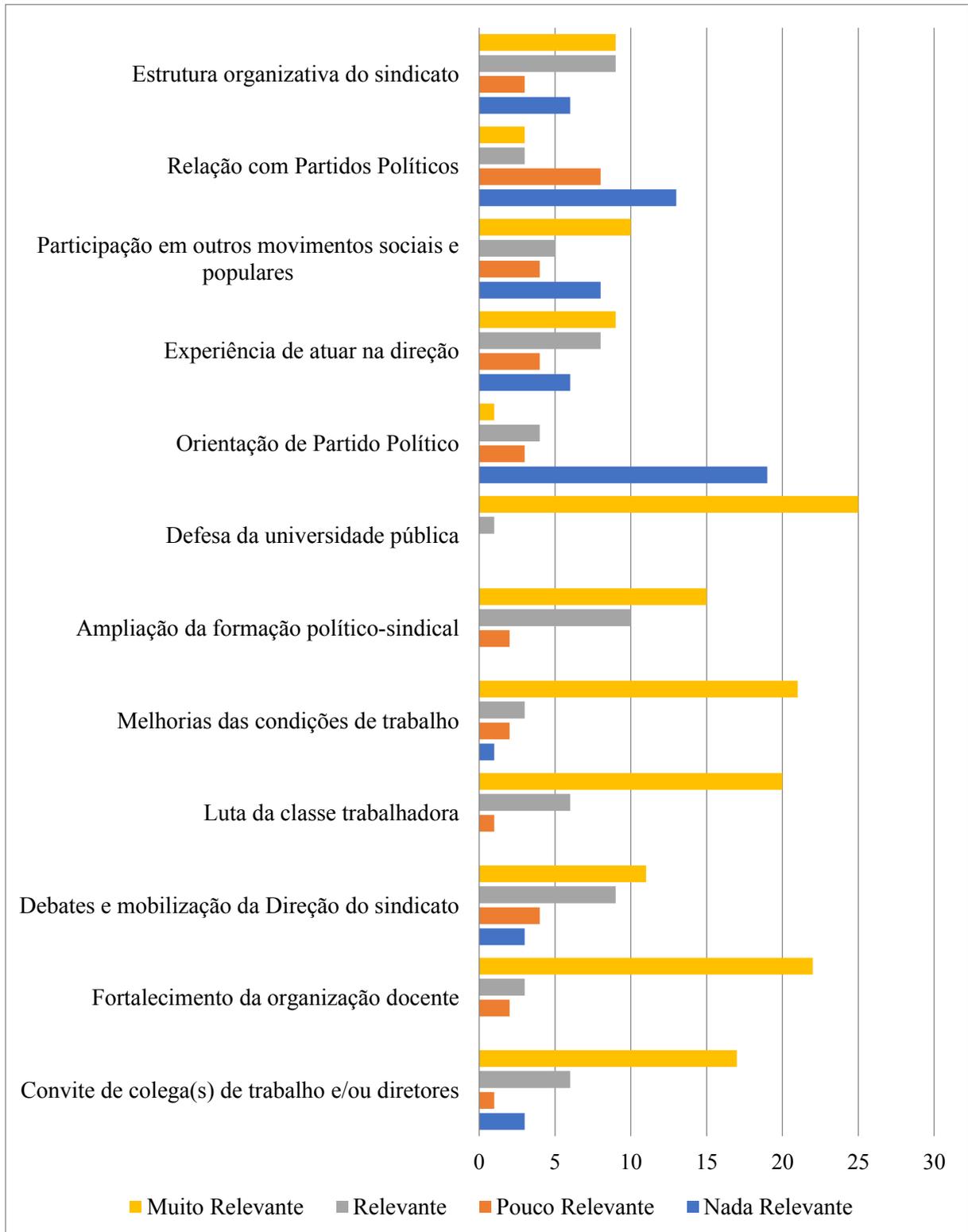
(nome)  
Assinatura do Colaborador/a

**APÊNDICE D – GRÁFICO COMPLETO SOBRE OS MOTIVOS DE FILIAR-SE AO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN**



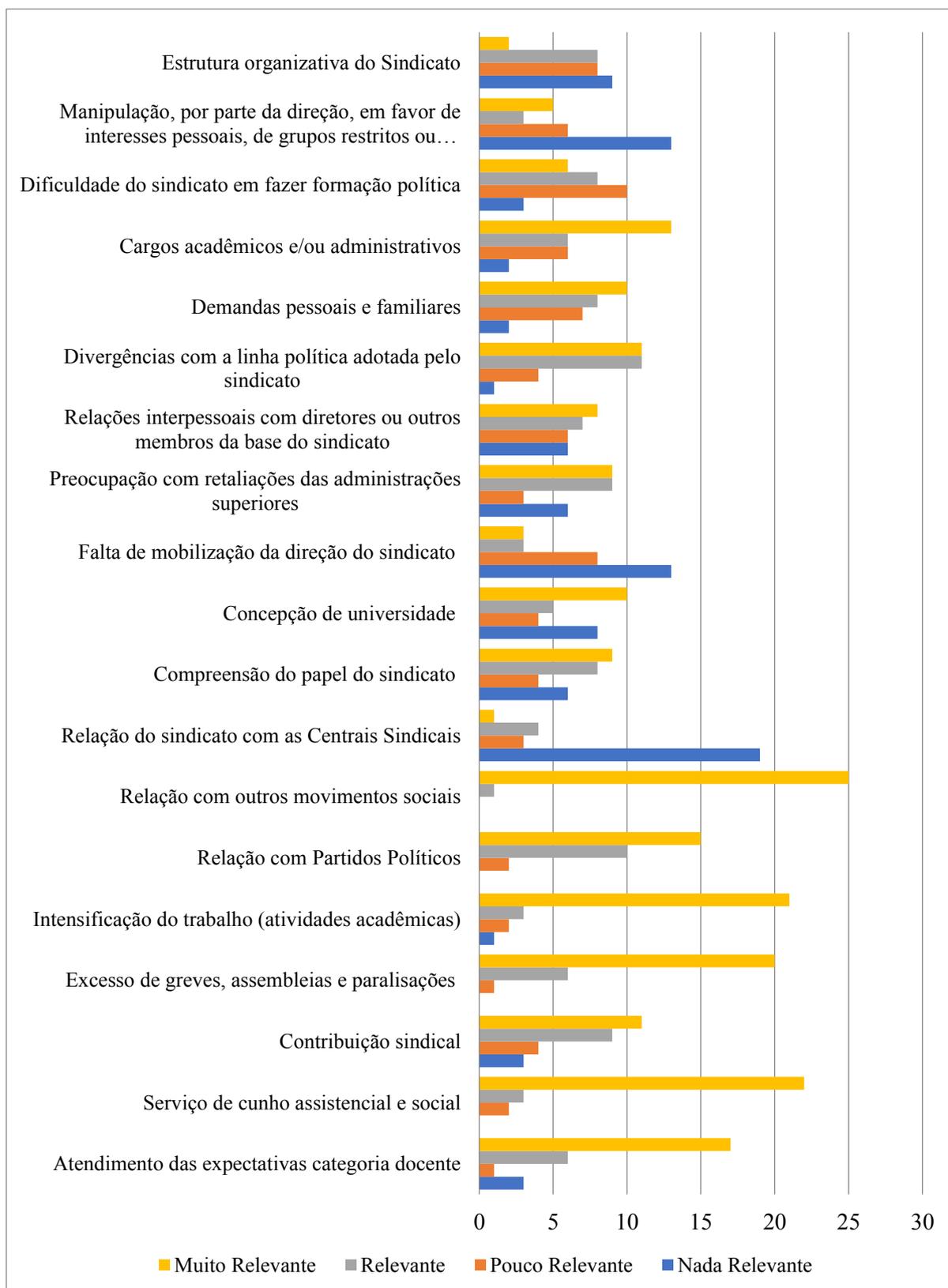
Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

**APÊNDICE E – GRÁFICO COMPLETO SOBRE MOTIVOS DOS DOCENTES PARA ACEITAR COMPOR A DIRETORIA EXECUTIVA DO SINDUFAP/SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN**



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).

## APÊNDICE F – GRÁFICO COMPLETO SOBRE MOTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA QUE DOCENTES SE AFASTEM DO MOVIMENTO SINDICAL DA UNIFAP



Fonte: Elaboração da pesquisa a partir das respostas ao questionário (2018).